

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE HISTÓRIA SOCIAL**

Gabriele de Novaes Santos

**“A certeza radiosa d’uma esperança”**

Itinerário intelectual e poético de Noémia de Sousa em Moçambique (1926-1951)

Versão Original

São Paulo, 2023

GABRIELE DE NOVAES SANTOS

**“A certeza radiosa d’uma esperança”:**

Itinerário intelectual e poético de Noémia de Sousa go "O q±co dks wg"(1926-1951)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Profa. Dr. Leila Leite Hernandez

Versão Original

SãoPaulo, 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237s Santos, Gabriele  
SANTOS, Gabriele de Novaes. "A certeza radiosa d'uma  
esperança": itinerário intelectual e poético de Noémia  
de Sousa em Moçambique, 1926-1951. 2023. 167 f.  
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Pau /  
Gabriele Santos; orientador Leila Hernandez - São  
Paulo, 2023.  
167 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de História. Área de  
concentração: História Social.

1. Moçambique. 2. Noémia de Sousa. 3. O Brado  
Africano. I. Hernandez, Leila, orient. II. Título.

SANTOS, Gabriele de Novaes. “**A certeza radiosa d’uma esperança**”: itinerário intelectual e poético de Noémia de Sousa em Moçambique, 1926-1951. 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_





## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leila Hernandez pela orientação recebida desde a iniciação científica. Agradeço a paciência, por toda a sensibilidade, confiança e rigor. É uma honra aprender com profissional tão experiente e dedicada.

Ao Prof. Dr<sup>a</sup> Cristina Wissenbach, que esteve à frente do projeto *Entre o Índico e o Atlântico: conexões históricas, circulações e desafios epistemológicos (Brasil–Moçambique, séculos XVIII–XX)*, pelo qual tive a oportunidade de estar em Moçambique, em 2014.

À Prof. Dra. Rita Chaves e ao Prof. Dr. José Luis Cabaço, que tanto colaboraram para viabilizar nossa estadia em Maputo, nos recebendo com tanto carinho. Também pela atenção na leitura e apontamentos para este trabalho.

Ao Prof. Dr. Francisco Noa, pela notável erudição e beleza dos textos e estudos, pelas aulas e conversas valorosas na Universidade Eduardo Mondlane e aos professores Rejane Vecchia, Tânia Macedo e Julio Pimentel, pelas aulas que acompanhei no curso.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa do CNPq intitulado “A itinerância dos atores e saberes e as resistências e estratégias políticas em África (séculos XIX-XX)” pelos aprendizados e trocas valiosas.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso e à CNPq, pela bolsa que tornou possível seguir esta pesquisa.

Durante os anos da graduação e uma parte da pós-graduação, habitei na moradia estudantil da universidade, me alimentei no restaurante universitário e trabalhei por vezes como bolsista. Que estes programas se fortaleçam para que a universidade e a sociedade se beneficiem da necessária diversidade de sujeitos na produção científica.

Foi durante o processo de escrita deste trabalho que estive gestante e me tornei mãe (o que coincidiu com tempos de isolamento e grandes dificuldades coletivas). Pela consciência adquirida desta experiência, desejo profundamente que as universidades possam avançar nas medidas para manutenção de estudantes mães e cuidadores. A produção de conhecimento que acolhe as demandas dessa parcela de pessoas certamente estará no caminho para cumprir verdadeiramente sua função social.

À família (especialmente à Janete, minha mãe). Aos amigos e amigas que ouviram, incentivaram e apoiaram quanto puderam. Aos mestres e mestras da terra e do

astral e ao grande mistério da existência.

À Noémia de Sousa, grande inspiração para esta pesquisa e para a vida





## RESUMO

SANTOS, Gabriele de Novaes. “A certeza radiosa d’uma esperança”: itinerário intelectual e poético de Noémia de Sousa em Moçambique, 1926-1951. 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta pesquisa de mestrado apresenta considerações acerca da produção poética e jornalística da moçambicana Noémia de Sousa desde uma perspectiva histórica e uma abordagem biográfica, ancorada na articulação entre seus escritos, conexões intelectuais e atuação enquanto agente histórico em interação e interlocução com diferentes contextos e atores. Discute-se de quais formas os versos de Sousa puderam difundir sua perspectiva sobre a causa negra e anticolonial no ambiente de Lourenço Marques e como isto se relacionava com sua intervenção jornalística no jornal *O Brado Africano*, no qual coordenou a *Página para a Mulher*. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a análise de fontes documentais de obras literárias, da imprensa e de entrevistas.

A partir da compreensão da documentação foi possível perceber a atuação de Sousa na Associação Africana e no jornal *O Brado Africano*, identificando-se debates e conflitos ligados ao engajamento social de homens e mulheres e suas estratégias de resistência atreladas à circulação de ideias entre intelectuais africanos e da diáspora. Fica ainda evidente que a inovação temática da poesia de Sousa, em sintonia com seu posicionamento fortemente anticolonial em textos jornalísticos, refletiu uma vivência preocupada com os sujeitos marginalizados que faziam parte do seu cotidiano à luz da sua formação intelectual. As vozes que incorporou foram sintetizadas de modo a formar uma identidade negra plural, sem descurar dos elementos da modernidade para amplificar um discurso de emancipação negra, feminina e colonial.

**Palavras-chave:** Noémia de Sousa. O Brado Africano. Moçambique.

## ABSTRACT

SANTOS, Gabriele de Novaes. **The radiant certainty of a hope'': Noémia de Sousa's intellectual and poetic itinerary in Mozambique (1926-1951)** 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This master's research presents considerations about the poetic and journalistic production of Mozambican Noémia de Sousa from a historical perspective and a biographical approach, anchored in the articulation between her writings, intellectual connections and acting as a historical agent in interaction and dialogue with different contexts and actors. It discusses how Sousa's verses were able to spread his perspective on the black and anticolonial cause in the environment of Lourenço Marques and how this was related to his journalistic intervention in the newspaper *O Brado Africano*, in which he coordinated the Page for Women. For this, bibliographic research and analysis of documentary sources of literary works, press and interviews were used as a method for data collection.

From the understanding of the documentation it was possible to perceive Sousa's performance in the African Association and in the newspaper *O Brado Africano*, identifying debates and conflicts related to the social engagement of men and women and their resistance strategies linked to the circulation of ideas among African intellectuals and the diaspora. It is also evident that the thematic innovation of Sousa's poetry, in line with his strongly anticolonial positioning in journalistic texts, reflected an experience concerned with marginalized subjects who were part of his daily life in the light of his intellectual formation. The voices he incorporated were synthesized in such a way as to form a plural black identity, without neglecting the elements of modernity to amplify a discourse of black, feminine and colonial emancipation.

**Keywords:** Noémia de Sousa. *O Brado Africano*. Mozambique

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha Férrea Lourenço Marques-Transvaal .....	38
Figura 2 - Demarcação dos distritos urbanos de Maputo .....	53
Figura 3 - Mapa do que era Lourenço Marques em 1876.....	54
Figura 4 - Mapa de Lourenço Marques em 1910.....	55
Figura 5 - Mapa de Lourenço Marques, 1926 .....	56
Figura 6 - Ponte de atracagem da Catembe, c. 1910 .....	58
Figura 7 - Vista da Catembe a partir do Cais de LM.....	59
Figura 8 - Vista aérea da Manhuana.....	85
Figura 9 - Casa de N.S./ Mafalala no Mapa de Maputo .....	86
Figura 10 - Brado Africano, 1/5/1948, p.1.....	105
Figura 11 - Brado Africano, 6/3/1948 .....	106



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. “GRANDE CASA À BEIRA-MAR” : A situação colonial em Moçambique</b> .....	25
<b>1.1 O Estado Novo em Moçambique</b> .....	25
<b>1.2 A economia colonial e o trabalho indígena em Moçambique</b> .....	35
<b>1.3 Imprensa, literatura e a censura no Estado Novo</b> .....	41
1.3.1 A Educação na imprensa africana e no Estado Novo .....	44
<b>2. ITINERÁRIOS DE VIDA: DA “INFÂNCIA DISTANTE À “CANÇÃO FRATERNA”</b> .....	47
<b>2.1 A infância na distante Catembe</b> .....	47
2.1.2 Convivência social e origens familiares.....	47
2.2.1 Lourenço Marques e a A Catembe .....	52
2.2.3 Poema da infância distante.....	63
2.2.4 Shimani .....	75
<b>2.1.3 Educação, referências e hierarquias raciais</b> .....	79
<b>2.2 vida urbana, A mudança para o Alto Maé e a Mafalala</b> .....	83
<b>2.5 Afirmação identitária</b> .....	88
<b>3 “ONDE NENHUM BRADO FICA SEM ECO”: IMPRENSA, LITERATURA E ATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES (1948-1951)</b> .....	93
<b>3.1 A poesia como plataforma de mudança</b> .....	93
<b>3.2 Noémia de Sousa e a Associação Africana</b> .....	96
<b>3.3 Considerações sobre <i>O Brado Africano</i> entre os anos de 1948 e 1951</b> .....	100
3.3.1 A Página para mulher no contexto do Brado Africano.....	106
<b>3.4 "Para lá daquela curva": Panorama de difusão da poesia de Noémia de Sousa além Moçambique</b> .....	152
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	156

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação debruça-se sobre a trajetória intelectual e poética de Noémia de Sousa em Moçambique, entre os anos de 1926 e 1951, buscando identificar os elementos dos contextos históricos, da sua vida e de sua obra literária e jornalística. Considera-se que os seus poemas e demais escrituras compõem uma busca em compreender os conflitos e contradições de uma feminilidade engajada no âmbito dos processos de constituição de uma identidade nacional africana.

Atribui-se à moçambicana Noémia de Sousa (Catembe, 1926 – Cascais, 2002) uma relevância notável entre os nomes das literaturas africanas. Com razão, já que seus poemas representaram um marco no cenário de finais da década de 1940 e meados da década de 1950, girando em torno de poderes e resistências frente à situação colonial que ganharam, em Moçambique, uma repercussão considerável ao longo das décadas seguintes. Além disso a temática de sua obra inspirada em itinerâncias de atores e saberes traz referências culturais de movimentos negros do Atlântico negro – na célebre expressão de Paul Gilroy - espalhados pelo mundo e um olhar raro sobre a realidade em seu entorno, fortemente marcada pela segregação racista da violência colonial. Daí deriva o fato de sua produção ter refletido sua vivência enquanto mulher negra<sup>1</sup> crescida nos anos de 1930, em um ponto geográfico e temporal marcado por profundas mudanças.

A literatura feita pela elite letrada marca presença na história contemporânea de Moçambique, havendo, no caso das obras escritas no período de dominação colonial que, embora marcadas pela heterogeneidade apresentam algumas características comuns como serem escritas em línguas do colonizador e conterem uma série de contradições e paradoxos. Eram veiculadas por jornais e outras publicações periódicas, até as últimas décadas século XX (RIBEIRO, 2008). Advém que, além do fato de refletirem fortemente seu contexto histórico estas literaturas questionavam as variadas e torpes violências exercidas pelo Estado Português nos seus territórios geopolíticos revelando o racismo e as desigualdades nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e psíquicos.

---

<sup>1</sup> Para o contexto da época a classificação segundo sua origem familiar seria mestiça. Porém, a auto identificação da autora é como negra.

No caso da poesia, viu-se despontar pelo final dos anos 1940, um grupo que foi classificado como uma nova geração de poetas moçambicanos. Conforme apontado pelo historiador Gerard Liesegang (1991) esse movimento literário afluía no âmbito de um cenário cultural urbano que vinha se formando desde as décadas de 1920 e 1930 e era composto pelos órgãos de imprensa, rádios, grupos musicais e outras manifestações culturais e políticas. E aquela geração, da qual Noémia de Sousa fez parte junto a nomes como o de José Craveirinha, ficou marcada pela contestação da situação colonial e por um contorno mais nítido da noção de identidade nacional nos anos de 1960.

A escrita dos poemas de Sousa ocorreu quase que junto a sua participação nas atividades da Associação Africana (anteriormente Grémio Africano de Lourenço Marques, fundado em 1908), entidade de congregação e recreação de africanos pretos e mestiços descendentes de asiáticos, europeus, bem como de tsongas, chopis e macuas, representantes de populações locais. A própria Noémia de Sousa tinha uma ascendência afro-luso-goesa que a aproximou deste núcleo desde muito cedo, transparecendo com ênfase em sua trajetória.

Foi no jornal desta Associação, *O Brado Africano*<sup>2</sup>, que entre os anos de 1948 e 1951 Sousa contribuiu com escritos variados que são ainda pouco conhecidos, voltados a debater a formação cultural e o engajamento dos leitores em atividades importantes do grupo, como a construção da sede e da biblioteca. Durante alguns meses esteve à frente de uma das seções do jornal chamada *Página para a Mulher*, por onde se desenrolaram algumas discussões importantes sobre o papel das mulheres africanas<sup>3</sup> em relação aos problemas sociais constantes principalmente do seu cotidiano. Tais matérias foram em muito baseadas em críticas literárias cujo objetivo era combater uma atitude de passividade feminina diante de questões coletivas de menosprezo e desclassificação dos colonizados, sobretudo negros.

Os primeiros poemas de Noémia foram veiculados em periódicos como o *Jornal da Mocidade Portuguesa*, *Lourenço Marques Guardian*, *Notícias* e próprio *O Brado Africano*, além de revistas como *Itinerário*, *Msaho e Vértice*, que circulavam em Moçambique e Portugal entre os finais da década de 1940 e início de 1950. Após este período, foram compilados em um caderno denominado *Sangue Negro*, passando a fazer parte de antologias literárias e também nos manuais escolares da FRELIMO, no pós independência..

---

<sup>2</sup> Será tratado com mais vagar no primeiro capítulo.

<sup>3</sup> Por mulheres africanas entende-se negras e mestiças.



E, como bem nos assegura Nelson Saúte (2001) e Gerard Liesegang (1991), pode-se dizer que os temas de sua poesia foram decisivos para que seu nome fosse carimbado entre os movimentos engajados pela libertação. Neste contexto, fica claro que apesar de ser relativamente diminuta contendo apenas 46 poemas<sup>4</sup>, esta produção despontou com enorme potência como meio de difusão das demandas e ações ligadas a um pensamento anticolonial e antirracista.

O mais interessante, contudo, é constatar a personalidade plural que Noémia de Sousa imprimiu em suas palavras, contemplando também as várias ideias de mulher presentes em seu meio. Não é exagero afirmar que para a conjuntura de Moçambique em 1948 sua poesia reivindicatória representou um ato de coragem e afirmou um novo momento literário ocorrido em um cenário de agitação cultural combinada ao recrudescimento das formas de censura e repressão em Portugal e nas então colônias<sup>5</sup>.

Em linhas gerais, a figura de Sousa foi elevada a um status de símbolo da luta anticolonial em Moçambique com reconhecimento incontornável enquanto alicerce para a construção de um pensamento libertário na história moçambicana. Em que pese a singularidade de sua trajetória, que se por um lado foi *sui generis* em relação ao comum da maioria das mulheres naquele contexto, incluindo as camadas com maiores direitos sociais, por outro, foi capaz de reverberar uma mensagem comprometida com a contestação, despertando debates que até então seguiam adormecidos.

De modo geral, os temas e figuras evocados em seus poemas e escritos jornalísticos revelam uma forte reflexão, influências e “apropriação criativa”<sup>6</sup> do ideário ocidental, aproximando-se de teorias e formas de resistência da diáspora negra (como a negritude e o Pan-africanismo). Evidenciam, sobretudo, uma multiplicidade de sujeitos e estratégias de resistência à situação colonial, promovidos em Moçambique.

Ainda, essa produção apontou para horizontes que chegaram a extrapolar a complexa reivindicação de direitos pelos movimentos negros e mestiços organizados dentro do contexto

---

<sup>4</sup> Ver lista no apêndice.

<sup>5</sup> Em 1951 muda-se a designação para *Província Ultramarina*, como forma de afirmar a existência da suposta *Nação Multirracial e Pluricontinental*.

<sup>6</sup> Cf. LEITE HERNANDEZ, L. M. G. A itinerância das ideias e o pensamento social africano. **Anos 90**, [S. l.], v. 21, n. 40, p. 195–225, 2014.

colonial português. É pertinente pontuar que o ambiente político e cultural nos anos em que Sousa escreveu contava com a presença de indivíduos, associações e jornais que debatiam e divulgavam problemas locais e mundiais, trazendo, não raro, conteúdos que apontavam anseios nacionalistas. Portanto, como a trajetória intelectual<sup>7</sup> de Noémia de Sousa se forjou diante deste cenário?

Conforme examinado por David Hedges (1999) em meio à intensificação da censura<sup>8</sup> vivida com o advento do Estado Novo desde meados dos anos 1930, a poesia emergiu como plataforma de oposição ao sistema colonial e de afirmação africana que ganhou contornos mais nacionalistas à medida em que se fortaleciam as lutas políticas por independência no exterior e crescia internamente um sentimento de opressão comum que desrespeitava a dignidade humana. O autor defende que os versos de Sousa operaram pela via da denúncia e identificação, tocando em assuntos como a falácia da 'assimilação', que ao contrário do que se pregava, não resultava, na prática, em um reconhecimento da igualdade do negro por parte do branco.

Sousa participou desta movimentação política e cultural comunicando-se com intelectuais e militantes como Mário Pinto de Andrade<sup>9</sup> e Marcelino dos Santos<sup>10</sup> e compondo

---

<sup>7</sup> Adota-se o conceito proposto por Sartre, quando caracteriza o escritor enquanto intelectual e este como um sujeito necessariamente engajado. Ver: SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Ática, São Paulo, 1994

<sup>8</sup> A censura foi parte fundamental da manutenção do regime de Salazar, sendo herdeira de regras já existentes desde o séculos anterior. Ela foi estruturada em censura prévia que inspecionava as produções pré-publicação; censura pós-publicação (com o corte e recolhimento do que foi distribuído) e censura *ad hominem*, voltada para a vigilância de indivíduos previamente indicados. Cf. MELO, Daniel. A censura salazarista e as colônias: um exemplo de abrangência. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, n. 16, p. 475-496, 2016. Antônio Sopa (1991, p.266) refere que as “consequências mais visíveis destas situações a que esteve sujeita a imprensa moçambicana, foi o espírito de autocensura que se instalou entre os jornalistas, renunciando estes a escrever sobre situações delicadas(...)”.

<sup>9</sup> Mário Coelho Pinto de Andrade (Golungo Alto, Angola, 1928 - Londres, Inglaterra, 1990) foi ativista político e escritor. Fez parte da criação do CEA em Lisboa, no ano de 1951. Entre 1954 e 1958, exilado em Paris, colaborou com a revista *Présence Africaine* e participou do 1º e 2º Congressos de Escritores e Artistas Negros. Na década de 1960, foi presidente e secretário geral do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Por seu trabalho sobre poesia africana, o Ministério da Cultura de Angola criou o Prémio de Ensaio Literário Mário Pinto de Andrade.

<sup>10</sup> Marcelino dos Santos (Lumbo, Moçambique, 1929) é político e poeta. Usou também os pseudónimos Kalungano e Lilinho Micaia. Teve poemas publicados no *Brado Africano* e em duas antologias produzidas pela Casa dos Estudantes do Império (CEI), além do livro *Canto do Amor Natural*, publicado pela Associação de Escritores Moçambicanos, em 1987. Participou da fundação da Frente de Libertação de Moçambique, da qual foi vice-presidente. Após a independência de Moçambique, foi Ministro da Planificação e Desenvolvimento até 1977, quando se constituiu a Assembleia Popular, parlamento do qual foi presidente até as primeiras eleições multipartidárias, realizadas em 1994.

grupos que se reuniam para pensar sobre a situação africana e o colonialismo em Lourenço Marques. Sua poesia engajada trata-se de uma espécie de evocação nacional, dentre outras características com as quais se pode classificá-la, o que a fez reconhecida neste meio. Seria um erro, porém, atribuir-lhe o mesmo peso e pujança que ganhou a obra de José Craveirinha<sup>11</sup>, seu contemporâneo e companheiro de militância<sup>12</sup>, que participou de forma mais direta no contexto específico da luta de libertação nacional moçambicana das décadas de 1960-1970.

Isto em nada diminui o significado de sua ação pois o essencial é entender a autora no seu tempo, no papel que cumpriu, nas suas possibilidades e em seus parâmetros de ação e fala, com um olhar crítico para o contexto. Um tempo que traz como marca a necessidade de pensar sob a perspectiva da multiplicidade de vozes e atores envolvidos no processo de formação de uma identidade nacional moçambicana, com as características implícitas aos processos africanos apontados em estudos como o de Augusto Nascimento e Aurélio Rocha (2013), no qual ela estava inserida, criando e recriando-se. Reconhece-se também seu papel na construção desta imagem de comunhão e autorreconhecimento vivenciada por um grupo heterogêneo e complexo que encontra pontos de entrelace intersubjetivo, em um processo que Benedict Anderson (1989) nomeou como “comunidade imaginada”.

Para Érica Pereira (2012), construindo sua avaliação na senda de Said (1995) e Walter Benjamin (1992) a atuação de escritores como Sousa evidencia sua função como intelectuais, pois seu engajamento se atrela a uma “atitude crítica perante aos poderes estabelecidos, ao compromisso com a verdade e à intervenção nos problemas sociais e políticos” (PEREIRA, 2012, p. 11) . Este engajamento se ligava, em muito, à questão da identidade, no qual as mulheres também fizeram parte. Assim, as pesquisas biográficas no âmbito da história de mulheres podem auxiliar no resgate da multiplicidade das experiências femininas e, como colocado por Inocência Mata e Laura Padilha (2008) também contribuir para desfazer o ofuscamento de sua agência histórica, integrando as complexidades que as categorias de gênero assumem em contextos africanos específicos.

---

<sup>11</sup> José Craveirinha (Lourenço Marques, 1922 — Maputo, 2003). Poeta moçambicano, também exerceu a profissão de jornalista, trabalhou e colaborou no *Brado Africano* e em vários jornais e revistas. Na década de 1950 desempenhou um papel de relevo na Associação Africana, chegando a ser presidente da agremiação nos anos 1960. Participou ativamente da luta pela independência de Moçambique e foi ligado à FRELIMO.

<sup>12</sup> Hilary Owen (2007, p.55) sublinha que estes autores por vezes acabam por ser comparados quando evocada a gênese da literatura moçambicana, o que ocasiona uma leitura por vezes conflituosa que não leva em conta suas diferentes trajetórias.

Por estas razões, busca-se ir além da análise da produção textual destes escritos poéticos, pondo luz na vida e atuação de Noémia de Sousa que, como colocado por Olga Neves (2009, p. 39) “contribuiu singularmente para o nascimento de um discurso estético-literário no feminino”. Neste sentido, Hilary Owen (2007), que se propôs a ver sua obra em relação aos escritos jornalísticos, complementa este pensamento dizendo que Sousa, na verdade, deu início à importante “tarefa de expor as contradições internas que cercam as tentativas das mulheres de falar como nacionalistas anticoloniais”<sup>13</sup>.

Isto não significa evidenciar uma atuação extraordinária ou heroica, contrária ao entendimento do historiador francês Marc Bloch (1997), de que personagens históricos não podem ser entendidos fora de seu tempo. Quer dizer que importa compreender os conflitos, contradições e ambiguidades que compunham a obra de Noémia de Souza enquanto sujeito histórico, redesenhando a si própria para chegar mais próximo de seus ideias.

Aliás, a intenção foi escapar, tanto quanto possível, ao que Bourdieu (1996) denominou como “ilusão biográfica”, o que seria, grosso modo, criar uma narrativa concatenando dados e eventos na busca de atribuir um sentido unívoco a uma trajetória de vida. Como sugeriu Dosse (2009, p. 406) “pelo estudo da singularidade e uma atenção particular aos fenômenos emergentes que são considerados como objetos próprios para pensar graças à sua complexidade e à impossibilidade de reduzi-los a esquemas mecânicos”, a busca é compreender o sujeito e sua identidade em suas relações dialéticas, confrontados com a travessia do tempo e com as alterações múltiplas “que suscitam uma incessante alteração das linhas segundo ritmos não lineares”.

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo geral analisar através de uma perspectiva histórica e por uma abordagem biográfica a produção poética e jornalística de Noémia de Sousa, constituindo um itinerário<sup>14</sup> poético-intelectual da autora. Ancorado na articulação entre sua vida pessoal conhecida, seus escritos, conexões intelectuais e atuação enquanto agente histórico em interação e interlocução com diferentes contextos e atores, este estudo visa colocar em pauta

---

<sup>13</sup> Tradução livre: Tradução livre: OWEN, Hilary. A Hybridity of One's Own: Rereading Noémia de Sousa, in, OWEN, Hilary. **Mother Africa, Father Marx: Women's writing of Mozambique, 1948-2002**. Bucknell University Press, 2007. p. 73

<sup>14</sup> O termo é evocado por Lilia Schwarcz como significando um avanço sobre proposta do termo trajetória (Bourdieu) à luz de novas discussões sobre a história por meio de biografias. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**, n. 24, 2013, p. 51-73.

questões fundamentais sobre a situação colonial em Moçambique. Sob essa ótica, ganha relevância o período entre 1948 e 1951, quando escreveu seus poemas ao mesmo tempo em que atuava na Associação Africana e em seu jornal, *O Brado Africano*, por onde é possível acessar textos que podem elucidar um pouco mais sobre seu trabalho e suas ideias.

Noémia de Sousa se tornou uma figura emblemática para a literatura moçambicana, gerando curiosidade e interesse em sua própria época, vindo a representar um novo momento na história literária. Sua poesia se distinguiu pela inovação temática e pela contundente denúncia à violenta realidade vivida por sujeitos desumanizados pela escravidão, pelo racismo e pela situação colonial.. Ao circular pelo mundo ecoando mensagens libertárias, sua poesia contribuiu pelo fortalecimento de trincheiras e até hoje tem sido objeto de estudo e de novas publicações.

Porém há pontos de sua trajetória que merecem ser mais detalhados, como a relação entre seu trabalho jornalístico e a produção poética, algo que leva a compreender melhor o período de 1948 a 1951 da história de Moçambique. O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender a íntima relação entre a vida pessoal e a literatura de Sousa, que a tornaram tão única naquele contexto.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi feito o levantamento, o estudo e a organização de um arcabouço bibliográfico e documental com cerne na situação colonial em Moçambique e na vivência intelectual de Noémia de Sousa, optou-se por privilegiar uma perspectiva histórica apoiada em uma documentação composta pelas edições do periódico *O Brado Africano* desde janeiro de 1948 até dezembro de 1951, constantes no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e pelas entrevistas concedidas por Noémia de Sousa a Patrick Chabal (1994), Michel Laban (1998) e Nelson Saúte (1998). Esta pesquisa de mestrado busca ir além dos poemas da escritora, criando um diálogo com outras fontes disponíveis, como este periódico e as entrevistas citadas.

Contudo, é a sua produção poética a norteadora desta dissertação, sendo seu fio condutor. Também se optou por seguir uma linha explicativa o quanto possível cronológica, na qual os elementos documentais são fundamentais para a elaboração do estudo sobre cada fase da vida da poeta em Moçambique, ou seja, até 1951. E será elencado o sentido que a autora atribuiu à sua obra e vida por meio de suas entrevistas, uma vez que é ela quem faz a mediação entre realidade e ficção, como bem observado por Fernandes (2011), com o apoio de uma leitura

cuidadosa e comparativa, compreendendo tais depoimentos como uma reinterpretação do passado resultante de memórias pessoais e compartilhadas.

Como referências bibliográficas para o entendimento das características básicas e pontos centrais de sua vida e obra estão os estudos literários empreendidos por moçambicanos como Francisco Noa, Fátima Mendonça e Nelson Saúte, em especial os incorporados ao livro *Sangue Negro* (2001), que reúne todos os poemas da escritora. Ademais, algumas das introduções feitas para as antologias de poetas africanos difundidas, sobretudo, até 1975, escritas por importantes intelectuais como Alfredo Margarido<sup>15</sup> e Mário Pinto de Andrade que fornecem elementos consideráveis para entender esta poesia na esteira das lutas por independência.

Na abordagem escolhida neste trabalho de pesquisa, o texto literário é considerado como fonte histórica, ou seja, uma expressão de valores e símbolos característicos de seu contexto, como apontou Nicolau Sevcenko (2003). Desse modo “lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura”. Isto, porque a “forma diferenciada pela qual cada autor<sup>16</sup> se sensibiliza e se comporta diante de um mesmo cenário, glossando um mesmo tema, testemunha uma mudança profunda de quadros mentais traduzida em linguagem literária” (SEVCENKO, 2003, p.241).

Junto a esta constatação vale ressaltar, como observou Antonio Cândido, que “a função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza”, que simultaneamente traduz e interfere na complexidade social. O que ocorre é que a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CÂNDIDO, 2004, p. 178-179). Desse modo, ela pode servir como um instrumento à serviço da compreensão de um problema ou aspecto da sociedade, sem que isto implique em uma análise engessada pelos dados de seu contexto histórico, no caso de um estudo sociológico, ou dos elementos formais, no caso da crítica literária (CÂNDIDO, 1985).

Ainda, como posto por Rejane Vecchia Silva e Ubiratã Souza (2014) um

---

<sup>15</sup> Alfredo Margarido (Moimenta, 5 de Fevereiro de 1928 - Lisboa, 12 de Outubro de 2010) foi um escritor, ensaísta, investigador, professor universitário, poeta e pintor português, que se dedicou especialmente à produção cultural e às questões africanas.

<sup>16</sup> Sevcenko se refere à análise da obra de três autores brasileiros feitos no estudo do qual citou-se este trecho. (Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, 2003)

posicionamento crítico em relação às literaturas africanas em língua portuguesa inevitavelmente deve considerar as estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e suas especificidades, posto que “os projetos literários de escritores de Angola e de Moçambique, por exemplo, apontam, gradualmente, para contextos de opressão em que a recriação ficcional de tais realidades se volta para elementos comuns no que diz respeito, primeiro, à rejeição aos sistemas de poder” e “enquadrada em expectativas relativamente próximas de combate ao regime salazarista, de construção de uma visão de mundo endógena capaz de abarcar, de certa forma, a especificidade própria dos contextos históricos africanos que viviam” (SILVA e SOUZA, 2014, p. 160).

Será feito, então, o cruzamento entre alguns poemas do livro *Sangue Negro* e os escritos de Sousa e de outros colaboradores no periódico moçambicano o *Brado Africano*, sobretudo na seção *Página para a Mulher*, permitindo compreender como o jornalismo da autora se refletiu em sua poesia e vice versa. Este estudo ocorrerá de forma a combinar a análise de fontes literárias e de imprensa, como sugerido por Tânia de Luca (2005), tendo em vista as características básicas do periódico, sua ligação e atuação enquanto porta voz de um determinado grupo e com relação à temática proposta.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos, concebidos a partir de uma divisão na trajetória e na produção de Noémia de Sousa<sup>17</sup> entre os anos de 1926 e 1951. O primeiro capítulo se concentra em discutir os aspectos básicos das circunstâncias históricas, salientando as diferentes fases do funcionamento do sistema colonial em Moçambique e das primeiras décadas do Estado Novo. O segundo capítulo se concentra na vida da autora desde 1926 até os anos 1940, ressaltando sua infância e adolescência no contexto de Lourenço Marques como um dos pontos da itinerância das ideias sobre o Atlântico Já o terceiro capítulo busca fazer uma análise sobre como Noémia de Sousa se envolveu com a Associação Africana e passou a colaborar no jornal *O Brado Africano* e na *Página para a Mulher*<sup>18</sup>, estabelecendo

---

<sup>17</sup> Os diferentes períodos que caracterizam o domínio colonial no país são noções que guiam a divisão textual, notadamente as fases de 1885 a 1930 de mobilização militar para ocupação do território, quando “o governo português procurou converter um Império heterogêneo e antiquado num conjunto de colônias uniformizadas no tratamento e submetidas a modelos de feição internacional” (Oliveira Marques, 2001, p.17); 1930 a 1960/1964, conhecido como “o auge do colonialismo” e marcado pelo nacionalismo econômico, repressão e censura prévia; 1964 a 1975 de pressão internacional, abertura econômica e luta armada pela independência.

<sup>18</sup> O fato de se tratar de uma página feminina poderia indicar o propósito de aprofundarmos o tema da história das mulheres e o conceito de gênero em Moçambique, o que não é o caso. Tratamos essa participação como parte da

alguns nexos entre sua literatura e os assuntos abordados no periódico entre 1948 e 1951. Ainda neste capítulo caberão algumas palavras sobre sua saída de Moçambique para Portugal, em 1951.

Já nas considerações finais caberá uma apreciação sobre a análise realizada e qual contribuição pode trazer para os estudos sobre o tema. Apresenta, ainda, os resultados da pesquisa apoiada na documentação selecionada ressaltando a importância da hipótese apresentada.

---

trajetória intelectual de Sousa, não trazendo, portanto, um aprofundamento dos debates teóricos em torno deste e de outros temas que se colocam.



## 1. “GRANDE CASA À BEIRA-MAR” : A situação colonial em Moçambique

### 1.1 O Estado Novo em Moçambique

O ano de nascimento de Noémia de Sousa, 1926, se tornou um marco quando se leva em consideração o golpe de estado em Portugal. Lembre-se que as contradições internas arraigadas no seio da burguesia portuguesa aumentaram com a I Guerra e se combinaram com um cenário de crise econômica e intensa agitação social, tanto na metrópole quanto nas colônias que culminou, nos primeiros anos após o golpe, com a formação de um Estado autoritário, intervencionista, antidemocrático e antiliberal, orientado pelo nacionalismo econômico e o fascismo nos moldes portugueses encabeçado por Antônio Oliveira Salazar<sup>19</sup>.

As elites econômicas portuguesas, em muito dependentes dos capitais externos, se aglutinaram em torno do novo regime, que definiu como seus pilares "a exploração sistemática das riquezas e do trabalho das colônias" e a "ultra exploração e repressão dos trabalhadores portugueses". E a formação do que ficou conhecido como Estado Novo marcou o surgimento de um poder mais rígido e centralizado para os territórios africanos sob domínio português, contrariando e remodelando as configurações locais operadas até então, com o intuito final de extrair mais rendimentos sobre a exploração da mão-de-obra e a cobrança abusiva dos impostos. (NEWITT, 2012)

O imperialismo capitalista colonial em Moçambique se concretizou a partir das incursões militares do estado português para efetivação do controle do território e pela presença do capital estrangeiro, por meio das companhias de exploração de plantações, de 1890 a 1930. No âmbito da integração regional, intensificou-se exportação de mão-de-obra para o capital mineiro sul-africano e o escoamento de produtos a partir dos portos ao sul e do centro da colônia (SERRA, 2000). O fato de ter-se convencionado, em início do séc. XX, uma diferenciação administrativa entre as colônias e a metrópole incentivou a formação de uma estrutura que garantia certa autonomia das estruturas governativas locais, sem que o governo português abrisse mão de uniformizar o controle dos territórios ultramarinos, o que se evidencia pelo Ato Colonial de 1930 e pela Constituição de 1933. Além disso, por meio de estatutos legais foram

---

<sup>19</sup> Antônio de Oliveira Salazar (Vimieiro, 1889 -Lisboa,1970) foi presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo e professor catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra. Encabeçou o nacionalismo econômico e a política ultramarina portuguesa entre c.1926-1960

institucionalizadas as desigualdades entre civilizados e indígenas como as referentes a imposição das formas de trabalho compulsório e o aprimoramento dos mecanismos de captação de impostos.

A mudança de regime se revestiu de uma importância particular, crucial para as redefinições de ordem material e simbólica que cingiram mais intensamente a brutalidade das segregações vigentes nos territórios coloniais, justificadas pelas ideias de destino histórico, destino missionário e de patriotismo português. Reafirmando o pensamento etnocentrista e racista português anteriormente construído, agora a vida dos chamados indígenas<sup>20</sup>, seria legislada, dentre outras disposições complementares, a partir do Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (Decreto n.12:533, 25 de outubro de 1926), que anunciava:

(...) O novo diploma está orientado por duas ideias dominantes. Uma delas é assegurar não só os direitos naturais e incondicionais dos indígenas, cuja tutela nos está confiada, e que são iguais aos dos europeus, como está fixado na legislação colonial portuguesa, mas também o cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação e de aperfeiçoamento, com todas as garantias da justiça e da liberdade. O outro, ainda por força da mesma doutrina basilar, é o de os levar a todos os adiantamentos desejáveis dentro dos próprios quadros da sua civilização rudimentar, de forma que se faça gradualmente e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes, a valorização da sua actividade e a sua integração no organismo e na vida da colónia, prolongamento da mãe Pátria. (Secretaria Geral do Ministério das Colónias, Decreto n.12:533, 25 de outubro de 1926, 1 série, nº 237, p.1668)

Este trecho resume em parte o espírito que se manifestava no império português quanto a sua forma de lidar com as populações negras africanas. Sua premissa básica neste sistema de

---

<sup>20</sup> “Para o legislador, indígena eram todos aqueles de raça negra ou dela descendentes que pela sua ilustração e costumes se não distinguissem do comum daquela raça. Assim estava definido no Art. N° 2 do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, publicado em 1926. Três anos mais tarde, e já depois deste estatuto se ter tornado extensivo à Guiné e aos territórios de Moçambique sob administração das companhias com poderes privilegiados (Decreto N° 13.698 de 30 de Maio de 1927), o legislador precisava, ainda, que não indígenas eram todos aqueles de qualquer raça que não fossem considerados indígenas (Decreto 16.473 de 6 de Fevereiro de 1929).

Esta situação durou até 1954, altura em que foi de novo revista. No então denominado Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto Lei N° 39.666 de 20 de Maio de 1954), aqueles que "gozavam do estatuto especial", os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que tendo nascido, ou vivendo nessas colónias habitualmente não possuíssem "ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (Artigo N° 2)." (MOUTINHO, 2000, p.97) Para um estudo detalhado sobre a formação da ideia de indígena pelo portugueses ver MOUTINHO, Mário C. **O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

pensamento e ação é a noção de tutela, reacendendo a chama mítica de uma missão civilizadora<sup>21</sup> que teria a nobreza de conduzir os indígenas a se afastar da “civilização rudimentar” por meio do cumprimento de deveres morais e do trabalho capaz de os levar à elevação do seu nível de existência. O texto do Estatuto segue:

(...) Um tal sistema, justo, prático e eficaz, envolve o respeito desses mesmos usos e costumes, em tudo o que não colida com os direitos individuais de liberdade e de existência, com os princípios de humanidade e com a soberania de Portugal. Daqui resultam logicamente importantes conseqüências, que representam em especial a essência ou a matéria do estatuto. Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais. Não submetemos a sua vida individual, doméstica e pública, se assim é permitido dizer, às nossas leis políticas, aos nossos códigos administrativos, civis, comerciais e penais, à nossa organização judiciária. Para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência. Ela é constituída principalmente pelas suas concepções, normas e costumes relativamente à constituição da família, aos actos e contratos da vida e às reparações dos delitos, sendo indispensável contemporizar com ela em tudo o que não é imoral, injusto ou desumano. (Secretaria Geral do Ministério das Colônias, Decreto n.12:533, 25 de outubro de 1926, 1 série, nº 237, p.1668).

Assim sendo, todos os esforços em afirmar algum tipo de igualdade aos indígenas acabam por ser anulados dentro do próprio discurso, que justificava a diferença jurídica pela diferença em relação a civilização. E já que os indígenas não produziam cultura o suposto respeito aos “usos e costumes” era o argumento que reforçava as ditas boas intenções do Império ao mesmo tempo que o isentava de conceder direitos. Neste sentido, o impedimento prático para a aplicação de uma mesma lei a todos os habitantes do império estava justificado pela dita “mentalidade de primitivos”, o que exigiria “para eles”, uma “outra forma jurídica”.

Isso correspondeu, pragmaticamente, ao uso de tribunais privativos indígenas<sup>22</sup>, com atuação específica em cada localidade, mas sempre buscando uma sintonia com as intenções do

---

<sup>21</sup> Segundo Oliveira Marques (2001, p.25-27) toda a “legislação respeitante a *indígenas* defendia princípios tradicionais da História de Portugal” gerando as bases para a “reestruturação” da “cultura colonial portuguesa” entre 1890-1930, que gerou uma inserção maior dos “assuntos coloniais” no “quotidiano de uma parte crescente da população nacional”.

<sup>22</sup> Cf. ASSIS, Manuela. Sistemas jurídicos e judiciais: Os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas. *Africana Studia*, n. 21, 2020.

Estado. À vista disso, entre "os usos e costumes reconhecidos, destacava-se o fato de os africanos serem governados por um chefe único: o regedor ou régulo. Segundo se afirmava nos manuais coloniais, esse chefe eram representantes subsevientes ao poder colonial, concentrando em suas mãos toda a autoridade jurídica, fundiária e administrativa (FARRÉ, 2015, p. 204).

Como bem observado por Farré (2015, p. 203) “se até ao final do século XIX tanto a presença portuguesa em África era frágil quanto o arcabouço legal sobre os habitantes das colônias era relativamente vago ou abstrato e com pouca serventia prática, após o *Ultimatum* o cenário foi sendo modificado. Uma série de figuras, entre militares e civis, que ficou conhecido como da geração de 95, se debruçou sobre o assunto das realidades africanas para elaborar as políticas que permitissem "reformular o Estado Português a partir das colônias". Assim:

O conjunto de normas e instituições que, segundo eles, regiam as sociedades africanas foi chamado de usos e costumes. Note-se que, no processo de pensar os usos e costumes, se abandonou o universalismo prévio, e os súditos africanos foram diferenciados dos europeus. Simultaneamente todos os africanos foram uniformizados, pois compartilhavam a mesma diferença em relação à sociedade portuguesa: eram *indígenas* (Santos, 2005).

Até finais do século XIX, muitos dos termos usados pelos portugueses para se referirem aos africanos — tais como gentio, cafres ou cafraria — aludiam aos coletivos de que havia alguma notícia, geralmente mencionada por aventureiros, e com mais ou menos pormenor segundo o caso. Porém, essa tendência de acreditar em tudo que se ouviu começou a mudar quando o esforço de conquista militar passou a ser prioritário.

Assim, outra mudança importante dos reformadores da geração do 95 foi na maneira de olhar. Eles mudaram o foco: dos grupos africanos passaram para os indivíduos africanos, especificando as responsabilidades de cada um e relação ao projeto colonial português. O indivíduo africano passou a ser definido pela negação: um indígena era um indivíduo do território português que não era cidadão português, pois a ele era negado um nível de civilização suficiente para isso. Contudo, esse indígena teria de trabalhar para pagar o imposto, responsabilizando-se assim pelas despesas de uma colonização que, afirmava-se, iria civilizá-lo. Com base nesse pressuposto, foi-se refinando a doutrina do assimilacionismo português, baseada na tutela do Império sobre os *indígenas* africanos, até estes atingirem o nível de civilização exigível a um português “padrão”. (FARRÉ, 2015, p. 203)

Convém lembrar que o decreto de 1926, momento em que a metrópole viveu a queda da

República, também reiterou a "codificação dos usos e costumes" indígenas, sob o discurso de busca a "todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência". Isto, que não era uma prática desconhecida pelo imperialismo capitalista colonial, servia, entre outras coisas, para manter a justificativa para que um indivíduo permanecesse em sua condição de indígena, portanto, com impedimentos para que se submetesse aos requisitos para se candidatar à assimilação. Além disso, uma legislação incerta ou ambígua abria larga margem para acusações de crimes cujas penas deveriam ser pagas em trabalhos públicos ou privados.

Em suma, a categorização legal do indígena era imperativa sobre qualquer elaboração dos teóricos da colonização, fazendo com que estes ficassem "submetidos à obrigação moral e legal do trabalho", sem "liberdade residência nem de deslocação". Além disso tinham que portar cadernetas assinadas pelos patrões com descrições detalhadas sobre sua vida, sob pena de prisão. Pagavam imposto indígena e "contribuição braçal, a sua liberdade ou prisão era decidida por qualquer chefe de posto", além de significar "acesso restrito ao uso de armas e munições" e restrições no acesso a trabalho e educação (MOUTINHO, 2002 p. 100-101).

É possível perceber nestes conjuntos legislativos uma série de detalhes que conduzem a afirmação da capacidade e habilidade colonizadora de Portugal, em toda a sua 'benevolência', 'humanidade' e competência técnica, perante as outras nações imperialistas. Todavia, na prática isso se traduzia na busca pela garantia do fornecimento de trabalhadores parcamente remunerados para todos os trabalhos não desempenhados por brancos europeus nas colônias, sobretudo os mais subalternos. Já nas metrópoles, a exemplo do que ocorria em outras nações, investia-se em formas de "tornar a África real" para os portugueses, como pelas "exposições do império"<sup>23</sup> durante o Estado Novo.

#### *1.1.2 Assimilados e não-indígenas*

A propósito, ainda segundo Farré (2015), esse quebra-cabeça colonial funcionava pelo encaixe de várias peças, e a República portuguesa, mesmo em meio a "reviravoltas ideológicas entre laicos e integralistas", já buscava completar a política indígena pela Portaria do Assimilado, de 1917. Então:

Se a condição de indígena estava principalmente referida àquelas populações rurais

---

<sup>23</sup> Ver por exemplo: SERRA, Filomena. Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 5, n. 1, 2016.

ainda pouco afetadas pelos efeitos benéficos do contato com a civilização portuguesa — isto é, à maioria —, os assimilados seriam os indivíduos que, por viverem nas cidades, estariam já dando mostras de uma forma de vida mais próxima à portuguesa: no uso da língua, na aceitação da vida cristã, na assunção do trabalho diário como forma de sustentar a família e na obediência às leis do governo, como as que se referem ao pagamento de impostos, ao serviço militar etc. Assim, a condição de assimilado seria a fase intermédia através da qual um indivíduo africano transitava da condição de indígena à de cidadão (Farré, 2015, p. 204).

Segundo requisitos definidos pelo 56º artigo do Estatuto do Indigenato de 1926 considerado assimilado era necessário demonstrar sua adesão aos valores da civilização ocidental como, entre outros, vestir-se à moda europeia, comer utilizando talheres, dominar a língua portuguesa e possuir um emprego com renda suficiente para o sustento próprio ou da família). Conseguindo aprovação, o indígena receberia um alvará comprovando seu estatuto social de assimilado. Esta era uma categoria intermediária diminuta em termos quantitativos que a colocava em situações complexas<sup>24</sup>. Nesta senda, Leila Hernandez (2008) coloca:

Parece absolutamente claro que o respeito ao pluralismo cultural não fazia parte das preocupações do "novo" imperialismo [do Estado Novo]. Além disso, tornava-se evidente que considerar um indivíduo "assimilado" era arbitrário e incontrolável. Por outro lado, mesmo havendo um crescimento do número de "assimilados", nas décadas de 1930 e 1940, cabem três observações. A primeira é que o número de "assimilados" progrediu muito lentamente; a segunda é que milhares de africanos "civilizados" não requeriam esta condição que lhes obrigaria a pagar um montante maior de impostos; e a terceira refere-se ao fato de os "assimilados" serem na maioria das vezes "ex-indígenas", o que fazia que fossem tratados como cidadãos de segunda classe, alvos de preconceito racial, econômico e social. (HERNANDEZ, 2008, p. 213)

Dessa forma, a política de assimilação dizia respeito a uma ínfima parcela da população negra que cumpriu um importante papel na imprensa e nos movimentos associativos de Moçambique, O mais importante, porém, era a maioria que seguia, por contraste, não-assimilada, tomada como justificativa para a continuidade da dominação<sup>25</sup> e da “civilização pelo trabalho”.

Em oposição à categoria de indígena e acima da dos assimilados estavam os referidos

---

<sup>24</sup> Cf. MACAGNO, Lorenzo. **Do assimilacionismo à libertação**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996, 161 p.

<sup>25</sup> Ver: MINDOSO, André Victorino. A política da assimilação e sua ambivalência: a experiência moçambicana. **Caderno CRH**, v. 34, 2022.

civilizados, que eram constituídos por “portugueses nascidos na Europa e estrangeiros de pele branca”, possuidores de direitos de cidadania. Em situação de não-indígenas, porém com acesso restrito a determinados espaços estavam os mistos – que poderiam ser os mulatos chamados de forma pejorativa os de ascendência afro-europeia ou os mestiços de ascendência afro-asiática ou euro-asiática e asiáticos, que eram principalmente indianos e, em menor número, chineses.

Newitt aponta que no censo de 1935, com a maior formalização da política de assimilação durante o Estado Novo, apareceu formalmente “uma classe de africanos não indígenas” (2012, p.385). Essa população se concentrava quase que somente nas cidades “onde possuíam propriedades, eram sócios de empresas comerciais e tinham uma posição influente nos assuntos locais”, também “desempenhavam cargos na administração e forças armadas ou tendo acesso a concelhos locais”.

Ou seja, estes indivíduos afro-indianos e afro-europeus chegaram a ter uma posição importante nas classes médias urbanas, fazendo parte de famílias que experimentaram um declínio social e econômico ao longo do século XX, principalmente a partir de 1930. Ainda assim tinham um destino diferente dos africanos indígenas, que permaneciam sujeitos ao trabalho forçado (o chibalo). Foi nesta camada que nasceram os irmãos João (1876-1922) e José Albasini (1878-1935)<sup>26</sup>, famosos expoentes das reivindicações africanas que fundaram os jornais *O Africano* (1908) e o *Brado Africano* (1918). Do grupo fundador do segundo - no qual participou Noémia de Sousa no final da década de 1940 - faziam parte, além dos irmãos Albasini, os irmãos Brüheim, da família de Noémia de Sousa, Joaquim Swart, Estácio Dias, Eugênio da Silva Júnior, Antônio Xavier, Rodrigo de Cunha Amaral, Francisco de Haan, Pedro Benfica e outros. (B.A. 24/12/1948, p. 4)

Segundo Newitt:

Os intelectuais urbanos afro-portugueses não eram revolucionários que exigiam o fim do estado colonial. À semelhança de outros intelectuais africanos da época, pretendiam reformar o sistema e fazer com que os poderes coloniais estivessem à altura dos ideais proclamados de assimilação, civilização e progresso. Se as críticas de falta de oportunidade de educação representam as preocupações de sua própria classe, o enfoque dado à questão da mão-de-obra forçada (que não os afectava diretamente) ajudou a manter viva essa questão não só na política portuguesa, mas também na percepção do mundo exterior. Além disso, o facto de os irmãos Albasini

---

<sup>26</sup> Cf. PENVENNE, Jeanne Marie. **João Albasini e as Luzes de Nwanzengele; Jornalismo e Política em Moçambique, 1908-1922.** 2016.

terem publicado os seus jornais em língua ronga bem como em português constitui um indício claro de que pretendiam falar em nome da, e serem lidos pela população africana do Sul (NEWITT, 2012, p. 386).

### *1.1.3 O aperfeiçoamento da administração política das colônias*

O posicionamento de Antônio Salazar, que esteve por um breve período à frente do ministério das colônias em 1928, buscou de fato trazer à realidade concreta o projeto de uma nação ultramarina. Antecipando essa nova administração, outros decretos vieram acentuar a dimensão executiva dessa nova fase, como o Decreto 12:539 de 25 de outubro de 1926, com reformas no Estatuto da Escola Superior Colonial:

Pertence já ao passado o sistema arcaico da improvisação em matéria de realizações coloniais. Os progressos da ciência colonial, promovendo o abandono de velhas rotinas, exige a metodização esclarecida da administração Colonial em todos os seus ramos, e requerem, com a característica da indispensabilidade, a preparação de um funcionalismo de carreira integralmente competente e que possa além-mar corresponder, da maneira mais cabal, às responsabilidades das respectivas funções administrativas, e realizar ali uma obra útil para o País, a qual venha confirmar e realçar', perante o mundo civilizado, as notáveis aptidões colonizadoras da raça portuguesa. (Secretaria Geral do Ministério das Colônias, 1 Série, n. 238, p.1680, DECRETO 12:539).

Essas iniciativas jurídicas indicam de maneira contundente a importância que o aperfeiçoamento da política colonial tinha para Portugal, fosse em termos econômicos quanto representativos. Naquele momento se buscava estabelecer um sistema notavelmente mais robusto e efetivo nas formas de controle e extração de rendimentos das colônias, que se espelharia em outras nações na medida das possibilidades. Apontar estes pensamentos que, por terem se consolidado em decreto, expressam a opinião de uma parte expressiva dos que estavam no poder, ajuda a compreender alguns dos impulsos que fizeram o país procurar com tanta ênfase a manutenção dos territórios ultramarinos.

Sabe-se que a política indígena dividia tarefas desempenhadas na base da sociedade por agentes indígenas como régulos e sipaios através de instâncias próprias. Por outro lado, haveria um estímulo acentuado para a formação de quadros técnicos coloniais "com matérias destinadas a acelerar a adaptação do conhecimento às formas de dominação" (ANTUNES e RODRIGUES, 2011, p. 45) plano que se concretizava com as reformas propostas pelo



## Ministério das Colônias:

Em 25 de Outubro de 1926 o Ministro das Colônias, reconhecendo nem sempre terem sido “salvaguardados os direitos legalmente reconhecidos aos diplomados por aquela Escola no que respeita ao provimento dos cargos coloniais”, o que poderá ter contribuído para um certo esvaziamento do movimento escolar aí registado nos primeiros anos da década de vinte, procedeu a uma nova reforma do seu plano de estudos com o objectivo de o adaptar às novas exigências coloniais, alargando-se a reorganização encetada em 1919. Para além da cadeira de Política Indígena, considerada pedra basilar do 4.º e último ano do curso, que assim passava de 3 para 4 anos, outras cadeiras foram criadas, a saber: História das Colônias Portuguesas; Princípios Gerais de Direito Internacional, Público e Privado; Noções de Construção Civil, Construções Coloniais, Traçado e Construção de Carreiras; e, finalmente, a de Inglês Prático. Procurava-se, assim, em resultado dos propósitos de dominação que norteavam a política colonial, conferir aos futuros quadros administrativos novas competências, preparando-os para a defesa das colônias portuguesas tendo em conta que definia como “as dificuldades internacionais que eventualmente um dia possam surgir”. (ANTUNES e RODRIGUES, 2011, p. 46)

Como se pode observar houve uma elaboração metódica dos currículos da Escola Superior Colonial, que visava atender àqueles pontos que ainda se constatavam como deficitários na administração colonial. Pelo menos em teoria, essa formação daria as condições para o exercício efetivo do que era preconizado em lei. E, muito embora tenha havido pouca procura e a formatura de poucos alunos, estes, em sua maioria fazendo parte do Ministério das Colônias na metrópole, foram fundamentais para os estudos, assim como para os recenseamentos e pesquisas etnográficas necessários à implementação das políticas coloniais salazaristas..

Contudo, a consolidação do domínio efetivo das colônias necessitava de um funcionalismo que estava aquém das possibilidades e das prioridades de Portugal que se limitou a gerar um fluxo de funcionários especializados para as colônias, aliviando o acúmulo de funções entre os agentes coloniais e os colonos. Assim, alguns cargos que pela ausência de quadros poderiam ser ocupados por negros e mestiços poderiam ser exclusivos dos cidadãos portugueses brancos<sup>27</sup>. Tais políticas, que dependiam de uma série de fatores para serem de fato

---

<sup>27</sup> Processo que teve repercussões na posição social da família de Noémia de Sousa, como será visto no capítulo seguinte.

executadas, obtiveram alcance concreto apenas com o passar dos anos e de forma variada nos diferentes territórios.

Sendo assim, fica claro que por um lado havia o empenho em consagrar as colônias ou províncias ultramarinas como parte do império dentro de um crescente sentimento nacionalista - na realidade transnacional - fincado na existência de um império ultramarino unificado. Por outro, foi necessário adequar passo a passo as táticas de dominação para lidar com as profundas fragilidades, como o quadro de dependência econômica de Portugal em relação a outras nações imperialistas. Ainda assim foi possível estabelecer um quadro administrativo que substituisse o controle dos prazos e companhias estrangeiras na maior parte do território de Moçambique.

Em suma, a estrutura administrativa das colônias foi sendo organizada de modo a garantir uma aproximação maior com a metrópole, de onde operavam órgãos como o Conselho Ultramarino, o Ministério das Colônias (e o Ministério das finanças a este articulado), a Agência Geral das colônias/ do Ultramar (a partir de 1924) e a Escola Superior Colonial. Para gerir os territórios havia o Governador Geral, os governadores das províncias ou distrito e os secretários, que poderiam assumir ocasionalmente funções deste governo-, os chefes de posto e funcionários civis distritais ligados às circunscrições de cada cidade ou distrito e, por fim, os régulos que faziam o papel de autoridade colonial indígena e os sipaios, os soldados indígenas. Funcionavam ainda a polícia e o exército colonial, em paralelo aos tribunais indígenas. Para os cargos que deveriam ser ocupados por não indígenas a administração do Estado Novo procurou manter, tanto quanto possível, funcionários brancos e portugueses em detrimento dos chamados mistos que até a República costumavam ocupar funções na administração colonial

#### *1.1.4. A instalação de cidadão portugueses nas colônias durante o Estado Novo*

Wuyts (1980) refere que ao final da II Guerra, Portugal se encontrava num empasse devido ao aumento de camponeses sem terra e desempregados no país, ao mesmo tempo em que não poderia realizar uma reforma agrária já que a os proprietários dos latifúndios faziam parte do poder. Por outro lado, era ainda diminuta a população branca nas colônias, sendo parte dela ainda oriunda de leis de degredo de condenados enviados nas primeiras décadas do séc. XX ou cidadãos sem formação, que muitas vezes ficavam desempregados que dependiam do auxílio do governo colonial para se manter.

Por estas e outras razões começou a parecer interessante estimular a ida de portugueses parar as colônias., o que já vinha sendo gestado no âmbito da criação de planos de fomento e obras de engenharia que só foram possíveis a partir de meados da década de 1950. Isto possibilitaria criar uma camada média, também chamada de “pequena burguesia” ou “aristocracia operária” que pudesse formar uma base de apoio para o regime, retirando o protagonismo dos grupos formado por africanos (micigenados) nas cidades e no campo. Sua presença também fortaleceria a ideia de unidade portuguesa, a partir de uma pressão que fazia o regime “retomar a incorporação das colônias como províncias ultramarinas” (WUYTS, 1980, p. 19). Esse fluxo de brancos portugueses aumentaria na medida em que crescia a industrialização e os investimentos nos colonatos rurais e na composição social da colônia que ocupariam um lugar de privilégio na hierarquia de poder.

## **1.2 A economia colonial e o trabalho indígena em Moçambique**

Pode-se dizer que no período entre finais do séc. XIX até meados da década de 1920 o estado colonial português se concentrou em firmar sua presença efetiva na colônia sobretudo por meio das incursões militares, adotando uma estratégia econômica voltada aos interesses internacionais que permitiriam a continuidade do domínio. Neste contexto, foi sendo instalada uma estrutura administrativa e legislativa voltada "ao enraizamento da filosofia governativa e dos princípios administrativos desse estado, servindo as mais elementares necessidades do capital internacional na exploração dos recursos humanos e naturais" do território, que até então era representado por companhias concessionárias (SERRA, 2000, p. 203)

Conforme Serra (2000, p. 201) "toda a legislação publicada (...)destinou-se a amordaçar os moçambicanos no estreito e desumano perímetro da sua condição de indígenas<sup>28</sup>" para a imposição de trabalhos forçados. Isso significa que as medidas tomadas pelo estado, fosse qual fosse a justificativa ideológica tinham como objetivo final responder às demandas econômicas básicas da metrópole e do capital estrangeiro. E pensar que essa legislação vinha de 1894, quando foi definida a substituição de algumas penas de prisão de indígenas pelo chamado trabalho correcional, algo que foi reinserido nos sucessivos códigos de trabalho de 1899,1911,1914 e 1926<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Refere-se ao indígena africano..

<sup>29</sup> Cf. MENESES, Maria Paula G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. **e-cadernos CES**, n. 07, 2010.

### *1.2.1 O trabalho forçado (chibalo) e o trabalho por contrato*

A pressão internacional e as diversas denúncias que colocavam a dominação de Portugal sobre as colônias em risco, fez com que em 1928 um novo código laboral alterasse as disposições de 1899 e 1814, acabando “com a obrigação de todos os africanos trabalharem” e instituindo que “toda a mão-de-obra forçada para o estado deveria ser remunerada”, proibindo também a administração de fazer recrutamento para as companhias privadas (NEWITT, 2012, p.408).

Nesse sentido, Serra (2000) explicou:

O sistema do chibalo foi montado com base no roubo e utilização abusiva do campesinato. Forçado a trabalhar para poder pagar o imposto e evitar a prisão, o trabalhador foi engajado sem direitos de espécie alguma. O pagamento dos salários podia ser diferido ou negligenciado por períodos longos, segundo o capricho dos patrões; alguns proprietários rurais adotaram a tática de maltratar os trabalhadores no último mês de trabalho de modo que, se eles fugissem, evitavam, assim, pagamentos de qualquer ordem.

Na cidade, os trabalhadores que não conseguiam obter um emprego, podiam ser presos como vagabundos e enviados para os trabalhos nas estradas, sem remuneração, tal como aqueles que infringiam as leis do passe. Outros abusos flagrantes nos locais de trabalho, especialmente em meio rural, eram: a falta de transporte (especialmente depois do trabalho); a insuficiência no abastecimento alimentar, a exigência para que cada trabalhador utilizasse as suas próprias ferramentas, como por exemplo, as enxadas na construção das estradas; a violência física e os abusos sexuais praticados pelos capatazes; a ausência de cuidados médicos; e a ausência de períodos de descanso para mães em período de aleitamento (SERRA, 2000, p. 387).

Ou seja, para submeter a população negra à dominação colonial seguiram generalizadas as práticas cruéis, desonestas e desrespeitosas, para dizer o mínimo. A respeito desse sistema, no qual cada ato acabava por se complementar a fim de encurralar cada vez mais os africanos, não é exagerado afirmar que se tratou de uma forma de prosseguir com a servidão após a abolição formal da escravatura, como foi detalhadamente tratado por Valdemir Zamparoni (1998).

Isso leva a concluir que foi, efetivamente, o trabalho forçado um dos pilares do capitalismo português nas colônias, o que se reafirmou no âmbito do Estado Novo, muito embora em 1929 o Decreto 16.119 tenha extinguido legalmente o chibalo (ZAMPARONI,

1998, p. 69) substituindo-o pelo contrato, o que, segundo Hernandez (2008, p. 516) “foi apenas um modo de escamotear a prática prevalecente”. E o nacionalismo econômico de Salazar, que via nos territórios ultramarinos “uma solução lógica para os problemas de sobrepopulação de Portugal, para instalar cidadãos portugueses nas colônias e para que as colônias produzissem matérias-primas para vender à mãe-pátria em troca de produtos manufacturados” (MONDLANE, 1969, p. 69 apud WUYTS, 1980, p.15), ainda que devessem manter uma autosuficiência financeira, se valeu dessas práticas para efetivar sua estratégia

### *1.2.2 Trabalho migratório*

Ao sul do rio Save houve a predominância de acordos voltados ao controle do fluxo migratório consolidado por meio da regulamentação dos requisitos para a contratação de trabalhadores nas minas, como a obrigatoriedade de documentos de trabalho, porém com menores salários devido aos repasses sobre o recrutamento e o transporte. Isso ocorreu primeiro pela Curadoria dos Negócios Indígenas e Emigração, depois, pelo monopólio da agência de recrutamento sul africana WENELA (*Witwatersrand Native Labor Association -WNLA*), em alianças de 1901, 1909 e de 1928 que perdurou até 1965.

Nesse ponto há de considerar que houve um certo conflito de interesses com parte do capital português e estrangeiro que defendia uma maior exploração agrícola da região, passando pela escassez de mão-de-obra voluntária. Essa posição, porém, permaneceu secundária diante da força de uma economia que já se apresentava tão concretamente entrelaçada à República Sul-Africana, inclusive com estruturas como a linha férrea Lourenço Marques ligada ao Transvaal que também lhe rendia dividendos por conta da utilização dos portos (SERRA, 2000; NEWITT, 1998; PENVENE, 1993)

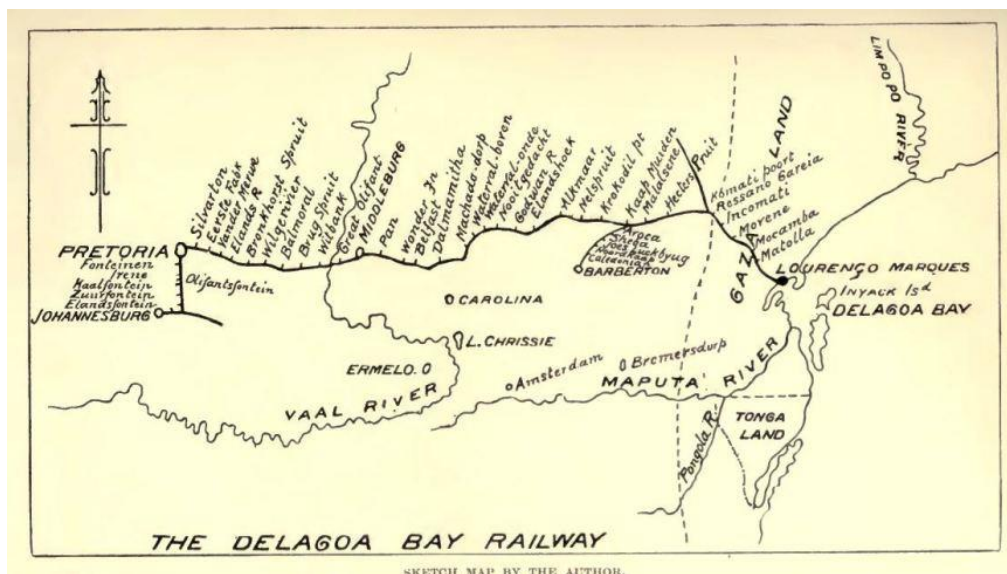


Figura 1- Linha Férrea Lourenço Marques-Transvaal<sup>30</sup>

### 1.2.3 Plantações e culturas obrigatórias

Nas regiões centrais de Moçambique seguiu predominando uma economia de plantações executada pelo capital estrangeiro, agora contando apenas com sua base produtiva e não mais com poderes administrativos e onde as companhias poderiam recrutar mão-de-obra mediante autorização prévia. Já as culturas de rendimento foram um elemento chave na política portuguesa para exploração das colônias. Em 1938 foi criada a Junta de Exportação do Algodão, por onde foi planejado um sistema de produção, compra e venda exclusiva entre os camponeses, as companhias concessionárias e os fabricantes têxteis portugueses. Esta política estimulou a montagem de uma indústria de descaroçamento em Moçambique que se tornou o principal ramo da indústria em 1950.

Por meio desta política os camponeses foram obrigados a fazer o cultivo do algodão e cumprir cotas de produção em suas terras, que em geral não apresentavam as condições adequadas para tal. Assim, acabavam sem conseguir plantar para subsistência.. Em algumas regiões, como no Vale do Limpopo, essa cultura prosperou e levou a uma relativa melhoria de vida para alguns camponeses. Mas, de modo geral, foram necessários diversos ajustes para que

<sup>30</sup> Desenho indicando o percurso da linha férrea entre Lourenço Marques e o Transvaal, que 1899 ainda era um país independente. Fonte: Delagoa Bay World (Disponível em <https://delagoabayworld.wordpress.com/2018/03/21/a-linha-ferrea-entre-lourenco-marques-e-o-transvaal-1899/the-key-to-south-africa-is-delagoa-bay-1899-4/>)

esta cultura cumprisse o papel desejado, alcançando um nível de produtividade considerável nas exportações de Moçambique (NEWITT, 2012; WUITTS, 1980)

Com a II Guerra, em ocasião da falta de produtos do mercado internacional, o arroz também passou a ser uma cultura obrigatória, que gerou uma quantidade suficiente para exportação, mas não representava lucro aos camponeses devido ao plantio dispendioso. Outras produções importantes para o período foram o açúcar que variou em lucratividade ao longo das décadas, o chá e a copra produzida pelos camponeses. É de se lembrar que a relativa neutralidade adotada por Portugal durante a guerra manteve os domínios africanos longe de conflitos e maiores prejuízos, chegando inclusive a se beneficiar com o saldo positivo das exportações do ponto de vista da lucratividade da metrópole, feito a custo da obrigatoriedade imposta aos indígenas de trabalhar a própria terra com os itens de exportação.

### *1.2.3 Estratos urbanos*

Por este quadro pode-se perceber que a maior parte da população indígena de Moçambique estava envolvida na produção camponesa, dividida entre a produção para venda e subsistência nas machambas (roças) das aldeias<sup>31</sup> ou trabalhando para as companhias. Ocasionalmente poderia ser recrutada para o trabalho nas indústrias ou em obras do estado.

Enquanto isso um setor masculino era canalizado para o trabalho migratório e, uma outra parte da população indígena estaria envolvida nos empregos urbanos como: cais, ferrovias e transportes por terra, construção civil, servidores domésticos, em geral, meninos e homens adultos, limpeza urbana, comércio ambulante de carvão e alimentos das machambas ou mesmo prostituição, no caso das mulheres. (ZAMPARONI, 1998; NEWITT, 2012).

Agora, o indígena permanecia, de todo modo, atado ao trabalho compelido, uma vez que por todos os lados encontrava barreiras: na infertilidade do solo, na necessidade de pagamento do imposto, fluxo populacional e ameaças de violência. Por exemplo, o sistema da cadernetas ou “livres-trânsitos” ou “passe” que em 1942 já estava ativo em algumas zonas “para

---

<sup>31</sup> Pela lei, toda as terras da colônia passavam a ser propriedade do estado, que poderia fornecer concessões para empresas ou particulares. Isso esteve na origem dos prazos e dos territórios ocupados pelas companhias. Aos indígenas foram mantidas ou reservadas terras que não fossem utilizadas para outros fins, sendo que houve expropriações e expulsões de muitos, que foram migrando para os arredores das cidades ou terras menos férteis disponíveis no interior. Ver: *Lei de Concessão de Terra* de 1899 e *Lei de Reservas de Terras Indígenas* de 1909 e FARIA, A. M. Transferência do solo dos africanos para o Estado Colonial Português: dimensão político-jurídica. In: **IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Dinâmicas, Mudanças e Desenvolvimento no século XXI**. Universidade Agostinho Neto, 2008.

tentar combater a emigração clandestina”, em 1944, foi introduzido nas maiores cidades e servia como método de controle e para evitar que o indígena escapasse ao trabalho forçado. Ainda em 1947, uma circular governamental definia que o indígena era obrigado trabalhar seis meses por ano para o Governo, para uma companhia ou para um particular (WUYTS, 1980, p.17)

Enfim, a combinação entre as diferentes formas de recrutamento, fosse por contrato ou trabalho correcional, os fluxos migratórios, a cobrança de impostos, os baixos salários, a expropriação de terras e o aumento do comércio colonial tiveram sensíveis consequências. Dentre elas estavam o “despovoamento regular do Sul de Moçambique”; a concentração da carga de trabalhos domésticos e agrários sobre as mulheres; crianças e idosos que ficavam nas aldeias (também sujeitos ao chibalo em caso de não pagamento dos impostos; a “redução da produção de subsistência”, acentuando e tornando constante a pobreza nas áreas rurais. mesmo que fosse, na verdade, um efeito do “avanço do capitalismo” colonial e da dominação (SERRA, 2000, p.389).

Mesmo assim “ a ideologia colonial” sustentava “que isso era a condição natural da economia africana”, mesmo que fosse, na verdade, um efeito do “avanço do capitalismo” e da dominação colonial. (SERRA, 2000, p.389).

#### *1.1.4. Classes sociais*

É importante considerar que o trabalho obrigatório pode colocar o indígena numa condição de semi-proletarização, estando em alguns períodos do ano em sua aldeia e em outros nas minas ou em alojamentos, trabalhando em obras. Lembrando que não era de interesse do capital que os indígenas se separassem completamente da terra, uma vez que isso fazia com que a subsistência dos trabalhadores permanecesse um encargo das famílias. Além disso, as machambas, pequenas produções dos africanos e africanas era o que efetivamente sustentava os trabalhadores e abastecia as cidades, assim viabilizando o funcionamento das empresas e as grandes plantações voltadas para exportação.

Uma esquematização breve (inspirada na tabela dos movimentos associativos em Moçambique de Olga Neves, 2008, p. 24) seria essa:

- Alta burguesia Branca: Comerciantes, Empresários, Proprietários de terras/ plantações,



- Industriais, Transportes (Linhas de ferro, Portos e setor naval);
- Média Burguesia Branca: Pequenos comerciantes, colonos em propriedades pequenas ou médias; Profissionais liberais como advogados e médicos;
- Pequena Burguesia Branca: Empregados do comércio e indústria, funcionários civis;
- Pequena Burguesia Goesa: Comerciantes.
- Pequena Burguesia Mulata/Africana: Pequenos proprietários de terras ou comércios, profissionais liberais; funcionários civis.
- Operariado branco:
- Operariado africano
- Operariado indiano
- Trabalhadores autônomos ou de serviços : alfaiates, domésticos, limpeza pública, vendedores ambulantes, pescadores;
- Trabalhadores migrantes ?
- Campesinato: ?

### 1.3 Imprensa, literatura e a censura no Estado Novo

Em Lourenço Marques o primeiro jornal, *O distrito de Lourenço Marques*, surgiu em 1888, marcando "a marcha de progresso acelerado a partir da construção do porto e do caminho-de-ferro para o Transvaal" (RIBEIRO & SOPA, 1996 p.12). Seria em 1909, no entanto, antes mesmo do raiar da República em Portugal, que surgiria o que José Capela (1996, p.12) denominou como "imprensa africana", ou seja, "uma imprensa em que pontificam, como sujeitos e objectos, os africanos" e "tratando dos problemas da população africana". O autor refere-se ao jornal *O Africano*, fundado pelos irmãos Albasini. Este periódico funcionou até 1918, quando foi vendido. Em seguida, os Albasini fundaram, junto a outros entusiastas da "causa africana", *O Brado Africano*, publicado em português e ronga e distribuído em toda a região de integração da cidade com as zonas sul africanas de migração. Esse título se tornaria emblemático, tanto pelo papel que cumpriu enquanto foi publicado com destaque para a década de 1920, de intensos debates e embates políticos e ideológicos, quanto por permanecer uma rica fonte histórica sobre a vida dos africanos sob o regime colonial.

Fasto é que, em Moçambique, imprensa<sup>32</sup> e literatura acabaram por constituir, sob muitos

---

<sup>32</sup> A imprensa oficial é implementada em Moçambique em meados do século XIX a partir da Ilha de Moçambique e, pouco a pouco, vão surgindo publicações periódicas nas demais províncias, ainda mantendo um caráter essencialmente eurocêntrico, mesmo nos casos da imprensa operária.

aspectos, uma história entrelaçada. Como produtos de informação e cultura, serviriam de alicerces ao processo de desenvolvimento e expressão do poder colonial entre colonos europeus e a camada nativa letrada, no âmbito da implantação ou regularização de instituições de ensino no “ultramar”. Ao mesmo tempo, como bem apontado por Francisco Noa (1996), foram também plataforma da "afirmação cultural e artística do intelectual moçambicano", aglutinando escritores e jornalistas que se ligaram, inclusive, à luta anticolonial (RIBEIRO & SOPA, 1996, p. 237).

Lourenço Marques viu florescer uma variedade de movimentos associativos no começo do século XX, organizando os indivíduos por classe, categoria, "raças", comunidades, atividades culturais e recreativas, afinidades políticas, ideológicas ou mesmo religiosas. Algumas associações se utilizaram de publicações periódicas para expressar seus valores, pautas e engajar seus grupos. O *Brado Africano* foi um destes periódicos, porta-voz da Associação Africana de Lourenço Marques, que reunia sobretudo uma pequena burguesia africana, segundo o quadro descrito nos estudos de Olga Neves (2008).

Convém sublinhar que 1926 foi um ano marcado por mobilizações entre trabalhadores urbanos e movimentos associativos em Moçambique, em particular nas cidades da Beira e Lourenço Marques. Segundo Olga Neves (2009), a particularidade deste momento tinha a ver com o aumento de manifestações contestatórias partindo de diferentes grupos sociais e camadas de trabalhadores.

A capacidade de ação destas associações variou conforme as mudanças do regime e sua proximidade com os interesses metropolitanos. Mas, embora sempre houvesse algum tipo de controle por parte da administração colonial e dos poderes econômicos, o cerceamento seria mais rígido durante o Estado Novo, fazendo com que, de um modo geral, a imprensa perdesse voz na tarefa de enfrentamento do regime, denúncias ou reivindicação de direitos.

Com o caminhar das décadas e o novo regime tomando forma, o separatismo motivado pelas diferenças raciais e pelas diferentes categorias de trabalho, juntamente às estratégias de repressão colonial, muitos destes movimentos foram desarticulados, evitando que se formasse uma consciência maior sobre os desmandos do colonial entre as categorias de trabalhadores. Porém, ainda que sob alguma vigilância, muitas associações seguiram existindo.

O controle perpetrado pelo regime por meio da censura se fez sentir na imprensa e no acesso a revistas e livros, com indícios de maior rigidez no que diz respeito à entrada e saída de materiais impressos nas colônias. Reservadas as devidas proporções e situações específicas de

cada órgão, refletindo suas influências, as pessoas envolvidas e seus respectivos grupos e trajetórias pessoais, o posicionamento crítico das imprensas locais em relação ao regime colonial fica ainda mais limitado, não obstante o cenário cultural e intelectual tenha se tornado cada vez mais agitado. Há, inclusive, análises que veem neste período de 1930 a 1960 uma falência da imprensa africana em sua capacidade de se posicionar (NEWITT, 2012; ROCHA, 2000) em comparação ao período republicano, sobretudo após a I Guerra, quando diminui a combatividade dos periódicos

Em paralelo, a guerra travada contra o fascismo alemão, italiano e japonês entre os aliados trouxe uma tônica geral de luta por liberdade e democracia que, então, tornou “evidente a desarmonia entre este objetivo e a prática da dominação colonial, que se aproximava do fascismo, no sentido em que negava a liberdade e democracia aos povos subjugados” (HEDGES, 1999, p.). Justamente no “período de reconstrução da economia mundial e das relações internacionais” essa contradição foi posta em evidência, uma vez que também feria o princípio de autodeterminação dos povos recentemente reafirmado na Carta das Nações Unidas, de 1945.

Ao lado de sua natureza fascista, os discursos promovidos pelo regime, baseados na ideia do benefício trazido pela colonização levada a cabo pelos portugueses, ganham força na tese do pioneirismo luso em explorar novos territórios e na fatalidade da miscigenação, além da suposta “igualdade na qual os portugueses sempre basearam suas relações com os povos” e no “modo português de estar no mundo”. O *lusotropicalismo* concebido por Gilberto Freyre, em uma versão mais adequada aos interesses da metrópole<sup>33</sup>, têm eco na insistência de Portugal em manter as colônias ou “províncias ultramarinas”, funcionando como propaganda importante num contexto no qual o colonialismo já é fortemente contestado e há independências à vista.

Refletindo a circulação de ideias entre os espaços metropolitanos e as colônias (Hernandez, 2018), os movimentos da diáspora e a própria realidade local com toda sua complexidade apresenta “traços de conflituosidade” que ganham um impulso expressivo nas páginas da imprensa local, que, segundo Olga Neves “é acutilante na crítica política à administração no poder e na crítica social, não se calando, sobretudo quando afloram ou rebentam focos de tensão na cidade capital ou em qualquer distrito da colônia”. (Neves, 2008, p. 23).

E foi justamente nas décadas de 1940 e 1950 que Moçambique assistiu a uma "agitação

---

<sup>33</sup> Vide *O Brado Africano*, 17 de junho de 1950, p.1.

cultural entre a juventude moçambicana urbana", marcada pelo surgimento de escritores de peso como Orlando Mendes, Fonseca Amaral, Rui Knopflfi, José Craveirinha e Noémia de Sousa, que ou foram divulgados ou estiveram em muito ligados à imprensa. Segundo Noa (1996) Isto se deu por meio de publicações como "O Itinerário (1941), publicação mensal de letras, artes, ciências e crítica, Sulco (1944-1945), página literária do jornal *Notícias* e o *Jornal da Mocidade Portuguesa*<sup>34</sup> (1947)". Ainda segundo o autor:

Ao vitalismo que se assiste nessa época não é indiferente o impacto da 2ª Grande Guerra, evento que constitui uma das etapas mais marcantes para a mundialização do planeta e que colocaria a intelectualidade nascente em Moçambique em diapásão com o movimento espiritual da época. A publicação, com especial incidência do *Itinerário*, por um lado, de um número cada vez mais crescente de textos literários e de reflexão de autores consagrados universalmente (Romain, Rolland, R. Tagore, Jorge Amado, A. Gide, Érico Veríssimo, Fernando Pessoa, J. P. Sartre, etc.) e, muito particularmente, das principais figuras do neo-realismo português (Alves Redol, Mário Dionísio, Soeiro P. Gomes) e, por outro, a galopante tomada de consciência da sua especificidade africana, independentemente da cor da pele, por parte dos jovens escritores moçambicanos traduzir-se-ia numa literatura de temática social, ao mesmo tempo mais comprometida e mais reivindicativa. (RIBEIRO & SOPA, 1996, p. 238).

Pelo exposto, a conjuntura das décadas em questão conjugou fatores que, embora dificultassem as respostas dos movimentos e indivíduos às questões que se colocavam pela colonização, forjaram o fortalecimento de uma identidade africana e moçambicana que transpareceu por meio da literatura.

### ***1.3.1 A Educação na imprensa africana e no Estado Novo***

Uma das pautas mais importantes feitas pelos africanos ligados à Associação Africana foi, desde a sua fundação, a defesa da educação e da ampliação das escolas a todos os africanos da colônia. Como bem colocado por Zamparoni (2002, p. 464) essa “pequena burguesia filha da terra partilhava da crença iluminista de que a felicidade do povo de cor viria da difusão da educação”, indo além do ensino de atividades mecânicas voltadas apenas à “produção braçal”, imposto por uma “minoridade de classe” em seu proveito. Isso pois a educação seria o “meio

---

<sup>34</sup> Cf. SOUZA, Ana Luiza Falcão de. A organização da mocidade portuguesa: entre rupturas e permanências (1943-1974). 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

fundamental e adequado” para a transformação do indígena em cidadão, sendo que o ler e escrever possibilitaria não apenas habilitar-se para um emprego, mas alterar todo o seu comportamento, modo de ser e pensar.

João Albasini foi um grande defensor dessa tese enquanto viveu e a A.A. se engajava não somente na reivindicação ao poder colonial, mas também na tarefa dos africanos já civilizados se organizarem para construir e manter escolas para habilitar o indígena a aprender corretamente o português. Havia um consenso da necessidade e inclusive da prioridade que deveria ser dada à educação feminina, tendo em vista que sua educação e mudança de mentalidade era fundamental para que a educação dos homens fosse efetiva, permitindo uma relação social harmoniosa.

Albasini colocava que a melhor opção seria, na verdade, que as mulheres fossem educadas em internato, pois longe da família poderiam se desvencilhar mais facilmente de costumes como o lobolo, que para ele era o símbolo da transformação da mulher em “escrava perpétua” do homem (ZAMPARONI, p. 2002, 467). A discussão sobre o lobolo foi um polêmica presente nos vários anos de jornal analisados por Zamparoni e, como será visto no capítulo 3, foi presente também em discussões de 1949-1950. Aliás, a pauta da educação feminina nestes moldes permanece nas edições de vinte anos depois.

O tipo de educação proposta para as mulheres era voltada para o aprendizado de habilidades para uma vida doméstica moderna, substituindo as capulanas por roupas europeias (por isso teriam de aprender a costurar), aprendendo outra culinária e utilizando outros itens da modernidade. Esse era o significado de libertar a mulher africana por meio da civilização, tornando-a útil também como educadora de seu filhos. As poucas mulheres que colaboraram para o jornal na época diziam concordar com esta posição. O mais interessante, contudo, é constatar que havia uma franca militância para que o projeto educacional fosse colocado em prática. Tanto que conseguiu fundar duas escolas, uma feminina e uma masculina, sendo que a primeira funcionava na sede do Grêmio Africano e recebeu o nome de José Albasini. Foi, inclusive, tomada como responsabilidade do governo, que passou a financiá-la.

Esse processo de engajamento pela educação africana e indígena, que defendia a abertura de liceus de artes e ofícios para permitir aos indígenas desenvolverem profissões autonomamente, com o adentrar da década de 1920 foi se acirrando por conta do racismo

crecente. Com a chegada do Estado Novo a situação piorou ainda mais, transparecendo inclusive no posicionamento dos colaboradores do *Brado Africano*, que passam a não mais cobrar do regime suas reivindicações e reproduzem a proposta de um ensino rudimentar do indígena e voltado “para o bem da colônia” e fundado na moral cristã (ZAMPARONI, 2002, p.472).

Está foi, alias, a base da educação indígena na colônia, que sempre esteve atrelado à igreja católica. Missões protestantes tiveram alguma atuação no território<sup>35</sup>, mas foram as missões católicas que tiveram protagonismo na intervenção ideológica a partir do ensino voltado para o domínio e exploração do africano. Durante o governo de Salazar não foi diferente, pois apesar de manter a separação entre Igreja e Estado, àquela recebeu o “reconhecimento especial <como instrumento de civilização e influência nacional e o auxílio estatal para as missões dado o seu trabalho instrutivo” (NEWITT, 2012, p.214).

Por sua vez, o Acordo Missionário, de 1940 e o Estatuto missionário, de 1941, regulamentaram o ensino missionário na colônia, o que permitiu muitos privilégios, inclusive o trabalho chibalo para construção de igrejas. Porém, demonstrou-se que o ensino rudimentar ou “escolas de adaptação” oferecidos pela igreja era muito básico e insuficiente, sendo comum que os alunos passassem muito tempo “a trabalhar nas explorações agrícola das missões, outra forma de mão de obra barata” (NEWITT, 2012, p.215).

Já aos europeus e não-indígenas havia as Escolas Elementares, onde era feito o ensino primário e que poderiam ser oficiais (mantidas pelo governo da colônia) ou mantidas por alguma comunidade religiosa (ex. escola hindu, mamometana). Segundo Newitt, havia em Lourenço Marques, em 1940, uma escola técnica e quatro liceus onde se recebia o ensino secundário, estes menos frequentados por africanos uma vez que se cobrava mensalidade. Por fim, a necessidade de criação de mão-de-obra melhor qualificada e de nacionalização da população fez com que na década de 1960 a rede de ensino fosse expandida.

---

<sup>35</sup> Ver, por exemplo: CRUZ E SILVA, T. Educação, Identidades e Consciência Política: A Missão Suíça no Sul de Moçambique. **Lusotopie**, p. 397-405, 1998.

## 2. ITINERÁRIOS DE VIDA: DA “INFÂNCIA DISTANTE À “CANÇÃO FRATERNA”

### 2.1 A infância na distante Catembe

É possível imaginar o sol de meio-dia brilhando sobre uma grande casa à beira do Índico, em meio às areias da margem sul da baía de Lourenço Marques ao ler o quadro pintado pelos versos de Sousa em seu célebre "Poema da Infância distante". Foi ali, na praia da Catembe, onde nasceu aos vinte dias de setembro do ano de 1926, Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares, aquela que ficou conhecida como fundadora da literatura dos marginalizados em Moçambique (SAÚTE, 2001). Este cenário embalou os primeiros anos de sua vida e por sua importância foram lembrados em sua obra, que hoje revela e transporta leitores em diversas partes do mundo ao encontro dessas paisagens complexas forjadas pela história.

#### *2.1.2 Convivência social e origens familiares*

Dos seus tempos de infância até sua vida adulta, Sousa teve sua história cruzada com diferentes fases da ordem colonial em Moçambique. Como se pode observar em seus versos e entrevistas, as lembranças e sensações positivas de felicidade e liberdade dessa época (finais da década de 1920 e meados de 1930) foram preservadas. E, a maneira como viveu e percebeu esse primeiro momento de sua vida reforçado pelas narrativas familiares e sociais desponta como algo crucial para a formação e expressão de suas ideias, dentro e fora dos suportes literários.

O que ficou explícito desta primeira parcela de sua vida, expressa em sua escrita poética povoada por emoções contundentes, como em o Poema da infância distante, foi o seu olhar atento às pessoas de seu cotidiano: os "pescadores indianos", os "negros nos botes", as "mamas" com filhos às costas". E, principalmente, as brincadeiras com crianças de diferentes raças e classes sociais definidas por uma combinação de raça, etnia e ocupação. A autora deixa claro como essa convivência se tornou inesquecível, em meio aos cajueiros e pés de massala das machambas da Catembe à Bela Vista.

A atenção que empregou a esta diversidade de atores parece ter uma relação tanto com o ambiente em que viveu seus anos iniciais de vida quanto com a sua origem familiar, mestiça e composta por diferentes camadas sociais e culturas. Nas primeiras décadas do séc. XX, a

composição social na região da baía de Lourenço Marques era de uma população com origens variadas entre africanos negros, mestiços, brancos portugueses, metropolitanos ou nativos e de outras nacionalidades, além de asiáticos indianos imigrantes e/ ou já nascidos na colônia e uma comunidade de chineses (NEWITT, 2012).

A presença indiana entre Sofala e o Rio Save remontava-vários séculos, porém, houve uma ida de imigrantes de Goa que então fazia parte do império português para a região da Catembe que ficou mais acentuada a partir de 1910. Vindo a Moçambique a procura de trabalho, alguns se concentraram no setor pesqueiro e da produção de barcos, formando uma comunidade com cerca de vinte famílias que na década de 2000 contava com cerca de 45. (BRANQUINHO, 2003). Essa comunidade empenhava sua identidade muito baseada na religião católica como praticada em Goa, criando festejos e ritos locais que lhe mantiveram coesa ao longo do tempo e esteve concentrada no bairro da Guachene, bem próximo à ponte e às margens da baía. Era neste pedaço onde se situava a casa de Sousa, proximidade que faz sentido devido à origem goesa de seu pai, que era também um “católico praticante que levava os filhos à missa.

Esse bairro é descrito no Poema da infância distante e em Shimani, porém, parece referir-se a uma parte mais ao interior ocupada por outros grupos além dos goeses. Válido ressaltar que a família de Sousa possuía também origem goesa, mas as referências apontam que esta comunidade da Catembe, em específico, mantinha-se fechada até mesmo em relação a comunidades de indianos de outras procedências e religiões. Inclusive os casamentos eram realizados, de preferência, diretamente em Goa com mulheres católicas que vinham morar em Moçambique posteriormente (BRANQUINHO, 2003)

Havia aldeias de populações negras ligadas às estruturas sócio-políticas anteriores à ocupação militar portuguesa de 1896, ocorrida após o desmantelamento do Império de Gaza, localizadas nas áreas mais distantes da costa, no chamado hinterland, ao longo dos rios que desembocavam na baía. Em classificações antropológicas seriam os bantu, ronga, zulu e swazi, que foram ligados a 'clãs' como os Tembe, Maputo, Matutuíne, Mpfumo, Matola, o que deu origem às divisões distritais (TEMBE, 2018). Era muito acentuada a presença Ronga, que compunha a ascendência materna de Noémia.

Em seu seio familiar o parentesco era variado; em suas próprias palavras: "eu costumo dizer que na minha família há praticamente todas as raças. Só falta a chinesa" (SAÚTE, 1998 p.241). Pelo lado materno, Sousa relata: "a minha mãe é o que se chama a perfeita mulata, a



mistura do branco e negro. Era filha de um alemão e de uma africana do sul" (LABAN, 1998, p. 246).

A avó de Sousa chamava-se Belenguana e era filha de um chefe ronga, enquanto seu avô, Max Brühheim era um caçador e negociante alemão que veio a Moçambique junto com o irmão, Paulo Brühheim, em busca de negócios. Sobre a união entre seus avós maternos, Sousa refere que este era um tipo de casamento costumeiro, feito para que fosse concedida pela autoridade nativa a permissão para que o estrangeiro pudesse caçar e fazer comércio nos arredores da região que na época era conhecida como Bela Vista<sup>36</sup>.

Desta união nasceram "quatro ou cinco filhos", dentre eles Clara Brühheim, sua mãe, que recebeu a educação "rudimentar" em uma missão católica e uma das suas irmãs, que recebeu ensino na missão protestante, aprendendo a ler em Ronga. Mesmo após se casar, Clara ("Madame Abranches de Sousa") carregou hábitos de sua cultura, como o uso de capulanas, até o momento em que se casaram oficialmente, ou seja, de acordo com as leis coloniais portuguesas. História que Sousa conheceu com mais detalhes, investigando algumas cartas do pai, por onde soube que este estava preocupado com a segurança da família, já que haviam se unido com uma considerável diferença de idades, decidiu por oficializar a união. Porém, para que o casamento fosse reconhecido, era necessário provar os costumes ocidentais e abandonar, por exemplo, as capulanas. Cito:

(...)tinha pessoas de uma certa importância, lá na terra, (...)que iam almoçar, jantar, a minha casa; e as mulheres da família que eram negras, ou que eram mestiças, que se vestiam de capulana, estavam à mesa sentadas com eles, está a perceber? Não havia esses problemas. A minha mãe teve de deixar as capulanas depois, quando o meu pai viu que as coisas tinham mudado e que um dia morresse – ele era bastante mais velho que minha mãe: a minha mãe teve minha irmã mais velha aos dezoito ou dezanove anos; mas eram os hábitos dessa altura, mesmo aqui na Europa isso acontecia, geralmente os homens casavam passados os trinta anos e as raparigas tinham que casar-se logo... Ele pensou que podia morrer e que com as leis que havia, ela podia ficar desprotegida. Eu, quando os meus pais se casaram, tinham para aí quatro ou cinco anos. (Laban, 1998, p.257)

---

<sup>36</sup> A propósito, ver: COELHO, Marcos Dias. O Regulamento de Caça de Lourenço Marques de 1910: um instrumento do domínio colonial. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 373-391, 2014.

As memórias da convivência com a mãe e seus cuidados com os filhos na “quentura da capulana” quando oferecia colo, aparentam ser especialmente preciosos para Sousa, tanto que esta lembrança do casamento dos pais, quando então tinha 4 anos (1930 ou 1931), foi relembrada por ela em entrevista. Como ela e o irmão Nuno Abranches foram os filhos caçulas, não se sabe se Clara Brühem ocasionalmente continuaria a utilizar as capulanas (uma marca tão forte para sua identidade ronga) caso posteriormente tivesse outros filhos. Mas o fato de ser necessária essa mudança comportamental para que seu casamento fosse aceito demonstra o teor e o crivo das leis impostas aos africanos e aos nascidos nas colônias.

E a minha mãe começou a usar vestidos... Foi uma coisa de que eu não gostei muito. Porque gostava de me sentar no colo da minha mãe, gostava de ficar ali encostadinha, e as capulanas tem uma quentura diferente da do vestido, da seda, do não sei quantos. É uma coisa mais confortável, mais quente. Ela usava aquelas capulanas compridas, vestia-se como se vestiam as pessoas daquele tempo, quando eram as <<senhoras>>, com todo um ritual de roupa: tinham a roupa interior, que era- e é- umas capulanas que eram brancas com uma barra larga vermelha ou azul, depois outra mais fina, às vezes com entremeios de renda. Usava-se uma curta, que fazia de cuecas, e depois vinha essa, um bocado abaixo do joelho, e depois vinha outra capulana, essa com pragueados, que era o <<vestido>>, até o tornozelo.

O meu pai vestia-se à europeia! Era um dândi, como todos os primos da minha mãe, a quem eu chamo tios. Eu quando vejo as fotografias com aquele clima.... Usavam todos coletes com corrente de relógio.... (CHABAL, 107-108).

Ainda, é um detalhe nada desprezível considerando as formas como a situação colonial incidia sobre as mulheres africanas, neste caso regulando até mesmo seus comportamentos culturais ligados a maternidade. Neste sentido, é válido colocar em pauta a relação contraditória e conflituosa, porém intrínseca e interligada entre raça, classe, gênero e sexualidade no imperialismo.

Pelo caso de Sousa, vê-se como há uma certa variedade nessas relações, podendo ser muito específica a depender do período e comunidade analisada. O trabalho de Magalhães (2016) que trata sobre resistências de mulheres ao sul de Moçambique no século XX explora com vagar o casamento, sobretudo o de mulheres indígenas, colocando ainda mais detalhes neste quadro.

Não há maiores detalhes sobre quais os termos do casamento não oficializado (pela ótima portuguesa) em casos como este, dos pais de Sousa. É de se presumir que o fato de pertencerem a famílias mestiças já nas gerações anteriores deva ter colocado outro tom nestes matrimônios, sendo, neste caso específico, orientado pelo ritual e visão de mundo católica, já trazida pelo pai.

A filiação paterna de Noémia de Sousa também apresentava origens variadas. Seu pai (nome não referido), era neto de um oficial da Marinha português e da filha de uma africana macua com um juiz indiano goês. Sousa assim disse: "O meu pai tem todo o tipo indiano, não sei se conhece gente de Goa..." (Laban, p.271). Nasceu e cresceu na Ilha de Moçambique e foi para Lourenço Marques estudar nos "colégios onde se aprendia línguas" que havia naquela época em que não havia estrutura de ensino oficial. (Chabal, p.105). Passou a trabalhar como funcionário público, atuando "numa secretaria geral ou coisa assim do gênero". Segundo Noémia:

Naquela época não se fazia muita discriminação nesse aspecto, principalmente com mulatos, com mestiços. Os Goeses eram portugueses e muitos cargos superiores foram preenchidos por mestiços. Porque também não havia muita gente para preencher os quadros. Ele foi o último a ocupar aquele cargo. Depois ele ficou vedado, porque fazia assim: para vedar certos cargos aos moçambicanos exigiam, com os documentos sobre qualificações profissionais, o documento de serviço militar, que nenhum mestiço fazia. Era obrigado a pagar taxa militar.

Não havia assimilação, a assimilação era só para o negro "indígena". E depois havia a outra camada, que eram os mulatos, Goeses, Indianos, e depois a camada superior (CHABAL,1994, p.105).

Vemos mais uma vez a questão da segregação racial que se apresentava de uma forma distinta anteriormente à aplicação dos regulamentos postos a partir de 1926, sendo antes menos cerceadora sobretudo com mestiços, que podiam acessar melhores condições de vida. Isso assegurou que a família de Sousa tivesse acesso a um nível de vida melhor em relação aos negros indígenas enquanto ele viveu. Conforme os filhos foram crescendo, isto ficou ainda mais perceptível.

O casal teve seis filhos, sendo Noémia a quinta. E as diferentes características físicas entre os irmãos levaram a distintas experiências no espaço colonial. Noémia relata como sua cor de pele não deixava evidente o fato de ser mestiça, o que a fazia viver recorrentemente situações de racismo enquanto uma menina negra.-Cito:

E eu lembro-me de uma vez estar num autocarro, num machimbombo<sup>37</sup>, como se chama lá, a ler um livro e um <<senhor>> troçar de mim. Foi uma coisa, eu era criança, devia ter para aí dez anos, que me chocou muito, tanto mais que se dirigiu macaqueando a pronúncia do negro a falar português, com um forte sotaque, a insinuar

---

<sup>37</sup> Do inglês machine pump.

que eu não sabia ler e que estava a fingir para mostrar aos brancos. Eu era uma miúda e ele chocou, está a ver? (LABAN, 1999, 267)

Isto se contrastava à vivência, por exemplo, do irmão Nuno, que tinha características indo-europeias mais acentuadas. “Tive certas experiências que, por exemplo, o meu irmão Nuno não teve: era bastante mais claro do que eu, mas sem comparação, tinha olhos claros, passava mais” (LABAN, 1999, 268). Não poderia deixar de citar, também, os alertas que sua mãe fazia desde cedo: “Tu vais a rua e, se aparecer um homem a oferecer-te um rebuçado, tu não aceitas, porque não debes confiar nos homens brancos que se aproximem de ti, que tu não conheças (...) e foge deste homem” (LABAN, 1999, 268). Este alerta da mãe era reforçado, pois o costume era que as crianças fossem em grupos ou sozinhas para a escola ou para outros locais, o que não acontecia com os filhos de colonos. Revela, porém, uma preocupação redobrada tanto pela cor como pelo gênero.

No que se refere às condições permitidas aos mestiços faziam com que Sousa tivesse, de fato, um acesso maior a certos recursos, afinal “nós éramos descendentes de colonos, nós mestiços tínhamos direito a ficar em qualquer lugar [nos autocarros, igrejas], mas eu via os outros lá atrás” (LABAN, 1999, 268). Porém, presenciar essas situações como negra e não ignorar ou naturalizar a gravidade do que se passava a seu redor, a fizeram despertar ainda mais para a urgência da luta anticolonial.

## ***2.2.1 Lourenço Marques e a A Catembe***

### *2.2.1.1 Lourenço Marques*

A estrutura urbana de Lourenço Marques (atual Maputo) se desenvolveu estreitamente ligada às demandas sul-africanas, pelo escoamento de produtos e exportação de mão-de-obra. De acordo com Zamparonni (2012), à diferença das outras zonas de Moçambique que foram efetivamente ocupadas pelas Companhias Majestáticas até meados dos anos 1940), a região ao sul do Save, com a centralidade nesta cidade, era marcada pela atividade ferro-portuária direcionada aos polos de extração aurífera e carbonífera do Rand e Transvaal. A cidade se tornou, assim, um ponto diferente de outras paisagens às margens do Estuário do Espírito Santo, destacando-se pela urbanização crescente a partir do cais.

Lourenço Marques se formou em um ponto estratégico da região em que hoje se situa a província de Maputo, em referência ao Rio Maputo. A cidade foi dividida em circunscrições

civis demarcadas pelo governo colonial em 1898 e estas divisões foram baseadas em territórios de antigas chefias locais e em cada uma delas foram instalados postos administrativos com chefes de posto portugueses e régulos africanos. O mapa a seguir traz a divisão atual, com seus respectivos nomes.

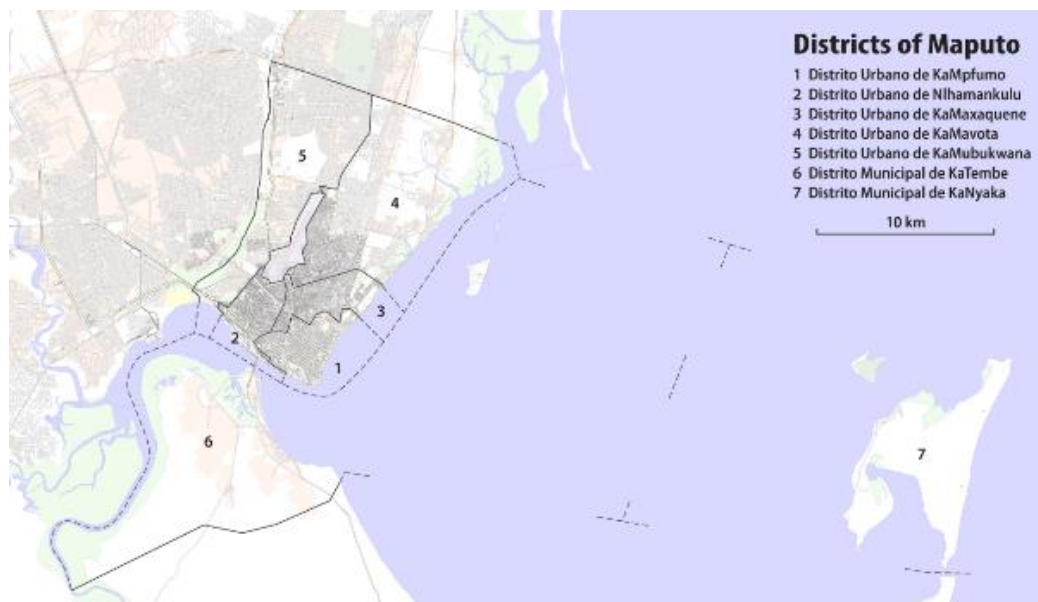


Figura 2 - Demarcação dos distritos urbanos de Maputo<sup>38</sup>

Como é possível observar no mapa, há atualmente sete circunscrições: 1 -KaMpfumo, 2- Nihamankulu, 3- KaMaxaquene, 4- KaMavota, 5-KaMubukwana, 6 - KaTembe (Catembe) e 7- KaNyaka. Os distritos urbanos de KaMatova e KaMabukwane, situados nas zonas mais periféricas foram anexados no pós-independência em decorrência da expansão do tecido urbano. A área 1, correspondente a KaMpfumo é o núcleo mais antigo e urbanizado, enquanto a KaTembe e KaNyaka estão separadas das outras áreas por água (MALOA e JÚNIOR, 2019, p. 16).

A povoação mais concentrada da cidade começou em um ponto da área correspondente às circunscrições 1 e 2. Domingos (2013) estudou esse crescimento e observou que o plano de urbanização Lourenço Marques, até 1876, seguiu os códigos da ocupação militar: “situada em uma baía virada ao sul e protegida de ataques marítimos e revoltas nativas, a cidade contava com uma povoação fortificada, um quartel e uma feitoria”. Como pode ser observado na

<sup>38</sup> (Fonte: Wikipédia; Disponível em [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Map\\_Districts\\_of\\_Maputo.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Map_Districts_of_Maputo.png))

imagem a seguir, havia uma dezena de ruas assentadas em um terreno pantanoso:

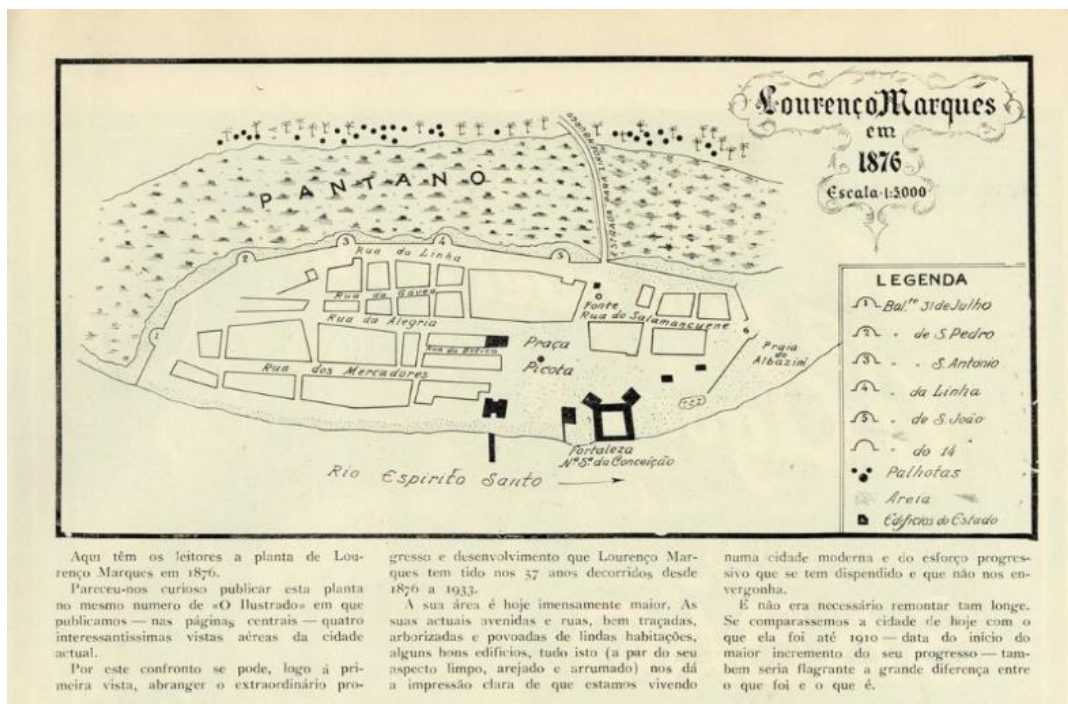


Figura 3 - Mapa do que era Lourenço Marques em 1876<sup>39</sup>

Contudo, aquele que seria o “primeiro plano de urbanização da cidade” surgido em 1887, seria um alicerce norteador para a construção da capital até 1950. Tratou-se de uma proposta feita pelo major de artilharia Antônio Araújo que, aliás, seria homenageado com seu nome em uma rua emblemática da cidade. Sendo um plano baseado:

(...) em uma engenharia militar e influenciado pelos planos haussmanianos<sup>40</sup> para Paris, o projeto introduziu elementos novos na cena urbanística: uma escala maior de intervenção e traçado, grandes avenidas e uma geometria ortogonal de expansão da cidade. O plano privilegiava o centro da cidade e sua população branca, que desfrutava das fachadas adornadas e parques arborizados. Ao mesmo tempo, os empregados negros, em sua maioria moradores das periferias da cidade, poderiam facilmente se deslocar pelas novas avenidas em direção aos seus empregos e às casas de seus patrões. Entre 1900 e 1940, em paralelo à expansão da economia mineradora, Lourenço Marques experimenta um rápido crescimento para norte e oeste seguindo os parâmetros do plano aprovado. A circulação de mercadorias, trabalhadores e

<sup>39</sup> Fonte: O Ilustrado. 1 de Outubro de 1933, Nº13. pág. 263. (Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2018/04/15/mapa-de-lourenco-marques-1876/>)

<sup>40</sup> Relativo a Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), urbanista francês que dirigiu a reconstrução de Paris na segunda metade do século XIX.

dinheiro pelo porto, ruas e avenidas da cidade na rota das minas de ouro dão o tom do desenvolvimento urbano da capital durante este período (DOMINGOS, 2013, p.\_).

O autor faz um resumo de como se deu o crescimento da capital em cerca de seis décadas. Esse plano buscou combinar uma estratégia de defesa colonial com a instalação dos colonos e outras camadas brancas, transformando Lourenço Marques em uma vitrine do ultramar.

É possível observar na planta a seguir, de 1910, portanto quando a cidade já havia se tornado capital, como a parte semicircular planejada da capital que contava com suas principais avenidas e diversas construções estatais e privadas. Naquele ano a Linha de Ferro Lourenço Marques-Transvaal estava sendo entregue, enquanto a nova estação ferroviária com um novo e robusto plano de arquitetura inaugurada em 1916.

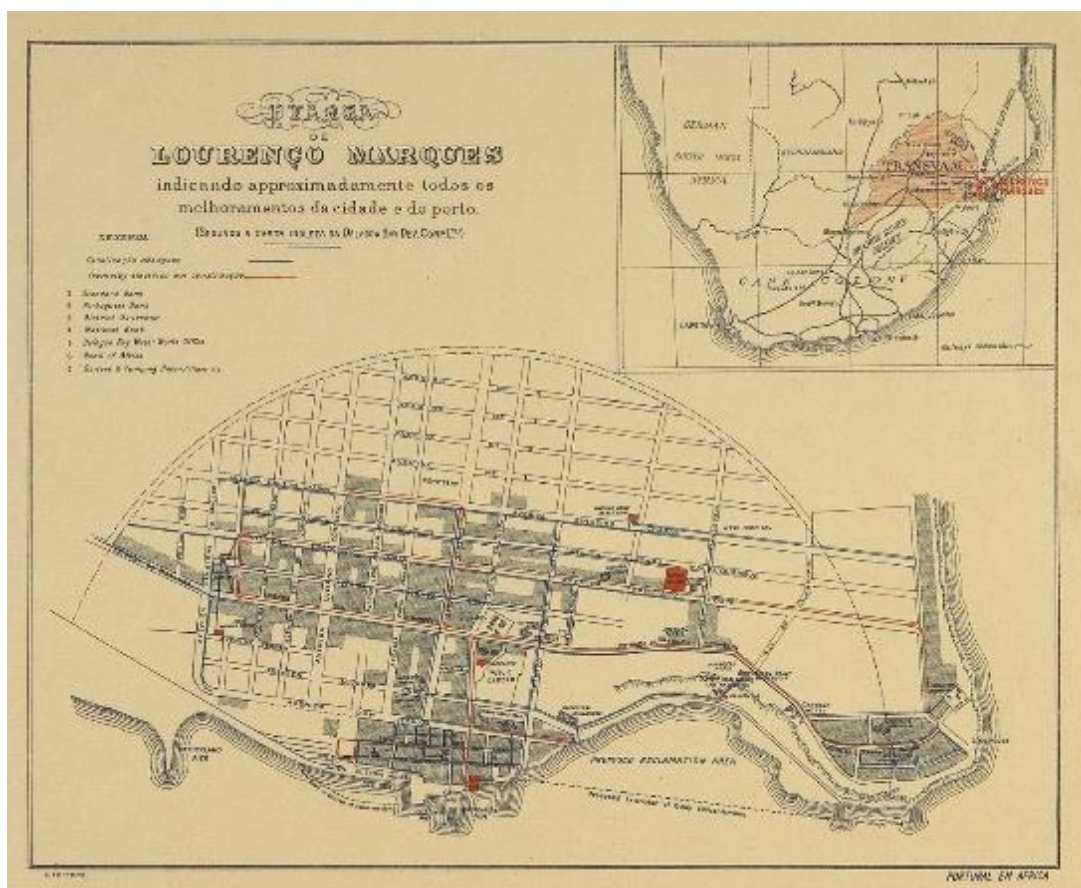


Figura 4 - Mapa de Lourenço Marques em 1910<sup>41</sup>

<sup>41</sup> Mapa “publicado pela Delagoa Bay Development Company, uma empresa de capitais maioritariamente sul-africanos e britânicos de certa forma, durante algum tempo, quase “donos” da cidade”. (Fonte: Delagoa Bay World [https://delagoabayworld.files.wordpress.com/2012/05/lm-1910-map-delagoa-bay-dev-co-cc-53-p2\\_t24-c-r0150.jpg](https://delagoabayworld.files.wordpress.com/2012/05/lm-1910-map-delagoa-bay-dev-co-cc-53-p2_t24-c-r0150.jpg))



Agora, na planta a seguir, de 1926, podemos observar (na parte à direita da representação) um crescimento importante da cidade que se deu em zonas que seriam frequentadas por estrangeiros europeus e pelas camadas mais ricas da população. Ali, já se contava com um campo golfe e o famoso Hotel Polana<sup>42</sup> além do Hospital Miguel Bombarda, quartéis e o campo de exercícios militar.

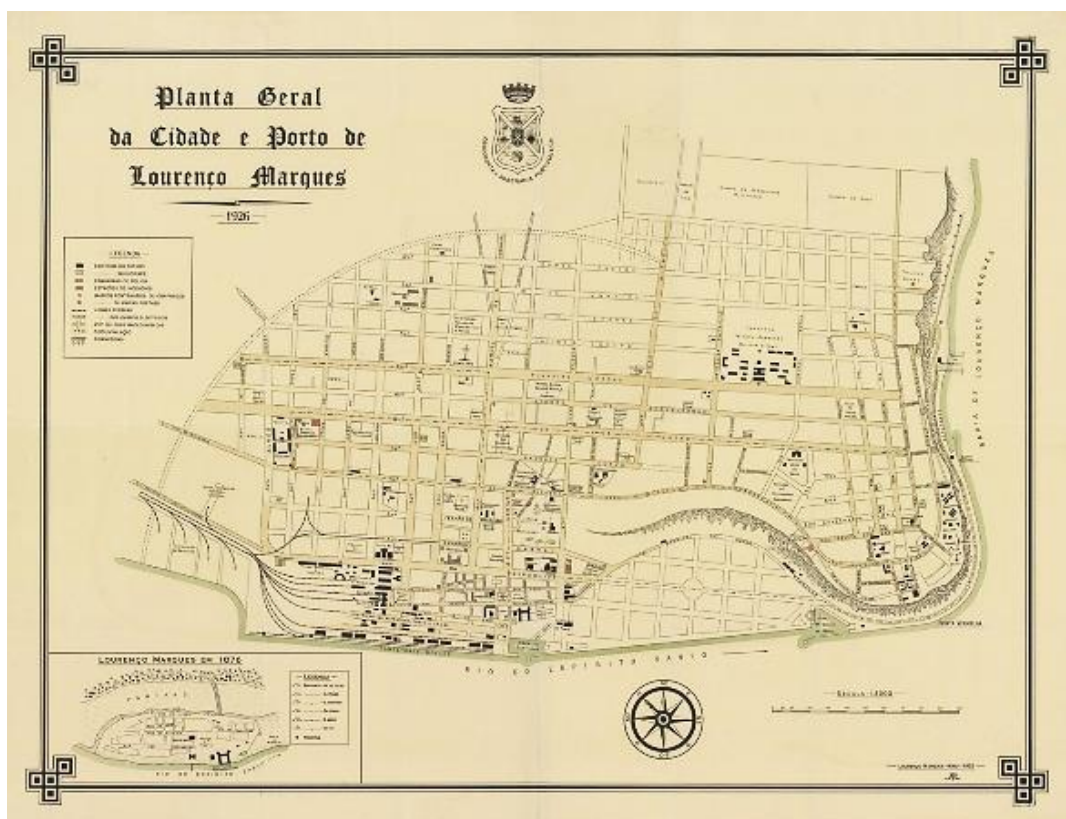


Figura 5 - Mapa de Lourenço Marques, 1926<sup>43</sup>

Outro fator importante é que nestas localidades reservadas às comunidades da população não-branca pobre, além de não haver serviços básicos, o comércio (como as cantinas) e outros equipamentos de serviços eram fornecidos pelas próprias empresas da cidade. Isso criou um ciclo de circulação econômica na qual os salários acabavam retornando às mesmas. Assim:

Alimentada pela indústria extrativista das minas de ouro sul-africanas da

<sup>42</sup> Sobre como a cidade se tornou um polo turístico da colônia ver: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Heterotopia e vilegiatura em Lourenço Marques (1890-1930). *Revista de História (São Paulo)*, 2020.

<sup>43</sup> Fonte: Delagoa Bay World. (Disponível em: <https://delagoabayworld.files.wordpress.com/2012/03/lm-cdi-0543-1925.jpg>)



Transvaal descobertas em 1887, a atual Maputo beneficiou-se com o deslocamento geográfico da economia moçambicana, anteriormente focada nos Praços da Coroa do Vale do Zambeze. Ao contrário da decadente Ilha de Moçambique, antiga capital localizada na foz do Rio Zambeze, Lourenço Marques foi projetada de modo a dar respostas ao forte crescimento urbano gerado pelo grande afluxo de populações rurais e assegurar a salubridade dos bairros de população branca. A nova capital foi então concebida como um local onde as diferentes populações do país pudessem viver em comunidades separadas espacialmente e na qual a política civilizatória e assimilacionista portuguesa pudessem ser materialmente observadas na medida em que se adentrasse na cidade.

Verifica-se que o processo de ocupação visou uma separação espacial ordenada pela premissa em atender às demandas econômicas locais e ao mesmo tempo demonstrar a capacidade civilizatória portuguesa por meio da paisagem laurentina. Isso ficou reforçado pela longa extensão costeira e pela preponderância e privilégio que alcançou uma população estrangeira branca, dando à então colônia e sobretudo à cidade de Lourenço Marques uma marca cosmopolita.

#### 2.2.1.2 *Catembe*

A Catembe se situa do outro lado da baía de Lourenço Marques, e a complexidade do passado daquelas terras era então pouco racionalizado pelo olhar da criança daquele poema, que elaborava sua realidade pelas vivências entre familiares, amigos e visitantes. Apenas mais tarde viria a conhecer que a região há poucas décadas fora palco de um denso processo político entre as forças internas do Estado de Gaza e as ofensivas coloniais portuguesas inclinadas a firmar-se no território com suas instituições, em meio às disputas na formação dos estados na região da atual África do Sul<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Ver: HERNADEZ, Hector Guerra. Invasões estrangeiras e formação do estado ao sul de Moçambique. **África (São Paulo, 1978, Online)**, São Paulo, n. 35, p. 19-55, 2015



**Figura 6 - Ponte de atracagem da Catembe, c. 1910<sup>45</sup>**

Os cenários iam desde a sua grande casa, nas proximidades da ponte de atracagem dos barcos (que pode ser vista na imagem anterior) e que marcava a divisão entre o lado onde “geralmente viviam os senhores” e o outro lado onde “viviam os pescadores indianos de Goa” (Laban, 1998, p.254) até às paisagens “do mato” mais ao interior, pelas aldeias e machambas do seu pai e de parentes adquiridas no contexto de reconfiguração fundiária da colônia. Cito:

Houve uma altura que o Governo deu terras a pessoas que as quisessem trabalhar. O meu pai teve umas terras, foi por isso que minha família foi para a Catembe. Aí entre o que era a Catembe, aí já para a Ponta de Ouro, quando se vai para o lado da fronteira sul-africana, pelo Sul, deram um terreno a meu pai, ele fez o requerimento (...) (LABAN, 1988, p.261)

E o cenário "calmo como um pântano" evocado no poema tinha bases na própria geografia local, sendo a região, como mencionado anteriormente, o desaguar de quatro rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Infulene, mais o Rio Maputo, cortando para o sul. A diversidade geológica e climática que inclui uma extensa zona de mangais, tornavam não só a Catembe, mas boa parte das margens do estuário e da profunda baía, zonas de alagamento recorrente, sobretudo nos meses de maior pluviosidade - de novembro a março o que também contribuía

---

<sup>45</sup> Fotografia colorida após revelação. Atenção para as casas ao fundo. Fonte: Houses of Maputo (Disponível em [https://housesofmaputo.blogspot.com/2017/07/ponte-de-embarque-da-catembe-do-inicio\\_30.html](https://housesofmaputo.blogspot.com/2017/07/ponte-de-embarque-da-catembe-do-inicio_30.html))

para a concentração de zonas férteis na área<sup>46</sup> (DIAS e OLIVEIRA, 2013).

Enquanto a insalubridade da região e a fragilidade do núcleo branco diante das soberanias africanas locais já foi apontada como uma grande dificuldade para a sua ocupação por portugueses<sup>47</sup>, sua importância geoestratégica fez com que as infraestruturas se mantivessem e desenvolvessem mesmo lidando com várias adversidades. Tanto é que os planos de urbanização do centro da cidade de Lourenço Marques do começo do séc. XX contaram com obras de enxugamento e aterramento, como a da ponta vermelha. Assim, do vilarejo que se formou em uma faixa sem vegetação cercada por arribas na zona baixa do estuário, centralizada pela zona portuária e ferroviária que criava uma conexão com o interior do continente, ela se expandiu a uma extensão mais avançada na zona alta do terreno a norte (PIMENTEL, 2013).

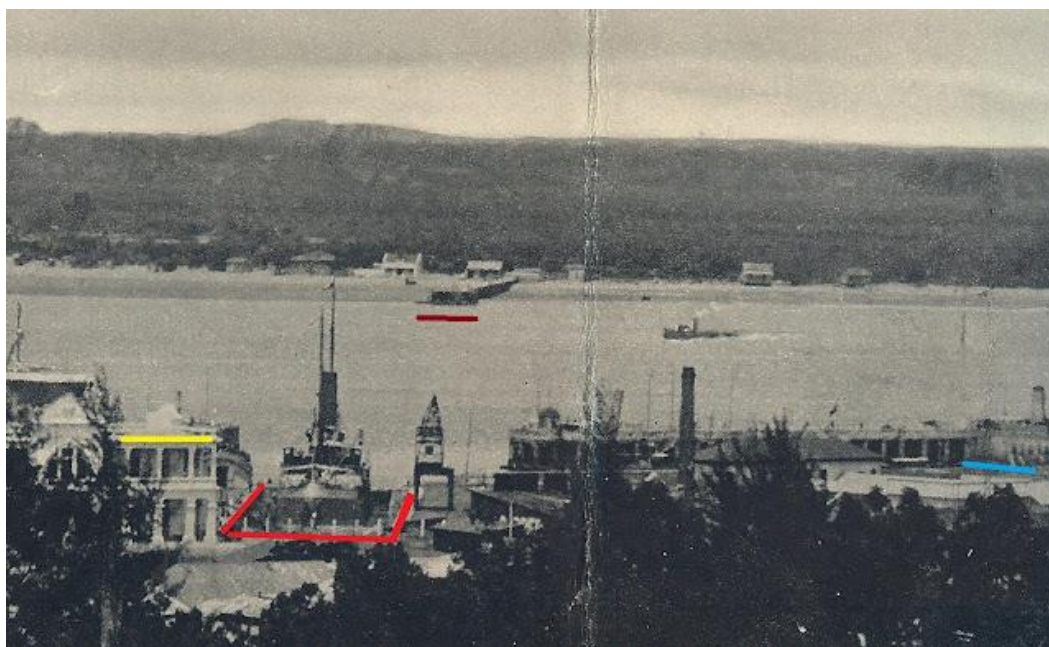


Figura 7 - Vista da Catembe a partir do Cais de LM<sup>48</sup>

Embora as relações entre os dois lados da baía fossem constantes (uma distância de 600

<sup>46</sup> Ver: DIAS, Ruben Pereira; OLIVEIRA, José Tomás. Geologia da região costeira de Maputo-Catembe. **Comemoração dos 25 Anos de Cooperação entre Portugal e Moçambique na Área das Geociências**, 2013. (DIAS e OLIVEIRA, 2013)

<sup>47</sup> Ver: LOBATO, Alexandre. **Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques**. Junta de Investigações do Ultramar. 1961.

<sup>48</sup> “*Castanho: ponte da Catembe e para trás a aldeia dos pescadores; Amarelo: capitania do porto de LM; Vermelho: doca seca de LM; Azul: doca dos pescadores de LM/ ponte antiga aparece a seguir em foto de Santos Rufino publicada em 1929 vista do alto da Maxaquene em LM, quer dizer da margem norte para a sul do estuário do Espírito Santo, atual de Maputo*”. Fonte: Houses of Maputo (Disponível em <https://housesofmaputo.blogspot.com/2018/03/ponte-de-embarque-da-catembe-do-inicio.html>)

cuja travessia era feita a barco), o seu desenvolvimento foi marcado por uma diferença notável. A Catembe seguia como uma localidade rural voltada para a criação de gado bovino e a pesca, além das machambas com pequenas produções, contando com algumas concessões onde funcionavam jazidas de cal, uma oficina naval, cantinas e restaurantes de portugueses.

Deste lado se destacavam algumas construções em estilo colonial, que eram as casas de colonos, funcionários públicos, comerciantes, além das poucas quitandas, restaurantes administrados por portugueses e as casas de missões católicas e protestantes. Aos pescadores e demais habitantes restavam as moradias feitas de matérias-primas como a madeira, caniço e o arenito ou chapas de zinco (TEMBE, 2018). O formato das construções tradicionais também foi sendo alterado com o tempo, buscando seguir um estilo europeu, alterando as paisagens das aldeias.

Adentrando pela costa de dunas predominava uma vegetação rasteira e charcos que davam lugar a mangais nas épocas chuvosas, fazendo com que a maioria das construções fosse feita sobre estacas de madeira (palafitas) ou fundação elevada de pedras, para suportar as cheias e alagamentos. Como mencionado, próxima a faixa de areia e da ponte de atracagem dos barcos estava "a grande casa" de estilo colonial em que Sousa nasceu e viveu a primeira fase de sua infância: "eram casas feitas de [...] tábuas de madeira e depois de zinco ondulado da parte de fora e por dentro forradas de madeira e depois pintadas. E tinham uma varanda toda a volta...", da qual era possível pular para nadar durante a maré cheia, recorda Noémia (LABAN, 1998, p. 254).

Para Sousa, a vivência naquela casa a beira mar foi fundamental para sua história. O destaque desse momento pessoal residia, além disso, na sua convivência entre familiares e 'os mais velhos', ouvindo histórias com os seus "companheiros acorados na roda maravilhada/e boquiaberta de Karingana wa karingana"<sup>49</sup> Cito:

A gente que morava aí, juntava-se toda na minha casa e ia tudo tomar banho com os miúdos, tudo ia tomar banho à praia e depois é que íamos jantar. Depois do jantar aquela gente toda se reunia na minha casa e hoje eu vejo pela minha família que me vem visitar que essa relação com as crianças continua. Quer dizer que as crianças não são postas à parte da família, como os ingleses, por exemplo, que tem os quartos para as crianças, e as crianças não se intrometem na vida dos adultos. A nossa vida era feita

---

<sup>49</sup> Expressão de origem ronga utilizada para abrir a contação de estórias.

toda com os velhos, com os meios velhos, com todas as idades, e isto foi muito bom, os velhos contavam-nos as coisas do passado, as histórias e tudo. E como a minha casa ficava aqui, toda a gente conhecia a filha da Belenguana, que era a minha mãe, quando vinham lá do Maputo, paravam ali para descansar. (Laban, 1998, p. 255).

Em sua casa vivia uma rotina recebendo familiares (de origem ronga, indiana, alemã, portuguesa) amigos e visitantes. Dentre eles estavam os Albasinis, que estavam “ligados por laços de família” e Estácio Dias “que era negro e jornalista d*O Brado Africano*” e pai do escritor João Dias. Muitos destes viajantes vinham dos interiores para Lourenço Marques visitar familiares e se hospedavam na casa, tanto pela recepção oferecida que não encontravam em casas de brancos, quanto pela rede de relacionamentos variada de sua família, que incluía o chefe de posto, os portugueses donos do restaurante e da cantina, e “pessoas da administração e de negócios” (SOUSA, 2001; LABAN, 1994; SAÚTE, 1999).

Segundo a própria Noémia seu pai recebia em sua casa " pessoas de todos os níveis sociais (...) [e] nessa altura as divisões raciais não eram tão pronunciadas como depois (...) recebia lá gente muito variada" (LABAN, 1994, 256), o que demonstra como neste primeiro terço de século a presença colonial portuguesa foi sentida de uma forma distinta de como foi no desenvolvimento do Estado Novo, que já representava uma fase mais incisiva em termos de ocupação e presença portuguesa nas colônias africanas. Sendo de uma família mestiça, ela também vivenciou estas mudanças. Cito:

Este primo irmão<sup>50</sup> da minha mãe, o Guilherme Brüheim (...) a quem nós chamamos sempre tio, teve um terreno ao lado do nosso, que eles começaram a cultivar(...) trabalhava numa firma britânica, já me esqueci do nome, é muito conhecida, e era impossível, anos depois, que um mestiço tivesse aquele cargo numa firma importante; ganhava bem, criava cavalos, lá na sua machamba, como se chama lá [em Moçambique] às quintas. Está a ver..., isto passados anos era impossível. Aliás a minha família segue o trajecto da despromoção social que se verificou depois. (...) (LABAN, 1998, p. 261-262)

Houve, então uma mudança sensível no nível de vida da família da escritora, algo que se observou de um modo geral entre a população não branca. Com embates e elaborações ideológicas específicas, a administração colonial ganharia tons cada vez mais violentos com o

---

<sup>50</sup> Primos de primeiro grau eram considerados irmãos.

caminhar dos anos, a partir dos contornos legais e práticos que acentuariam a segregação de negros (mesmo aos poucos assimilados) mestiços e asiáticos, notadamente no acesso a terras de boa qualidade e empregos mais bem remunerados, como em cargos administrativos. Ainda assim, guardadas as distinções entre a República e a ditadura e como repercutiram nas colônias, reiterando que esta é uma perspectiva baseada no caso de uma escritora.

Melhor dizendo, houve um desenvolvimento da paisagem social da colônia de acordo com os diferentes movimentos de ocupação e interação entre os grupos sociais, que devido a vários fatores como “as situações de poder” locais e a “escassez estatística de europeus em geral (e em especial, mulheres)”, culminou com a criação de uma “elite predominantemente mestiça” durante o séc. XIX, que ainda em começos do século XX detinha um relativo poder. Essa elite (que deu origem ao termo filhos da terra, conseguiu manter-se em uma posição relativamente privilegiada, sobretudo nos centros urbanos, até o ponto em que Portugal, para se afirmar diante da pressão britânica, passou a estimular a vinda e fortalecimento da posição dos colonos brancos nas esferas econômicas e políticas de Moçambique. Como colocado por Cabaço:

Os antigos filhos da terra e as lideranças africanas culturalmente ocidentalizadas, que tinham acolhido com entusiasmo o projeto civilizacional e dado uma decisiva contribuição à consolidação do domínio de Portugal em Moçambique, representavam agora um obstáculo à afirmação hegemônica do poder lusitano. Era vital afastá-los dos centros de decisão, e a crescente coerência da exploração colonialista acentuava o dualismo que os ia relegando para posições sempre mais próximas da linha de fronteira social.

Os “africanos portugueses” se apercebiam de que sua condição de “africanos” se sobrepujava cada vez mais à de “portugueses” e, descobrindo-se como grupo socialmente marginalizado, buscaram formas de organizar a reivindicação de seus direitos. (CABAÇO, 2009, p. 169-170)

O autor prossegue narrando como, em Lourenço Marques, alguns integrantes destes grupos (sendo um deles, inclusive, Guilherme Brüheim, tio de Noémia de Sousa acima referido), como forma de se organizar em torno dos seus direitos, participaram, junto à uma variedade de indivíduos, da fundação do Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM). Essa entidade, que criou os jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, passaria a se chamar, posteriormente, Associação Africana, na qual a própria Noémia de Sousa colaborou.

Confirmado pelo relato de Sousa (SAÚTE, 1998, p. 239) sua infância foi recordada

como um período feliz e marcante, era "uma vida livre e cheia de aventuras porque não havia quintais, fronteiras, limites. Quando a maré vazava ficava a areia imensa onde nós brincávamos. Íamos às machambas". Essa fala indica como a percepção sobre os primeiros anos de sua vida, com uma gama de relações estimulada pelas características concretas da paisagem e pelo modo de vida do seu círculo social, como a "tradição da terra de dar acolhimento às pessoas".

E isso se combinava ao fato de seu pai ter "um cargo elevado na função pública" e o custo de vida não ser tão elevado, o que garantia uma boa vida para a família e um investimento na machamba familiar, na qual cultivavam alimentos e gado (que foi perdido por uma doença após a morte do pai).

### *2.2.3 Poema da infância distante*

Em 1950, quando Sousa escreveu o poema da altura de seus vinte e quatro anos, era uma mulher que já se tornava notória por sua mensagem contestatória. E em certos escritos deixava entrever nitidamente a combinação entre a subjetividade de suas lembranças e o peso de seu contexto histórico, observando e comparando sua experiência com a das novas gerações com quem convivia.

Ao reparar os próprios versos de Sousa se pode encontrar uma pequena e preciosa narrativa autobiográfica, inspirada em suas lembranças e em relatos familiares sobre si, como visto no excerto abaixo (2016, p. 42):

(...)Quando eu nasci...  
-Eu sei que o mar estava calmo, repousado (disseram-me)  
No meio desta calma fui lançada ao mundo,  
já com meu estigma  
E chorei e gritei - nem sei porquê<sup>51</sup>  
Ah, mas pela vida fora,  
minhas lágrimas secaram ao lume da revolta.  
E o sol nunca mais me brilhou como nos dias primeiros  
de minha existência. (...)

(SOUSA, 2016, p. 42)

Neste poema a autora constrói uma narrativa na qual chama atenção o constante jogo referente

---

<sup>51</sup> Foi mantida a grafia original.

às oposições formadas pelos cenários calmos, gentis e brilhantes que foram violentamente atravessados: quando a criança foi lançada ao mundo e ao passo em que se reconhecia enquanto ser em sociedade, era também apercebida de seu estigma. Esta cicatriz da diferença, carregada pelo uso da palavra estigma, imprime já de início um sentido doloroso ao poema. Além de marcar a inferência racial do contexto, remete também a memória da escravatura enquanto mácula da história humana reverberada pelas condições análogas que se seguiram após a abolição em Moçambique.

É interessante, aliás, notar como o grito e o choro não são percebidos como algo natural, explicado pelo próprio fato do nascer. Não se sabe o porquê do choro e do grito, que vem de um sujeito que ainda não tem tantos elementos para interpretar esta nova realidade. Há uma resposta oculta denunciada pelo contexto? Seria razoável interpretar esta dúvida como uma analogia da forma como a situação colonial foi percebida pelos africanos, sem uma compreensão comum, a princípio? Bem, essa especulação é uma das que podemos fazer a fim de encontrar o sentido destes versos povoados pelos perfis que habitavam a Catembe.

O poema prossegue:

(...) embora o cenário brilhante da minha infância  
constantemente calmo como um pântano  
tenha sido quem guiou meus passos adolescentes,  
-meu estigma também.  
Mais, mais ainda: meus heterogêneos companheiros de infância. (...)  
(SOUSA, 2016, p.42)

Em meio à nostalgia da infância, a dor é que acaba assumindo o papel de um guia, à medida em que a tristeza e a resignação, resultado de um não entendimento ou de um questionamento do sentido daquela situação, é substituída pelo sentimento de revolta. Ao mesmo tempo, o sol, símbolo da alegria, renovação e libertação, embora tenha sido obscurecido, reaparecerá em outros poemas, reacendendo o sentimento de esperança.

Dentro deste jogo de luzes e sombras, no entanto, há espaço para a exaltação de um tempo longínquo no qual a liberdade de circulação nos espaços de brincadeira e dos encontros entre um heterogêneo grupo de crianças permitia o aflorar e o fortalecer de um sentimento de fraternidade. Isto se choca, porém, com um conflito que perpassa todos os sentidos deste sujeito, que do seu lugar ainda não tem o entendimento ou a linguagem para elaborar suas angústias



diante das situações incômodas advindas das diferenças econômicas e raciais, como foi expresso pela própria autoria em entrevista ao lembrar que naquele tempo muito se via, mas pouco se entendia sobre aquelas situações. (REFERÊNCIA, ENTREVISTA)<sup>52</sup>.

O fato de Sousa ter como ascendência familiar de origens negra (ronga e macua), branca (alemães e portugueses) e asiática (indianos goeses) coloca um outro matiz sobre o assunto que será tratado mais adiante. De todo modo, fica claro o quanto a questão racial foi postulada desde tenra idade, questionamento que não viria somente de sua própria experiência enquanto mestiça que, por seu fenótipo, era efetivamente tratada como negra. Esta distinção era vivida também pelo contato com parentes próximos encarando situações distintas por conta dos diferentes traços físicos herdados, o que lhes garantia outro tratamento dentro daquela sociedade.

A combinação que Noémia de Sousa faz entre as memórias da infância e as questões da coletividade mostra como ela buscou rever sua própria vida à luz da compreensão formada em sua fase mais intensa de militância, quando buscava afirmar sua identidade africana. Apesar de não reduzir essa infância aos problemas advindos da colonização e do capitalismo, como as diferenças econômicas e raciais vistas nas crianças e adultos do seu entorno, fica claro como o tema serviu de suporte para colocar indagações sobre a origem do seu próprio sofrimento e o de seus pares.

Afinal, cada elemento daquela realidade inculca em seus atores uma determinada imagem e crença sobre si, sua posição e função social e sua capacidade de atuação, o que, para a maior parte, correspondia a ver em seus corpos e mentes uma imagem de inferioridade, que a poetisa buscou combater com sua poesia e escrita jornalística. Segundo FANON, a infância seria a fase da vida na qual a pessoa negra tem inculcadas as bases do “complexo de inferioridade” perante o branco. Na transição entre o ambiente familiar ou doméstico e os espaços públicos brancos (estruturados pela colonização), ela se depara com símbolos, categorizações e hierarquias que a separam de si própria. Assim, seu corpo, história, referências e comportamento vão se tornando plataforma de estranhamento, inserido no ciclo de violência social (FANON, 1952). Posto isso, faz sentido que a infância tenha sido, para Sousa, uma

---

<sup>52</sup> Seria possível indagar, por exemplo, o que é a infância (enquanto construção social e histórica) para os grupos ali representados e como isto se desenvolve num contexto colonial (a partir da cultura de infância europeia sob o prisma racista), matéria que seria de muito proveito e que não será aprofundado aqui. Para um panorama da construção da noção de infância na modernidade ver: GHIRALDELLI JR, Paulo. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 1, 2000.;

matéria de reflexão. O que fica salientado também pela quantidade razoável de conversas sobre a infância encontrada no jornal *O Brado Africano* (INDICAR).

Determinadas representações culturais eram transmitidas às crianças negras nas colônias por meio do ensino regular ou religioso das Missões<sup>53</sup> que estavam presentes ali na região da Catembe e foi por onde a mãe da escritora foi semi-alfabetizada, por ritos nacionalistas ou itens de entretenimento, voltados a internalizar nestas os valores do colonizador e fazê-las construir, sobre si, o próprio retrato distorcido e inferiorizado. Outra experiência aterradora, certamente aquela determinada pela estrutura da exploração colonial em suas manifestações econômicas mais diretas. Vivenciando, por exemplo, junto a seus familiares, sobretudo com suas mães, horas extenuantes de trabalho em plantações e serviços para servir aos patrões brancos; violências, capturas e abusos variados, doenças e fomes, ausências de familiares por ocasião de migrações ou prisões e etc. Elas mesmas, aliás, sendo vistas, como instrumentos de trabalho para os colonialistas ou como primitivos a educar e civilizar pelo trabalho.

Posto isso, é de se presumir que na cidade de Lourenço Marques, as relações estabelecidas entre o poder colonial (administração, colonos e capitalistas) e os africanos, relativamente ao acesso e posse de terras, empregos e justiça (ao que se perpassavam complexas relações de gênero<sup>54</sup>) tinham, evidentemente, um papel estruturante na experiência de vida das crianças. A infância de Sousa é, portanto, uma das perspectivas de infância elaborada a partir de sua posição social específica, enquanto mestiça com relativo acesso a bens e educação. No entanto, parece razoável questionar que esta posição a tenha rendido, assim como o foi para outros escritores negros assimilados ou mestiços, contradições relacionadas ao maior contato com a cultura europeia devido a sua posição social e formação, que serão detalhadas mais à frente neste capítulo.

Porém, não era óbvio que Noémia de Sousa fosse questionar com tanta veemência seu

---

<sup>53</sup> Ver: ZAMPARONI, Valdemir. As "escravas perpétuas" & o "ensino prático": raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910-1930. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, p. 459-482, 2002.

<sup>54</sup> *Gênero* é um conceito usado para definir um conjunto de comportamentos, papéis sociais, expectativas, direitos, deveres, normas morais e de sexualidades atribuídas aos indivíduos com base na tipologia de seu aparelho genital (ou sexo biológico) ao nascer e na manifestação de características em seu corpo durante a puberdade. Refere-se ainda, às relações entre sujeitos com atribuições de gênero distintas. O termo tem raízes nos estudos feministas e de história das mulheres no ocidente, difundido por nomes como de Judith Butler e reinterpretado no âmbito dos estudos pós-coloniais. Nos pós independência o termo será aporte para pesquisas como a de Signe Arnfred: **Sexuality and Gender Politics in Mozambique, rethinking gender in Africa** (2014) que fundamenta sua análise em teóricas feministas africanas como Oyèrónké Oyewùmi e Ifi Amadiume para confrontar as realidades específicas das mulheres moçambicanas no século XX.

papel social, pois, como será visto no próximo capítulo pelas críticas que teceu na *Página para*, pessoas com posições sociais parecidas poderiam pouco se mobilizar diante destas contradições, estando mais condicionadas aos esquemas sociais já estabelecidos de busca pela identificação com sua ascendência europeia. Por isso, quando a autora decide se apropriar de suas origens negras e africanas como parte do caminho para resolução das questões pessoais e sociais para ela sempre interligada, buscando torná-las a base de sua identidade, adquire um tom subversivo aos olhos do colonizador, ao mesmo tempo em que utiliza suas leituras e experiências para assumir uma postura intelectual que anima aqueles que buscavam ecoar sua revolta de algum modo.

Sem querer, por ora, adentrar na enorme profundidade e complexidade do tema, porém sem deixar de trazer o assunto à esta elaboração, recorre-se novamente às reflexões de Fanon (1961), escrevendo agora com uma energia mais combativa, a respeito da formação do intelectual colonizado:

O intelectual colonizado resolve proceder ao inventário de más maneiras hauridas no mundo colonial e apressa-se a adotar as boas maneiras do povo, desse povo que passa a ser o detentor de toda verdade. O escândalo que essa atitude provoca nas fileiras dos colonialistas instalados no território reforça a desiação do colonizado. No momento em que os colonialistas, que haviam saboreado a vitória sobre tais assimilados, se dão conta de que êsses homens considerados salvos começam a dissolver-se na negralhada, todo o sistema vacila. Cada colonizado conquistado, cada colonizado seduzido, quando decide extraviar-se, não somente representa uma revés para a empresa colonial como também simboliza a inutilidade e a falta de profundidade do trabalho realizado. Cada colonizado que torna a transpor a linha é uma condenação radical do método e do regime, e o intelectual colonizado encontra no escândalo provocado por sua atitude uma justificação para sua renúncia e um incentivo para perseverar (FANON, 1961, p. 96)

Ou seja, a colonização, para efetivar-se, cria camadas de colonizados preparados desde a infância que chegam a partilhar profundamente da cultura do colonizador, quem por sua vez espera que estes indivíduos incorporem e defendam esse sistema, servindo como exemplo do sucesso da empreitada civilizatória (um processo de assimilação que teoricamente não se estendeu ao restante da população por conta da própria incapacidade cultural daquelas raças).

No entanto, esta estratégia carrega contradições que tornam insustentável a vida de alguns destes indivíduos, principalmente quando perdem direitos e são efetivamente tratados como “os

outros”. Neste momento eles rejeitam alguns dos aspectos europeus internalizados, se voltando para os elementos de sua identidade anteriormente negados e os assumindo de forma contundente, algo que necessariamente abala as convicções colonialistas e põe em risco sua hegemonia. O sucesso de todas as violências físicas e simbólicas impostas ao colonizado é posto em cheque, dando ao colonizado a chance de reacender o seu poder juntamente a seu povo e desencadeando a necessidade de um enfrentamento que com o passar dos anos e o amadurecimento de suas ideias e táticas de resistência, se torna cada vez mais incisivo e direto (o que é respondido com mais censura e violência) até que atinja, finalmente, uma libertação. Esta empreitada passa ao largo de ser um processo simples sendo antes, repleto de ambiguidades.

Desse modo, apesar de na visão de Fanon a luta direta e violenta pela libertação seja a única forma de pôr termo à dominação, o enfrentamento cultural é parte fundamental deste processo. E este processo de “evolução identitária” nas obras de “escritores colonizados”, mesmo não sendo simples ou linear, pode ser resumida em três fases que ajudam a caracterizar o grau de conscientização, enfrentamento e identificação destes escritores com sua identidade africana e nacional, de acordo com seu contexto e momento histórico específico. Então, se numa primeira fase chamada pelo autor de “período assimilacionista integral” estes indivíduos colonizados buscam provar sua assimilação à “cultura do ocupante”, produzindo obras inspiradas na cultura europeia e criadas à sua semelhança, o que as faz ser facilmente identificadas com determinada corrente dessa literatura, como surrealistas, parnasianos, simbolistas “numa segunda etapa o colonizado sofre um abalo e resolve acordar” (FANON, 1961, p.184-185). E este período, diz ele:

(...) corresponde aproximadamente ao mergulho que acabamos de descrever. Mas como não está inserido em seu povo, como mantém relações de exterioridade com seu povo, o colonizado contenta-se em recordar. Velhos episódios da infância surgirão do fundo da memória, velhas lendas serão reinterpretadas em função de uma estética de empréstimo e de uma concepção do mundo descoberta sob outros céus. Algumas vezes essa literatura de pré combate será dominada pelo humor e pela alegoria. Período de angústia, de mal-estar, experiência da morte, experiência também da náusea. Vomita-se, mas já por debaixo engatilha-se o riso. Enfim, num terceiro período, chamado de combate, o colonizado, depois de ter tentado perder-se no povo, perder-se com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo. Em vez de privilegiar a

letargia do povo, transformar-se em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional. No curso dessa fase, um grande número de homens e mulheres que até então jamais haviam pensado em fazer obra literária, agora que se vêem colocados em situações excepcionais, na prisão, nas matas ou aguardando a execução, sentem a necessidade de falar de sua nação, de compor a frase que exprime o povo, de se fazer porta-voz de uma nova realidade em atos (FANON, 1961, p. 184-185)

Essa divisão proposta pelo autor, evidentemente, é uma generalização de traços que se podem observar nas produções escritas advindas dos espaços sob dominação colonial, sendo, em certa medida, presente em outras análises literárias, incluindo a das produções literárias moçambicanas. Em alguns casos, haverá uma confluência de elementos de fases distintas. Tanto é que, apesar de encontrarmos a poesia de Sousa como representante de uma segunda fase desta literatura conhecida como proto -nacionalismo ou pré-combate há quem a denomine também como “poesia de combate”<sup>55</sup>. Fato é que, tanto em sua poesia como em seus escritos jornalísticos, bem como numa tônica geral do jornal em que escreveu, houve um constante chamado à romper com uma postura letárgica perante as causas importantes aos africanos e africanas.

Porém, o que se quer ressaltar por ora é a forma como a infância foi rememorada por Sousa em sua obra, exemplificando até certo ponto o que Fanon descreve no trecho acima. É visível a busca pela reconstrução de uma identidade que se tornou conflituosa fosse da própria autora ou de pessoas que a inspiraram, buscando reconfigurar-se por meio da memória. Revela, concomitantemente, a necessidade de expressar outras vozes e desenhar uma realidade complexa, incômoda, que a fez sempre questionar-se, mas se fortalece na enunciação coletiva. Cito:

(...)

Gaiotas pairavam, brancas, doidas de azul.

Os barcos dos pescadores indianos não tinham regressado ainda

---

<sup>55</sup> Por exemplo: BORBA, Fernanda Ely; LISBOA, Teresa Kleba. Sangue Negro e a Poesia de Combate de Noémia de Sousa. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 3, 2019.; DE FREITAS, Sávio Roberto Fonseca. Noémia de Sousa: poesia combate em Moçambique. 2010.; cabe pontuar que a partir dos anos 1960, não de maneira simples, a chamada *poesia de combate* emerge (ou *poemas de combate*) “refletindo a realidade do movimento de libertação, seu amadurecimento, a luta armada e a conquista da independência”, marcando suas diferenças em relação às produções anteriores, ainda que sem deixar de refleti-las. Ver: CAMPOS, Josilene Silva. **Literatura e revolução: o pensamento político da Frente de Libertação de Moçambique a partir dos poemas de combate (1962-1980)**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

arrastando as redes peçadas.  
Na ponte, os gritos dos negros dos botes  
chamando as mamas amolecidas de calor,  
de trouxas à cabeça e garotos ranhosos às costas  
soavam com um ar longínquo,  
longínquo e suspenso na neblina do silêncio.  
E nos degraus escaldantes,  
mendigo Mufasini dormitava, rodeado de moscas.

Quando eu nasci...  
(...)  
(SOUSA, 2016, p. 43)

Como pode ser visto pelas personagens do poema, estas vozes estão imersas “na neblina do silêncio”, de certa forma compondo uma dimensão extra temporal e até mesmo onírica, em um sono incômodo, como que paralisadas entre o presente e o passado. O que as mantém fora do tempo que poderia significar, até mesmo, estarem fora da história, ou seja, das narrativas históricas ocidentais, sem uma perspectiva de futuro e sem poder se pronunciar sobre seu próprio destino. Eram pessoas que faziam parte da vida do sujeito poético, mas que no entanto ainda se encontravam “longínquas”, ou seja, pode ser entendido como a expressão de uma realidade da qual a escritora buscava se aproximar, mas era ainda distante e inacessível.

Contudo, Noémia de Sousa mobilizou essa memória para reinventar literariamente uma infância mítica, na qual a calma e ausência de fronteiras era intercalada por brincadeiras na longa faixa de areia formada pelo recuo das marés que alagava as margens da Catembe (Saúte, 1998).

(...)  
Meus companheiros de pescarias  
por debaixo da ponte,  
com anzol de alfinete e linha de guita,  
meus amigos esfarrapados de ventres redondos como cabaças,  
companheiros nas brincadeiras e correrias  
  
pelos matos e praias da Catembe  
unidos todos na maravilhosa descoberta dum ninho de tutas,  
na construção duma armadilha com nembo,

na caça às gala-galas e beija-flores,  
nas perseguições aos xitambelas sob um sol quente de Verão...  
— Figuras inesquecíveis da minha infância arrapazada,  
solta e feliz:  
meninos negros e mulatos, brancos e indianos,  
filhos da mainata<sup>56</sup>, do padeiro,  
do negro do bote, do carpinteiro,  
vindos da miséria do Guachene  
ou das casas de madeira dos pescadores,  
Meninos mimados do posto,  
meninos frescalhotes dos guardas-fiscais da Esquadriha  
— Irmanados todos na aventura sempre nova  
dos assaltos aos cajueiros das machambas,  
no segredo das maçalas mais doces,  
companheiros na inquieta sensação do mistério da “Ilha dos navios perdidos”  
— Onde nenhum brado fica sem eco.  
(...)  
(SOUSA, 2016, p. 43)

Assim, a narrativa se apresenta como um quadro das paisagens, sujeitos e dos sentimentos que se conjugavam para formar essa lembrança, fazendo questão de enumerar os tipos sociais e suas desigualdades. É evidentemente, engajada e amparada pela imagem de uma terra feita por pessoas que de modo algum poderiam ser reduzidas à simplicidade das classificações coloniais, como se pode constatar até mesmo em uma primeira leitura do poema. E a brincadeira é o que movimenta essas paisagens paralisadas pelo silêncio, levando-as para um lugar na imaginação onde “nenhum brado fica sem eco”, ou seja, tudo o que se grita, reclama, reivindica, ganha amplitude e força ao contrário do que se passa no momento de escrita do poema, quando Noémia se encontrava sob franca pressão da polícia política colonial.

A brincadeira na infância era uma ocasião na qual, ao mesmo tempo em que as diferenças eram reconhecidas e as identidades confrontadas, de algum modo também poderiam se dissolver, ao menos temporariamente. Aparentemente, se admitirmos como elementos de sua própria experiência estes que a autora trouxe ao poema (o que ela confirma em entrevista) havia uma convivência entre crianças de várias origens no momento do brincar, lembrando que este

---

<sup>56</sup> Empregados domésticos.

período coincidia com os primeiros anos do Estado Novo.

Retornando ao seu poema, vemos como naquele ambiente foi propício criar laços de fraternidade marcantes para sua vida adulta. O *poema da infância distante* foi, aliás, dedicado ao amigo Ruy Guerra<sup>57</sup>, intensificando o sentimento fraterno que inspirou sua escrita. Este sentimento é evocado dentro de uma relação de causa e efeito que se estabelece entre a insatisfação e a ação, como pode ser visto pelos seguintes versos:

(...) Ah, meus companheiros me semearam essa insatisfação  
dia a dia mais insatisfeita  
Eles me encheram a infância do sol que brilhou  
No dia em que nasci.  
(...)  
Se hoje o sol não brilha como no dia  
em que nasci, na grande casa,  
à beira do Índico  
não me deixo adormecer na escuridão.  
Meus companheiros me são seguros guias  
Na minha rota através da vida.  
(...)  
ensinaram-me que “fraternidade” é um sentimento belo, possível  
mesmo quando as epidermes e a paisagem circundante  
são tão diferentes.  
(...)

Então, num primeiro momento uma felicidade infantil que poderia ser completa é cortada pelas circunstâncias e leva o sujeito poético às lágrimas e ao lamento, que, no entanto, são substituídos pelo sentimento de revolta. Encarar esta realidade junto a seus companheiros leva o eu lírico a este ponto da indignação. E a fraternidade mantém a certeza na esperança. Diante disso não fica evidente como os conflitos aparentes nesta realidade foram marcantes para a trajetória da autora? Sim, e isso se expressa em sua própria ação literária, que do começo ao fim procurou colocar-se como plataforma de contestação. A mensagem é cristalina ao indicar que há esperança e que a “escuridão” não é capaz de imobilizar.

---

<sup>57</sup> Ruy Guerra (22/08/1931 -Moçambique) escreveu poesias, contos, críticas cinematográficas para a imprensa da capital Lourenço Marques; assíduo frequentador das matinês de cinema, filmou documentário sobre o cotidiano dos trabalhadores das docas desse porto importante da África Austral.; se formou cineasta em Pais e em 1958 foi viver no Brasil. Fez filmes como *Os Cafajestes* (1962) e *Os Fuzis* (1964, Urso de Prata de Berlim) que o tornaram internacionalmente conhecido e o consagraram nesta carreira. (Fonte: <https://ruyguerra.com.br>)



Não é neste poema que Sousa utiliza-se diretamente do enfrentamento entre “nós” e “eles” tão marcante em sua escrita poética. No entanto, essa oposição característica de sua obra e da conjuntura opressiva que vivenciou se fez presente por meio de todos estes elementos apontados anteriormente. Vê-se por isso o traço relativo ao reconhecimento da problemática de habitar um universo que encaminha a vida de seus habitantes pela divisão entre civilizados e não civilizados, definindo sua diferença por meio da violência e da imposição de modos de vida degradantes à maior parcela da população. Como bem colocou Fanon:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme<sup>58</sup> ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. Nos países capitalistas, entre explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores". Nas regiões coloniais, ao contrário, gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e freqüentes, mantêm contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de *napalm*, a não se mexer. Vê-se que intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (FANON 1968, p.28)

De certa forma, a noção de totalidade<sup>59</sup> pôde entrar em sintonia com o que Sousa trouxe literariamente, partindo de uma acurada observação sobre sua realidade circundante ou pelos veículos de imprensa e cultura que acessou, passando a afirmar sua identidade negra e moçambicana como parte de seu engajamento pela libertação. Não foi uma coincidência que à mesma época (entre o final dos anos 40 e início dos anos 1950), Franz Fanon, Aimé Césaire (de quem viria a traduzir o Discurso sobre o colonialismo, mas apenas em 1952)<sup>60</sup> e outros

---

<sup>58</sup> Militares franceses.

<sup>59</sup> Como pensada por Balandier: a totalidade é expressão das forças sociais e das dinâmicas vividas pelos atores políticos. Ver: BALANDIER, G. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

<sup>60</sup> Aimé Césaire (Basse-Pointe 1913 — Fort-de-France 2008) foi poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude. Compunha o movimento surrealista e compôs o conceito da negritude junto a Léopold Senghor.

intelectuais e artistas da diáspora negra estivessem pensando e materializando produções e ações que pudessem contestar e desconstruir o dualismo é parte integrante do paradigma colonial, no bojo da construção das identidades nacionais, já em curso com as revoluções em diversos países<sup>61</sup>.

Embora com um esforço engajado presente nos poemas de Noémia, o significado e o alcance de suas ideias só foram por ela identificados ao rever seus escritos anos depois. Por exemplo, em entrevista de 1998, Nelson Saúte (1998, p. 240) pergunta à escritora se ela tinha consciência sobre a afirmação de valores da identidade africana presente em sua poesia, ao que ela responde:

É capaz de ser. Mas ouve uma coisa, Nelson, tu escreves também e, às vezes, escreves coisas e não está a determinar o rumo do que estás a dizer. Os outros interpretam à sua maneira.

A esta distância, quando me vêm dizer o que eu queria dizer com o Poema da infância distante, eu penso, mesmo inconscientemente, que no fim queria falar de Moçambique. A casa à beira-mar era Moçambique.

Outra coisa. Por causa das circunstâncias, como não podia dizer Moçambique, quando digo África quero dizer Moçambique. Naquela altura não se podiam pôr as coisas assim (SAÚTE, 1998, p.240).

É certo que ao falar de uma obra décadas depois, o sentimento e a memória se colorem com as novas circunstâncias experimentadas e refletidas pelo sujeito. Também é razoável lembrar que ela por vezes ganha sua completude dentro do olhar do próprio espectador, que a interpreta segundo suas particularidades.

Por fim, podemos considerar que mesmo se tratando de uma peça da memória, de certa forma nostálgica em relação aos tempos de infância, ela não deixa de expressar uma grave angústia advinda da violência colonial, representada pelo silêncio e pobreza impostos àqueles com que ela convivia (no caso do Poema da infância distante) e pela exploração e revolta daqueles os quais conheceu a história por meio de pesquisas, fontes impressas e orais (retratadas em outros poemas). Logo, é indiscutível sua relação com as ideias libertárias características da década em que foi escrita.

Nesse sentido, revela-se também um anseio nacionalista, posto pela necessidade de se referir à “grande casa” que representa não somente África, como também, Moçambique. Para reforçar

---

<sup>61</sup> Ver: NASCIMENTO, Augusto e ROCHA, Aurélio. **Em torno dos nacionalismos em África**. Alcance Editores, Maputo, 2013.

esta ideia entram outros poemas com elementos de exaltação da identidade moçambicana (como Se me quiseres conhecer e Bayete), além da própria militância que empreendeu.

Segundo Francisco Noa, ao contrário de muitas interpretações nas quais a poesia de Noémia é marcada por uma enunciação somente coletiva, a subjetividade não é um atributo ausente. E é justamente por meio da memória que a autora imprime uma forte expressão subjetiva, o que fica evidente no Poema da infância distante e em outros que resgatam cenas do seu passado. Então, a combinação entre a pluralidade de atores dentro de sua demarcação pessoal e mnemônica resulta em uma "intersubjetividade que se revê e se revitaliza na plenitude da sua condição feminina" (NOA, 2016, p.174). Conforme explicado anteriormente, podemos então vislumbrar essa escrita poética sob um viés pessoal e biográfico, ao mesmo tempo em que se observa aspectos históricos mais gerais.

#### ***2.2.4 Poema Shimani***

Por exemplo, compartilhando com o “poema da Infância Distante”, o cenário da Catembe, há outra peça poética altamente elucidativa sobre o primeiro período de sua vida (que se refletiu em sua atuação poético-política), que será tratada brevemente. O poema escrito em de julho de 1950, *Shimani* - palavra em changana que significa “amigo muito próximo”- é sobre o encontro imaginário entre duas crianças em uma noite de Natal, uma indígena e a outra assimilada. Apela a um jogo das recordações na qual o eu lírico fala em primeira pessoa, enumerando elementos ligados à cultura europeia, que formatam uma diferença fundamental entre as meninas. Cito:

Sempre que eu recordo a casa à beira-mar da infância,  
Surgem-me teus olhos meigos de xipeia<sup>62</sup> ferida,  
Aguados de humildade, constantes como remorso.

Lembras-te, minha amiga, da palhota do Guachene?

Nos meus braços egoístas de dona,  
uma boneca sorria sempre, com seus olhos verdes de gato.  
E nos teus braços sempre vazios, Shimani,  
só ternura imensa e insaciada,  
ternura verdadeira de mãe.  
Teus olhos meigos de xipeia ferida,  
com seu eterno brilho de resignação,  
afagavam muito, longamente, quase com desespero,  
a minha boneca loira.

Lembras-te?

Depois, era Natal  
e o meu vestido de seda, aos folhos,  
era uma das glórias do dia.  
E fogãozinho lindo que Papá deu,  
e o anel de ouro que Padrinho trouxe,  
e o lápis de cor trazidos pelo Sr. Romeu,  
e os sapatos brancos que Mamã ofereceu?  
E os bolos, o arroz doce,  
o leitão assado,  
e as flores na mesa branca da sala de jantar?  
Natal, Shimani, hoje é dia de Natal!  
Tu foste à missa, como eu,  
foste à missa, Shimani?

Shimani não foi à missa, não.

Shimani nem deve saber que hoje é dia de Natal,  
porque não vestiu vestido de folhos<sup>63</sup>.  
Vestiu hoje o mesmo vestido de riscado de todos os dias,  
roto e velho, comprado no monhé do bazar.

---

<sup>62</sup> Xipeia:

<sup>63</sup> Babados.

E veio descalça, sem presente nem nada.  
Só com seus grandes olhos meigos de xipeia ferida,  
no rosto luzidio, espetado no pescoço magro e longo.

Ah Shimani, naquele dia,  
tu partilhaste do meu Natal  
E todos os natais após, tu continuas-te a partilhá-los.  
Mas agora? Agora?  
Quem vai apagar essa lágrima permanente  
do teu olhar de xipeia ferida,  
constante como um remorso, teu olhar  
que dói para além de qualquer comparação?

Ah Shimani, minha Shimani!

(SOUSA, 2016, p.,46-47)

Como pode ser constatado pela leitura do poema, há uma profunda diferença entre as meninas, vista sob a perspectiva daquela que vive aspectos culturais do colonizador (“civilizacionais” ou “modernos”). Estes símbolos são minuciosamente enumerados, do vestuário à alimentação, da troca de presentes à missa de Natal, dando uma dimensão específica da materialidade comportamental “à portuguesa”.

O universo da infância, que aparece no Poema da infância distante representado por brincadeiras dinâmicas ao ar livre, é agora apresentado no ambiente interno da casa, sob o viés da feminilidade europeia representada pelas roupas e pela brincadeira (boneca loira de olhos verdes), que também sugere ideia de amadurecimento e maternidade (assumindo um sentido metafórico de fundo). Shimani é indagada em suas lembranças, mas o seu universo de referências e ritos pessoais (“shimani nem deve saber que hoje é dia de Natal”) continua obscuro. A interlocutora acaba por ser reduzida a sua participação comovente em um ritual do qual participa como marginalizada servindo para destacar as distancias sociais entre as meninas.

Como apontado por Érica Pereira (2012), há neste poema um jogo no qual o eu lírico chega, num primeiro momento, até mesmo a incorporar o “discurso do colonizador” ao descrever Shimani de forma a aproximá-la de uma animalidade e selvageria (ao compará-la com a xipeia). Este processo, no entanto, é logo substituído pelo reconhecimento mais profundo deste olhar

que se projeta para o futuro. Esse movimento, para a autora, entra de acordo com a perspectiva de Fanon de que para o colonizado, recorrer ao passado deve ter como propósito “abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança” no bojo de uma percepção de mundo engajada (FANON, 1979, p.193 apud ANTUNES, 2010, p.169)

Cabe, porém, vincar o quanto esse poema manifesta a posição tensa e por vezes, ambígua de Noémia enquanto integrante de uma camada mestiça letrada e educada segundo costumes cristãos, se deparando com o desafio de julgar esta posição ao querer engajar-se politicamente em defesa da causa negra. Como colocado por Hilary Owen:

A violência recíproca de suas incomensuráveis experiências de raça e classe, o "para além de qualquer comparação" é o legado que a assimilação, com sua falsa infância portuguesa, deixa ao locutor quanto às futuras identificações políticas. Se Shimani não pode ter ou se identificar com a boneca branca, o locutor, por analogia, não pode se identificar totalmente com a raça e "alteridade" de classe também incorporada em Shimani. É esse compartilhamento quiástico [cruzado] de não-identidades que abre a própria posição híbrida <sup>64</sup>do locutor entre identificações raciais e culturais, como um momento de tomada de consciência política que não pode, em última instância, recorrer a qualquer resolução fácil de sua autoalienação (OWEN, 2002, p. 68)

A poesia de Sousa revela uma profunda reflexão que a autora navega questionando seu próprio estatuto social, demarcado pelo pertencimento a uma classe que assume aspectos europeus (do colonizador), ao mesmo tempo em que não escapa da dualidade intrínseca ao sistema. É notável como, aliás, as personagens de seus poemas funcionam como espelhos para encarar os inúmeros dilemas surgidos entre essa identidade imposta (civilizados x indígenas) e a busca por uma identidade “autêntica”, autoatribuída ou contrária aos valores que a distanciam de si mesma e da imagem que deseja ver projetada no mundo, seu projeto político -utópico.

---

<sup>64</sup> Owen constrói seu argumento a partir das elaborações do teórico Homi Bhabha em *O local da Cultura* (2016). No caso, está se referindo ao conceito de hibridismo por ele proposto, considerando que, no campo da literatura, este é adequado para compreender o lugar de conflito cultural do mestiço e assimilado (ao que complementa com o estudo de Anne McClintock como aporte para a compreensão dos lugares ocupados pela mulher colonizada, que por sofrer pela raça, classe e gênero, entraria na condição de um chamado hibridismo “tríplo” ou “múltiplo”). Tendo este conceito de hibridismo surgido da apreciação de outros contextos, utilizá-lo em relação à Moçambique requer um rigoroso cuidado. Nesta dissertação coube trazer algumas apreciações de Owen pois foi em seu trabalho que encontrou-se uma análise mais aprofundada baseada tanto em poemas quanto nos escritos jornalísticos de Noémia. Porém, adotou-se aqui uma perspectiva fundada nos binarismos do sistema colonial, o que é totalmente incompatível com as propostas de Bhabha, razão pela qual tal conceito não será utilizado.

### 2.1.3 Educação, referências e hierarquias raciais

Um fato importante foi o papel do pai para a introdução da poetisa nas letras. Sousa relata que com a mãe ela aprendeu a cultura popular, hábitos do sul e a falar a língua ronga, que conversava com “os miúdos e os parentes da Guachene”. E o seu pai, que tinha um escritório com uma vasta coleção de livros, revistas e jornais, como a *Geografic Magazine* e *O século*, frequentado com curiosidade pela menina, a ensinou a ler português quando tinha quatro anos, a partir da “Cartilha Maternal” elaborada pelo poeta e pedagogo João de Deus em 1876,<sup>65</sup> que foi considerada inovadora para a época.

Esta biblioteca do pai, “um estudioso” de assuntos como artes e fotografia, continha peças em línguas além do português, como inglês, francês, espanhol e alemão. Continha, por exemplo, as revistas *Civilização* e *Ilustração Portuguesa*, na qual participavam importantes figuras para o pensamento colonial português moderno como Oliveira Martins e Eça de Queiros, Guerra Junqueiro e a *Revista Africana*, dirigida por Mário Rodrigues. A leitura, a partir da influência paterna se tornou algo tão natural para Noémia e os irmãos que o hábito seria levado pela vida, tanto que na adolescência, relata a escritora, ela e o irmão Nuno costumavam comprar de segunda mão livros, revistas e jornais aos montes, em uma tabacaria perto do cais onde os marinheiros “iam lá vender para arranjar dinheiro” (CHABAL, 1994, p. 115; LABAN, 1998, p. 287).

Além disso, Sousa relata desde criança ter contato com a música, o pai possuía uma grafonola, colecionava discos de ópera e “canções de revista” portuguesas. Frequenta desde cedo, com os pais, os cinemas da cidade, Gil Vicente, Scala e o Varieté. Frequentariam também o cinema Manuel Rodrigues, que depois se tornaria o “Cine África”, experiência da qual destacou também a desigualdade racial pela divisão dos lugares, com os assimilados entrando por uma porta diferente que dava para “o chamado galinheiro”). Disso é possível ter alguma dimensão do universo cultural que a autora pode experimentar, além de criar uma ideia de como a cidade estava sendo formatada.

Vê-se que a educação dos filhos era uma prioridade para o pai que enviou os dois primeiros, Paulo e Camila, para Portugal estudarem. Os outros quatro permaneceram em

---

<sup>65</sup> A cartilha recebeu este nome pois foi concebida para auxiliar mães na alfabetização dos próprios filhos. Para João de Deus (Algarve, 1830-1896) o letramento deveria ser a base da formação humana, chave para o enfrentamento de mazelas como a fome. Ele rejeitava a ideia do ensino silábico e soletrado, propondo um aprendizado baseado nas letras e palavras e em vinte e cinco lições.

Moçambique por vontade da mãe. Assim, aos cinco anos, Sousa inicia os seus estudos na escola oficial que era vedada aos indígenas, aos quais era permitido frequentar apenas o ensino rudimentar oferecido nas missões, que chamava-se Primeiro de Janeiro e depois, de Correia da Silva, atual Escola 16 de Junho, onde completou o primeiro e o segundo anos do primário. A princípio, os filhos faziam todos os dias a travessia da Catembe-LM para frequentar as escolas, até que a família se mudou para LM.

Dessa vivência na escola, ela relata uma das situações de discriminação, quando a professora disse aos alunos portugueses “se não tinham vergonha porque a melhor redacção era minha [uma negra]. Mas eu considerava-me portuguesa, nasci assim. Havia discriminação, era uma lei não escrita”(CHABAL,1994, p. 110; LABAN,1999, p. 267). Ainda em seus relatos estão as memórias de uma detalhada hierarquia racial que marcava a convivência estudantil, que distribuía a discriminação entre as ‘raças’, tons de pele, castas, ascendência, religiões e todos os atributos que pudessem caracterizar alguma diferença. Cito:

Havia um sentimento de discriminação, entre as amigas que eram mais brancas e as que eram mais escuras. Havia sempre as suas hierarquias, entre os brancos, entre os mulatos, entre os indianos, com as castas...Tive uma colega no ensino secundário que tentou suicidar-se por causa duma coisa destas! Era uma amiga minha da Índia Portuguesa, foi por causa das castas. Entre mulatos também havia estas hierarquias, e falava-se entre nós. Era assim uma desgraça! Comecei a tomar consciência destas coisas com a adolescência, aí pelos 12 anos. Não que eu fosse fora do vulgar, o que é que, como eu lia muito, comecei a ver certas coisas tratadas nos livros, e a compará-las com aquilo que me rodeava. E comecei a analisar doutra maneira as coisas que até aí eu tomava como normais (CHABAL,1994, p. 112).

O excerto acima é um dos exemplos que Sousa dá a respeito da estrutura de discriminação formada pela situação colonial em Moçambique e como foi formando uma consciência divergente. Temos ainda descrições sobre outros casos familiares e encontros sociais, envolvendo escolha de casamentos, formação de associações, que dão uma dimensão da profundidade do racismo aprofundada pela dominação colonial. Nas palavras da autora:

(...)No fim eram todos racistas. Aquilo era uma sociedade racista, que fomentava isso, eram todos racistas. Porque é que havemos de estar a dizer que não? Mesmo entre os negros havia racismos, entre eles e em relação aos outros. Agora, eu acho que naquela



altura, para o negro, o casamento com um branco, um mulato ou indiano era uma promoção social (CHABAL, 113-114).

O mais interessante, contudo, é constatar (como componente de uma hierarquia social) adquiriu diferentes faces ao longo dos processos históricos. Em Moçambique, já foi visto como este desenvolvimento ocorreu aliado à visão e às demandas econômicas concretas das burguesias metropolitanas e locais. Estas forjaram um aprofundamento não só das políticas como do sentimento discriminatório em toda a sociedade que acompanhava, de um modo geral, a tendência dos países europeus e ex-colônias americanas, tendo no branco e no preto o ponto central da cisão social e no primeiro o modelo ideal de humanidade, sobretudo desde o final do século XIX.

Este desenvolvimento foi tratado em pormenores por alguns estudos, dos quais destacamos o de J. Luis Cabaço (2009) do qual é conveniente transcrever a seguinte elaboração:

A afirmação totalitária de uma minoria estrangeira, identificada pela cor da pele e culturalmente definida, impunha ao dominador o fracionamento da realidade social que, por um lado, tornava menos evidente sua condição minoritária e debilitava as respostas do *indígena* e, por outro lado, afirmava seu papel de liderança dos *não-indígenas*, no quadro do dualismo da situação colonial. Daqui, a obsessão estatística das classificações étnicas. (...) A institucionalização da hierarquia com base na classificação racial que originou – e contemporaneamente se foi sobrepondo – à formação das classes sociais. Com efeito, depois das lutas operárias das primeiras duas décadas do século, prevaleceu uma “falsa consciência”, para usar a categoria consagrada pelo pensamento marxista, determinada pelo acentuar-se da natureza dualista do colonialismo.

Foi neste período, marcado pela convivência competitiva entre diferentes comunidades culturais e religiosas e pela urgência da afirmação hegemônica, que o conquistador construiu as representações sociais que asseguravam a ordem e a hierarquia da sociedade. (CABAÇO, ANO, p.322)

O autor deixa evidente no trecho acima como o mecanismo de fracionamento da sociedade era condição *sine qua non* para a manutenção do poder colonial e dos privilégios de classe e raça pela minoria branca. Para isso sobrepujaram-se uma série de componentes políticos, religiosos, culturais, linguísticos e científicos que geravam e reproduziam a estratificação.

A convivência competitiva entre os indivíduos e grupos em Moçambique escrevia uma lista cada vez

mais extensa de designações como: monhés (ascendencia indiana e religião islâmica ou afro-islâmicos das elites da costa), baneanos (hinduístas da “Índia inglesa”), canecos (ascendencia goesa ou indoportuguesa e religião católica), chinas (“grupos originários do extremo oriente), mistos (geralmente mestiços de ascendência asiática e europeia), mulatos (pejorativamente designados mestiços com afrodescendencia), assimilados (que em geral eram reconhecidos como “pretos”), indígenas ou pretos (negros de ascendencia africana, massa de afro islâmicos).

Tais classificações eram associadas, evidentemente, a um arcabouço simbólico depreciativo (e auto-depreciativo) no qual os não-brancos eram encaixados (CABAÇO, ANO, p.326-327). E, por parte dos brancos, o atributo era sinônimo da manutenção e exaltação de sua supremacia e superioridade, embora mesmo entre eles houvesse divisões, como aquela estabelecida entre os portugueses de 1ª (que nasceram na metrópole) e os de 2ª (já nascidos na colônia). Mesmo assim:

(...) O poder da comunidade branca era hegemônico, no sentido gramsciano: ele se exercia não só na economia e na política, como também na forma como a relação com a modernidade era pensada no modo e no conhecer. O Estado, em sua ação no território, era indissociável da sociedade civil branca na produção e reprodução dos valores que enformavam o *status quo* em Moçambique.

Ainda que o colono civil e comum não tivesse a percepção de mudanças em sua vida quotidiana, germinava, sob a capa de uma estabilidade que parecia institucionalizada, a consciência anticolonial entre os africanos das novas gerações urbanas e entre os trabalhadores emigrantes nos países vizinhos (e alguns estratos mestiços, bem como uns poucos indianos e “brancos de segunda”). Procurando evitar a perturbação desse aparente “equilíbrio” nas áreas dominadas pela modernidade portuguesa e preservar a autoconfiança e estabilidade psicológica da comunidade branca, o governo realizava, com o possível sigilo, a repressão dos focos de nacionalistas que lograva identificar. (CABAÇO, 1999, 332).

Como dito acima a hegemonia branca incorporava por meio dos colonos a presença do Estado. E, embora a situação pudesse aparentar um certo equilíbrio, não deixaram de haver focos de uma consciência anticolonial, que eram abafados pelos meios de repressão.

Esse processo ocorria atrelado aos movimentos de “reforço do colonialismo português” empenhado entre as décadas de 1930-1950 no âmbito do nacionalismo econômico de Salazar. Assim, se o principal objetivo do novo regime era estreitar as relações entre metrópole e colônias, isto foi feito pela implementação de políticas que visavam “a centralização administrativa e política; a redução dos direitos das companhias não portuguesas; o estabelecimento de uma zona monetária portuguesa e a promoção da cultura de algodão”

(HEDGES, 1999, p.35). E os primeiros anos do Estado Novo (1930-1937) podem ser considerados um período de transição, que tinha na crise do pós I guerra (acentuada nos anos de 1932-1933) um grande empecilho a manutenção de algumas estruturas econômicas anteriores.

Tal processo se embasou legalmente em uma série de documentos que estruturavam a ação nas colônias dos quais se destacaram, em 1930, o Ato colonial<sup>66</sup> e, em 1933 a Constituição Portuguesa e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina, que visaram uma integração progressiva das economias e uma adequação do regulamento laboral. O cerne desse aparato era fazer imperar o controle pelo Estado, agora mais burocratizado, nas colônias, onde ainda seria visto sob o conceito de uma “classe dominante predatória.

Em relação à política laboral indígena, foram inclusas disposições que buscavam, em teoria, celebrar o trabalho livre e remunerado, uma vez que as transformações econômicas locais já garantiam uma reserva de mão de obra constante. Isso não significou, na prática, o fim do trabalho forçado, cujo uso foi mais ou menos intensificado a depender da década e região. Porém, os cultivos obrigatórios (centrados nas culturas de maior rentabilidade como o caju e o algodão) aos indígenas em suas terras e para companhias, aliados aos sistemas de tributação seguiram colocando essa população em outros impasses. (NEWITT, 2000, 391-397).

Aumentava-se também o contingente populacional branco, que ocupava sobretudo as zonas urbanas. Dessa forma, como tem sido visto ao longo deste estudo, houve uma mudança relacionada à oferta de empregos e à necessidade educacional que acentuou substancialmente as divisões raciais. O ensino rudimentar orientado pelas missões católicas era direcionado aos indígenas e tinha como objetivo “formar para o trabalho”. Já o ensino oficial voltado aos brancos e também admitindo mestiços, asiáticos e assimilados tinha o objetivo de fortalecer o catolicismo e o sentimento de pertença portuguesa, além de formar para cargos mais prestigiados de acordo com os critérios raciais. Essas divisões acabaram por marcar todas as instancias da vida dos indivíduos, desde as casas que habitavam, onde e como poderiam frequentar os espaços e até como deveriam pensar e sentir. A seguir, veremos como isto se desenvolveu em Lourenço Marques, sob a perspectiva da vida de Noémia de Sousa.

## **2.2 vida urbana, A mudança para o Alto Maé e a Mafalala**

---

<sup>66</sup> Primeiro documento constitucional do Estado Novo, promulgado a 8 de julho de 1930, pelo decreto n.º 18 570.

Em meados de 1932, quando Noémia de Sousa estava por volta dos seis anos de idade, sai da Catembe e se muda com a família para a zona urbana de Lourenço Marques, precisamente na Avenida J.J. Machado<sup>67</sup>. Era uma casa de alvenaria “nas franjas de um bairro branco”, arrendada pelo pai que era então funcionário do Banco Nacional Ultramarino. Vivia, imaginativa, “a falar com flores” e plantas que a mãe trouxera da Catembe, a brincar na casa da árvore feita pelo irmão e nos campos ao redor com crianças brancas, mestiças, indianas da vizinhança. Foi nesta época que teve os primeiros contatos, por meio do irmão, com José Craveirinha, que se tornaria seu grande amigo. (LABAN, p. 273; SAÚTE, CHABAL).

Em 1934, a família passaria pela perda do pai, o que alterou drasticamente sua vida. Noémia de Sousa nesta altura com oito anos de idade, teve de se mudar com a mãe e os irmãos para a Mafalala, na fronteira entre bairro do Alto Maé reservado aos trabalhadores brancos e o bairro indígena da Munhuana. A partir do Alto Maé, situava parte da cidade na qual as habitações costumavam ser construídas com madeira e chapas de zinco, substituindo outros materiais como o caniço, um tipo de bambu utilizado para construções tradicionais<sup>68</sup>, que, segundo as autoridades coloniais, representavam risco pela facilidade de gerar incêndios. A imagem a seguir mostra uma parte da Mafalala, que ficava na intermediação entre a cidade de cimento e o bairro indígena da Munhuana, que foi projetado já no plano Araújo de 1897 e pode ser vista na segunda imagem (com a Mafalala ao fundo) (PIMENTEL, 2013).

---

<sup>67</sup> Não foi encontrado este nome na pesquisa de ruas da cidade, parece que se trata da atual Av. Guerra Popular.

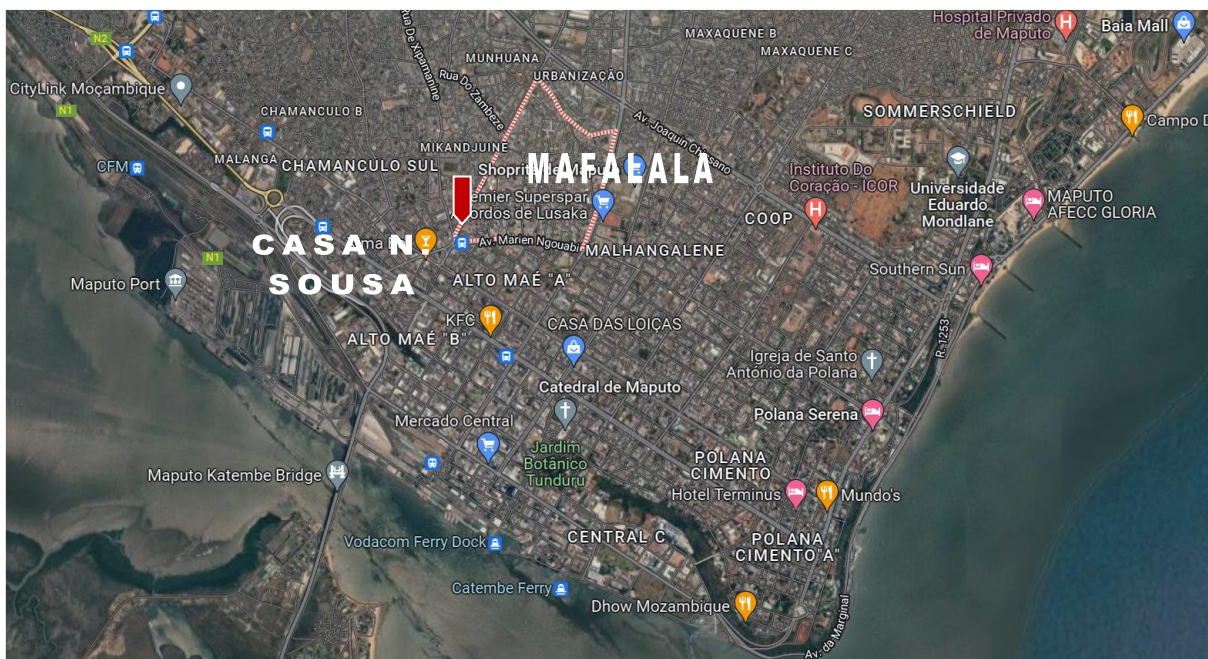
<sup>68</sup> O formato das construções já vinha se alterando para “imitar” o estilo de construção europeia, deixando os antigos formatos circulares para uma configuração retangular. Ou seja, contrapondo a lógica circular e a lógica retangular/mecânica. Porém, como colocado por Zamparoni (1998, p.312) “no “caniço”, as normas de convívio social, as amizades, os casamentos, nascimentos, mortes, festas e batuques obedeciam a uma lógica própria e eram realizadas com referentes cosmogônicos que não eram os do colonizador, ainda que este tentasse discipliná-los e que aqueles não permanecessem totalmente imunes às pressões e influências”.



**Figura 8 - Vista aérea da Manhuana<sup>69</sup>**

---

<sup>69</sup> “(...)edificado na zona da Munhuana, nos então arredores de Lourenço Marques, que se pode ver no horizonte. Iniciado em 1938. foi quase uma alegoria urbana por duas razões: o local inundava agressivamente na estação das chuvas (o problema apenas foi atenuado em anos recentes) e penso que na altura do seu planeamento ninguém sonhava o crescimento que estava para vir e a enorme migração que se iniciou a partir dos anos 50 do mato para os arredores da Cidade [ e que foi densamente povoado nas décadas seguinte com intensas migrações]. Fonte: Delagoa Bay World (Disponível em:<https://delagoabayworld.wordpress.com/2017/09/10/o-bairro-indigena-de-lourenco-marques-cerca-de-1950/>)



**Figura 9 - Casa de N.S./ Mafalala no Mapa de Maputo**

Como já mencionado anteriormente, a urbanização de Lourenço Marques foi pensada de modo a acomodar sobretudo a comunidade branca composta pela elite econômica (arrendatária de terras, dona de empresas ligadas às infra-estruturas, fornecimento, recrutamento, comércio, bancos) e outras camadas de ascendência europeia (pequenos agricultores, funcionários estatais, profissionais liberais, operariado urbano) que vinha aumentando consideravelmente a partir do advento do Estado Novo. Além disso, a ideia era que a cidade servisse como-modelo do sucesso da colonização portuguesa, com características de polo turístico para os metropolitanos e para a região da África Austral. Como uma expressão da estrutura racista colonial, a cidade se constituiu com uma cisão muito evidente entre os polos sociais e raciais.

### *2.2. 1 Poema Passe*

Por um lado, havia a conhecida cidade “de cimento”, cuja urbanização voltou-se a fornecer moradias com acesso a infraestruturas de saneamento, saúde, equipamentos de cultura e lazer (cinemas, teatros, jardins, clubes e melhores praias) para a população branca e uma pequena camada de não brancos (mestiços e asiáticos) com melhores condições financeiras. Por outro, havia a “cidade de caniço” ou “cidade de lata” nas periferias da cidade, semi urbanizada e com características rurais, na qual concentrava-se a massa de trabalhadores urbanos não-brancos sobretudo de africanos negros, sem acesso a elementos básicos de vida como saneamento, transporte, energia e educação. Sendo que, inclusive, se impunha uma restrição da circulação dessa população àquela parte da cidade, controlada por bilhetes de identidade indígenas, os



passes.

Este foi, aliás, tema de um dos poemas mais emblemáticos de Sousa. Cito:

A ti, que nos exiges um passe para podermos passear  
pelos caminhos hostis de nossa terra,  
diremos quem somos, diremos quem somos:  
-Eternos esquecidos na hora do banquete,  
abandonam-nos sempre na rua húmida, reluzente de noite,  
e oferecem-nos apenas o espectáculo das janelas iluminadas,  
(...)  
Nós somos os filhos adoptivos e os ilegítimos,  
que vossos corações tímidos, desejosos de comprar o céu- ou a vida,  
vieram arrancar aos trilhos ladeados de micaias<sup>70</sup>  
para depois nos lançarem, despidos das peles e das azagaias<sup>71</sup>,  
-ah, despojados da nossa profunda consciência de homens-  
nos tantos metros quadrados dos bairros de zinco e caniço!

Neste poema o sujeito poético coletivo incorporado pela identidade africana se dirige ao opressor para reivindicar e afirmar seus direitos sobre a própria terra e riquezas, dignidade humana e agência histórica (“diremos quem somos”), obscurecida pela hegemonia ocidental. É um poema longo, que contempla em uma formatação cadenciada a saga representada pela colonização e pelas resistências. Interessante notar, aqui, como ele desenha com precisão os contrastes criados pela situação colonial concretamente dispostos pela diferença material, simbólica e espacial exposta na cidade.

As ruas húmidas, por estarem recorrentemente alagadas e escuras das zonas periféricas de Lourenço Marques, distantes da “civilização” e “modernidade” representada pela luz elétrica das casas de alvenaria. As incoerências discursivas deste colonizador que se supõe superior, por suas aspirações gananciosas e, no limite, ilógicas, que conseguiram em algum momento, no entanto, desarmar e aprisionar este sujeito “nos bairros de zinco e caniço”, onde pudessem ser, mesmo que ilusoriamente, ignorados.

O poema segue enumerando uma multiplicidade de figuras que povoam estes espaços, muitas vezes resumidos a forma como sobreviviam trabalhando neste contexto, circulando das ruas

---

<sup>70</sup> Flor amarela abundante na região.

<sup>71</sup> Arma, um tipo de lança.

“munhuanenses” ao cais:

Nós somos sombras para vossos olhos, somos fantasmas.  
Mas, como estamos extraordinariamente vivos e despertos!  
Com sonhos de melodia no fundo dos olhos abertos,  
somos os muchos de penas saudosas nos chapéus de lixo;  
e zampunganas trágicos- xipócues vagos nas noites munhuanenses,  
e mamparras coroados de esperança, e magaiças,  
e macambúzios com seu shipalapala ecoando chamamentos...  
No cais da cidade, somos os pachigas  
e na Vida digna, somos aqueles que encontram os lugares tomados,  
(...)  
Nós somos aqueles que só na revolta encontram refúgio.  
Que se deixam possuir, ébrios, pelo feitiço dos tambores,  
nos batuques nocturnos da vingança,  
somos aqueles que modelam sua dor de braços torcidos,  
no pau preto do Norte,  
a dor deformadora que mais tarde despertará o desprezo e a incompreensão  
nas prateleiras dos museus da civilização...  
(...)  
(SOUSA, 2016, p.34-35)

O que se pode perceber é que estes versos são capazes de conchamar estes atores a formar uma mesma fileira, ao mesmo tempo em que destaca uma multiplicidade de sujeitos que pouco a pouco tomam consciência de seu poder. Os sons que efetivamente remetem aos batuques noturnos, ora proibidos pelo poder colonial<sup>72</sup>, por sua vez fazem amplificar o senso de pertencimento, experiência compartilhada e solidariedade entre africanos, além de demarcar a identificação política da própria autora, contrária às leis segregacionistas e à própria ideia de dominação colonial. Cabe ainda uma atenção especial aos últimos versos destacados do trecho, que convocam o rompimento com a naturalização dos atos desprezíveis manifestados pela colonização, no que parece conter uma certa ironia com a palavra e o significado da civilização.

## 2.5 Afirmação identitária

Vê-se que, se a autora já vinha nutrindo uma profunda consciência sobre os absurdos da

---

<sup>72</sup> Ver: PEREIRA, Matheus Serva. Batuques negros, ouvidos brancos: colonialismo e homogeneização de práticas socioculturais do sul de Moçambique (1890-1940). *Revista Brasileira de História*, v. 39, p. 155-177, 2019.



realidade em que vivia, o fato de habitar um bairro no qual as contradições e mazelas sociais se escancaravam de forma tão aguda vincou, decisivamente, sua posição. Ela habitou sua infância e juventude na Mafalala e frequentava os espaços da cidade que podia, sempre com olhar atento a tudo o que se passava e levando adiante os hábitos de estudo que já vinham da infância.

Como já citado, Sousa fez o ensino primário (dividido em 1º e 2º graus) na escola oficial Primeiro de Janeiro na zona central da cidade. O que seria a continuidade dos estudos, o secundário, era feito nos Liceus, que seus irmãos mais velhos frequentaram e que já não foi possível a ela por motivos financeiros. Assim, como alternativa para continuar os estudos Noémia passou frequentar a Escola Comercial<sup>73</sup>, onde aprendeu datilografia, contabilidade e esteganografia [estenografia], português, literatura, História, inglês e francês (que praticava lendo livros que eram do pai). Neste período também teve contato com cinema e literaturas sul africana, americana e inglesa, conhecendo autores como o estadunidense Richard Wright, que a fez pensar nos paralelos entre a situação dos negros estadunidenses e africanos, fortalecendo sua ideia de solidariedade africana internacional.

Foi também nesta época que a autora se aventurou com o irmão Nuno na escrita de jornais escolares e conheceu pessoas que mais tarde a convidariam para colaborar com escritos em outros jornais da época, como Antero e outras figuras reconhecidas na história moçambicana como Rui Guerra, Rui Guedes, Rui Knopfli<sup>74</sup> e Virgílio de Lemos.

Ainda aos 16 anos enquanto estudava, passou a trabalhar em uma firma indiana onde exercia o cargo de secretária, emprego no qual continuou enquanto esteve em Moçambique (LABAN, 143). A autora revela que havia uma “certa convivência com os Goeses”, mas que não havia maiores misturas entre as comunidades. O convívio com estes diferentes grupos deixava ainda mais evidente a percepção de como o racismo se reproduzia entre os indivíduos, que se habituaram a procurar uma “promoção social” pela aliança com pessoas das classes mais prestigiadas socialmente, segundo as hierarquias de sua comunidade e preferencialmente com

---

<sup>73</sup> Ver: ANTUNES, Luísa Maria Pina Valente. **O ensino técnico profissional industrial e comercial em Lourenço Marques durante o Estado Novo: a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva**. UNL, Tese de Doutorado 2010.

<sup>74</sup> Rui Manoel Correa Knopfli (Inhambane, Moçambique, 1932 – Lisboa, Portugal, 1997). Foi poeta, jornalista, crítico literário e de cinema português. Integrou o grupo de intelectuais moçambicanos que se opôs ao regime colonial e participou da fundação dos cadernos de poesia Caliban, em 1972. Deixou Moçambique em 1975 e desempenhou funções de Conselheiro de Imprensa na Embaixada de Portugal em Londres até o ano de sua morte, 1977.

brancos.

Dentre deste universo, foi ficando cada vez mais forte a necessidade de assumir uma identidade africana negra apoiada nos elementos da cultura moçambicana, ao contrário do que costumava ser feito por mestiços que assumiam o quanto pudessem os traços europeus de sua genealogia e por seu modo de vida. Ela reflete sobre este processo em algumas de suas falas. Cito:

Não sei o que me levou ao mundo negro, mas acho que, pouco a pouco, fui tomando a consciência de que era a este mundo que eu pertencia. Não era vulgar. Até houve pessoas que me perguntavam <<porquê>>. Mas essas perguntas vieram mais dos brancos. Eu acho que também tem a ver com o facto de nenhum dos meus pais ser branco. Nunca senti que podia aspirar a ter qualquer coisa que eu nunca tive: ser branca. Talvez se um dos meus pais fosse, fosse diferente.

Por outro lado, já tinha lido muita coisa e tinha começado a aperceber-me, nesta altura, daquilo tudo como era. E não gostava de ser tratada daquela maneira na minha terra. Fiz concursos para trabalhar aqui e além, e, por pessoas que estavam lá dentro, soube que num caso anularam o concurso porque queriam meter outra pessoa. Era bem pago, para uma repartição do Estado, e tinha um ordenado já razoável. De maneira que anularam e meteram lá uma menina branca. Branca e de uma certa classe social. A consciência social veio depois.

Depois comecei a trabalhar noutras coisas. Fui trabalhar na Associação Africana....  
(...) (CHABAL,1994, p.115)

Como foi visto até aqui, as ideias e práticas instituídas no seio do colonialismo colocavam os indivíduos em disputas constantes no arcabouço das “diferenças raciais” e “culturais”. De certo modo Sousa compreendia, ao mesmo tempo em que questionava, o ponto de vista dos indivíduos que agiam, abertamente ou não, a fim de defender uma posição aparentemente mais favorável na sociedade, para ela uma atitude de alienação da qual desejava se desvencilhar. Por este motivo apelava por uma ideia de união e fraternidade, embora soubesse que isso não significaria uma relação harmoniosa entre os grupos.

E, justamente, não ter uma ascendência branca direta é posto como um dos elementos que a distanciava desta identificação com o universo e as premissas do colonizador. O fato é que seu privilégio em relação a classes menos favorecidas não se tornou um motivo para defender o sistema e sim, para contestá-lo. Pelas palavras da autora percebemos que ela observava e refletia sobre essas divisões as encarando enquanto um mecanismo de dominação, refletindo por sua experiência e bagagem cultural.

Ela relata que logo que começou a trabalhar passou a frequentar, na “baixa da cidade”, a livraria Minerva Central, onde conseguia livros como o *Jubiabá* de Jorge Amado (a quem dedicou um poema) “por debaixo do balcão”. Pelas mãos de Cassiano Caldas<sup>75</sup>, que trazia livros a ela e Craveirinha, leu o poeta Nicolás Guillén, nas páginas da revista *Vértice*, pela primeira vez. Lia os neorrealistas portugueses, gostava de Miguel Torga e Joaquim Namorado. Já lia escritores negros americanos por traduções brasileiras e alguns que lhe vieram pelas mãos de um vizinho “embarcadiço negro” da Munhuana, que fazia viagens aos Estados Unidos e, além de lhe emprestar livros lhe contava sobre sua convivência com negros estadunidenses. Noémia dizia:

Eu encontrava uma analogia entre o Sul dos Estados Unidos e a situação em Moçambique. As pessoas têm a mania de dizer que o português não é racista, que a colonização não foi racista. Não brinquem comigo! Há pessoas que ainda se chocam quando eu lembro que nos autocarros, por exemplo, havia lugares para brancos sendo os de trás para os negros. Quando o patrão achava que o criado se tinha portado mal: roubou sabão ou sabonete, escrevia na caderneta. O homenzinho ia apanhar palmatoadas na esquadra. Como é que não havia racismo? (SAÚTE, 243 – 244).

A autora teve muita lucidez em sua análise, principalmente sobre a distância entre os discursos e as práticas do poder colonial português. Em resposta, passou a afirmar-se enquanto negra escrevendo de um lugar em que ouvia e se interessava pela “música, as canções de trabalho do povo”, “os cantos, as vozes, os tambores, a poesia” e “as palavras que as pessoas cantavam” na Munhuana<sup>76</sup>. Há que se considerar, além disso, a influência da cultura negra norte-americana e sul africana representada pela música jazz e pelo esporte<sup>77</sup>, que até os anos 1950 mantinham um forte teor racial (JOSÉ e MENEZES, 1991, p. 36)

A forma com que isto transpareceu em elementos de sua poesia fez com que muitos fizessem uma comparação com o movimento da negritude surgido em França, sob a elaboração de Leopold Senghor. No entanto, o movimento só viria a ser conhecido pela autora após sua saída de Moçambique. É interessante, aliás, pontuar a opinião de Sousa sobre esta coincidência. Cito:

---

<sup>75</sup> Funcionário da CFM, ligado ao Projeto Itinerário.

<sup>76</sup> Ver: SOPA, António. **A Alegria é uma Coisa Rara: subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)**. Maputo: Marimbique, 2014.  
Editor Geral

<sup>77</sup> Ver: DOMINGOS, Nuno. Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques. **Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano**, p. 211-242, 2010.

Eu acho que não é só lógico como normal. Tudo se explica na situação em que nós vivíamos. Tínhamos que nos afirmar como negros, africanos, porque aquela gente andava sempre a dizer que eles é que eram os bons, os bonitos, os sábios, tudo. Nós tínhamos que mostrar a nossa História. Por isso que eu meto nos meus poemas aspectos da História, da língua, dos nossos valores. Em qualquer outra sociedade onde se viva a mesma situação colonial é natural que as reivindiquem seus valores. (SAUTE, 245)

Em outra entrevista, ela completa:

Ainda hoje [1984] há pessoas que dizem que eu forcei a nota, que dizem <<tu és negra? Não és>>. Mas eu considero-me negra. Na Europa vão me dizer que eu sou o que? Dizem que eu sou o quê? As pessoas ainda estão a pensar nos termos das coisas como eram nessa altura. Não posso dizer que vivia a vida do negro que não tinha acesso a isto, aquilo e aqueloutro, mas também o negro assimilado tinha acesso a outras coisas que os outros não tinham! Eu nem sabia que existia essa coisa, que se chamava <<negritude>>! Sabe que as influências dali eram todas de língua inglesa, era raro chegar qualquer coisa francesa. Não sabia nada o que estavam os outros a fazer, os Senghor e companhia só vim a conhecer cá em Lisboa. (CHABAL, 117).

Bem se vê pelas falas acima citadas que o mais determinante para afirmação da negritude como exaltação de valores da África negra, na senda de Senghor, e como uma recusa ante assimilação cultural e à imagem passiva do negro – conforme Cesáire<sup>78</sup>) em Sousa foi a necessidade de confrontar a situação vivida em sua realidade imediata, sem premeditar corresponder às premissas de um movimento específico. Sua constatação foi elaborada à luz de referências múltiplas, uma delas eram os aportes culturais produzidos pelo mundo europeu e de afrodescendentes na diáspora. Isto se complementava aos valores que a autora trazia de seu seio familiar e aos elementos que podia observar pela convivência com os grupos e indivíduos africanos de Lourenço Marques, sobretudo nos trajetos dos subúrbios da cidade.

---

<sup>78</sup> Ver: MARGARIDO, Alfredo. **Negritude a humanismo**. Casa dos Estudantes do Império, 1964.

### 3 “ONDE NENHUM BRADO FICA SEM ECO”: IMPRENSA, LITERATURA E ATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES (1948-1951)

#### 3.1 A poesia como plataforma de mudança

Noémia de Sousa é um exemplo da relação entre imprensa e literatura em Moçambique. Em 1948, aos seus 19 anos, Sousa trabalhava em uma firma indiana e fazia o curso de comércio na Escola Técnica. Já tinha contato com alguns nomes que estavam animados com a cena cultural de então, que havia conhecido dos tempos em que morou no Alto Maé. Este grupo, do qual fazia parte Antero (para quem a poetisa dedicaria o poema "Se me quiseres conhecer, em 1950) um dos amigos de seu irmão Nuno Abranches de Sousa, estava enviando colaborações ao *Jornal da Mocidade Portuguesa* que pudessem "subverter" as matérias publicadas até então. Foi quando a escritora foi convidada a colaborar e escreveu o seu primeiro poema (LABAN, SAÚTE, CHABAL, ano).

Este periódico era o órgão da Mocidade Portuguesa em Moçambique, organização de frequência obrigatória (até 1971) voltada à juventude portuguesa. A ideia por trás de sua criação, em 1936, repousava em ideários fascistas baseados na tríade "Deus, Pátria, Família", visando formar uma juventude apta a reprodução dos valores do Estado Novo, inclusive no que diz respeito à colonização. Na década de 1940, por conta da neutralidade portuguesa na II Guerra, sob o comando de Marcelo Caetano, a organização buscou se afastar da juventude hitlerista e se aproximar mais da Igreja Católica e do Escotismo proposto pelo militar inglês Baden-Powell. Em 1948 o seu jornal se encontrava sob a direção de Virgílio de Lemos, que aproveitou o momento para colocar novas matérias neste órgão. Acabou, com isso, sendo expulso do cargo. Porém, foi no jornal que foi publicado, em dezembro daquele ano, o poema "Canção Fraternal" ou "Poema ao meu irmão Negro". Cito:

Irmão negro de voz quente, /Que séculos de escravidão/ Geraram tua voz dolente? (...) /Porque a tua canção é sofrimento (...) /Mesmo encadeado, irmão, /que estranho feitiço o teu! / A tua voz dolente chorou/ de dor e saudade, /gritou de escravidão e veio murmurar à minha alma ferida/ que a tua triste canção dorida/ não é tua, irmão de

voz de veludo/ e olhos de luar.../ Veio, de manso murmurar/ que a tua  
canção é minha! (SOUZA, 2001:74).

Como pode ser visto nos versos acima, há uma indagação feita a este irmão negro, cujo passado cunhado pela escravidão e pela perda de sua terra, expressa em suas canções de sofrimento, tocam o sujeito poético a ponto deste tomar aquele clamor como seu próprio. A própria escritora considerou o poema um tanto quanto "incipiente". Assinou a poesia com as iniciais menos utilizadas de seu nome "N. S.", tanto que causou curiosidade e até mesmo desconfiança quando se soube a autoria ser de uma mulher. Houve uma considerável repercussão em torno dos versos, que se destacaram em meio a uma profusão de reproduções literárias aos moldes e motivos europeus (Laban,p.249 Chabal,p.114; Saúte, p. 242).

Segundo ela, resolveu escrever aquelas palavras pois "via as coisas que apareciam nos jornais, lá, e achava que as pessoas escreviam sempre sobre Portugal. Relata que o fato de ser de uma família mestiça, ver e viver diversas situações que a revoltavam, ao mesmo tempo em que pouco se falava do assunto, parecia-lhe como se as pessoas estivessem "à voltar as costas à realidade"(LABAN, p. 249-250). Por isso mesmo, sua auto avaliação sobre a escrita poética deixa escapar o quanto sua motivação foi muito menos buscar uma excelência literária do que pautar sua visão social.

Cito:

Eu naturalmente naquela época não poderia explicar assim isso, mas eram coisas que eu sentia. De maneira que escrevi aquilo, que é esse que vem aí, que eu acho fraco... E cheio de boas intenções, como quase tudo o que eu escrevi, eu quase nem me atrevo a chamar-lhe poesia, mas acho que era cheio de boas intenções, são assim panfletos que eu lancei. E isso explica muito porque é que eu não quero vir para as primeiras páginas, não quero, porque acho que em poesia não sou grande coisa; são panfletos que eu lancei para aí, que talvez se eu tivesse estudado mais um bocado e tivesse viajado antes e pudesse ter um distanciamento a respeito das coisas, quer dizer, vê-las em perspectiva, tivesse feito de outra maneira. Mas eu era jovem e, já sabe, com aquele espírito jovem...-como é que hei de dizer?-, acho que principalmente houve a grande generosidade que os jovens têm e disponibilidade para se lançarem assim nas coisas. (LABAN, 1998, p. 250).

Como dito pela autora, sua poesia acabou tendo, em sua visão, um caráter panfletário. Novamente, isto apenas confirma sua prioridade em pautar a realidade desde seu ponto de vista e a partir

dos conhecimentos que buscava ativamente. Assim, seu poema de empatia e identificação demonstrou publicamente a afinidade de Sousa com as pautas africanas. Lembrando outra vez que o contexto era não só de censura, mas de uma sociedade que ao longo das últimas décadas foi sendo ajustada material e psicologicamente, mesmo que nas colônias portuguesas predominasse o controle militar, para tornar-se cada vez mais dividida, reproduzindo a ideologia colonial em cada instancia da vida, como pode ser visto até aqui.

Outro ponto que merece atenção em sua fala é dizer que colocou em versos aquilo que sentia. Não à toa Francisco Noa (ANO) caracterizou sua escrita como predominantemente "emocional". Isto é importante pois, de fato, Sousa escreveu a partir de estudos e pesquisas, demonstrando que buscava construir uma arte literária engajada. Porém, ela foi capaz de transcender uma dimensão mental, política e material, colocando em pauta as emoções que preenchiam aquela atmosfera. Ou seja, ilustrou o caráter profundamente humano que atravessava os sujeitos de sua poesia, mas nunca descolados das necessidades reais de mudança.

Canção fraterna, afinal, trouxe à baila o desenho do sofrimento que unificou toda uma diversidade de sociedades, dentro de uma experiência da colonização. Tanto foi que foi reconhecido como um hino de teor nacionalista (Neves, 2008) antes que esta consciência alcançasse uma abrangência concreta com a luta de libertação em Moçambique. Essa impressão ganha coerência pela fala da autora:

(...) Eu acho que quando comecei a escrever, isso foi uma opção, no fundo dar voz àqueles que não têm voz, um bocado disso. E reivindicar qualquer coisa. Naquela altura estávamos já a pensar numa independência, que <<este país é nosso>>, muito no ar, sem ir muito além disso...jovens a quem tudo parecia possível... No fim é, isso, não poder escrever doutra maneira. Também, para mim, quando eu dizia África era Moçambique. Não podia escrever muito, nesta altura cortavam-me muitas coisas, até críticas de filmes. (CHABAL, 1994, p. 117)

Como pode ser visto pela fala acima, havia uma censura que impedia a expressão cultural de forma veemente. No entanto, havia pensamentos de independência com raízes nas reivindicações por direitos e isto foi expresso pela via literária e era assunto nos círculos sociais.

Enfim, após a repercussão deste seu primeiro poema, a escritora foi convidada a colaborar na Associação Africana, que passou a frequentar nos períodos livres do dia, colaborando de formas variadas. Em paralelo, encamparia outras ações significativas em defesa de seus ideais.

### 3.2 Noémia de Sousa e a Associação Africana

Esta associação foi criada a partir da fundação do jornal *O Brado Africano* em 1908, na cidade de Lourenço Marques, com o nome de Grêmio Africano, que foi alterado para Associação Africana em 1936, permanecendo em funcionamento até 1975. Tinha como propósito reunir africanos de Moçambique, os chamados "filhos da terra" (brancos, negros e mestiços nascidos no distrito e integrantes de uma elite local), em torno de atividades políticas e recreativas voltadas a promoção e reivindicação de direitos à comunidade negra.

Isto era pensado no bojo das ideias da modernidade portuguesa, sem defender o fim da colonização. Para a época, porém, este programa nativista sublinhava uma subversão à ordem colonial, já que postulava, por exemplo, o amplo acesso à educação e infraestrutura, integração social e econômica do negro. Ademais, era um projeto crítico de diversas políticas que distanciavam as elites locais das posições de decisão ou colocava a população negra em situações deletérias.

O caráter combativo e organizativo dessa associação teve várias nuances conforme o poder colonial se estabelecia na colônia e a depender das vozes que por ali se manifestavam. Se num primeiro momento (até cerca de 1920) boa parte de seus integrantes (sendo oriunda de uma pequena burguesia africana) ainda logravam um certo poder e estatuto por meio da defesa de valores do sistema e da ocupação de cargos relativamente elevados em empresas e na administração colonial, com as medidas legais e práticas que definiram as diferenças entre indígenas, civilizados e assimilados a situação seria outra.

De acordo com Cabaço:

Sua posição social passava a independe dos princípios liberais da igualdade e do mérito e a ser "marcado" pela exibição de um certificado de "civilização" cuja concessão estava sujeita à avaliação subjetiva das autoridades coloniais. Mesmo quando os seus requerimentos eram deferidos e o "alvará" concedido, eles se descobriram "cidadãos diferentes". A barreira jurídica distinguia entre *indígenas* e não *indígenas*, mas a condição de cidadão por "assimilação" institucionalizava a dicotomia estrutural definida pela cor da pele. A decisão marginalizava definitivamente os filhos da terra do poder econômico e político e constituía um direto ataque ao capital simbólico e cultural que ainda mantinham. Paralelamente, e disso as elites da época não tomaram imediata consciência, separavam-nas definitivamente das massas africanas urbanas e peri-urbanas, deslegitimando suas pretensões de representatividade e retirando-lhes o potencial



político para se constituírem como interlocutores do poder. A opção pelo "alvará" colocou as elites em declínio perante a realidade do seu "limbo" social: eles eram "os outros" tanto para os *indígenas* quanto para os colonos. (CABAÇO, 2009, p. 174-175)

O antropólogo deixa claro como o processo de assimilação, combinado a outras formas de exclusão dessa camada social, com vistas a afastá-la de uma posição considerada ameaçadora pelo poder colonial, rebaixou seu status colocando-a ainda mais longe da pretensão de figurar como representante da massa de africanos. Ao longo dos anos, as divisões internas também aumentariam levando a criação do Instituto Negrófilo e o Centro Associativo dos Negros, no qual participaram sobretudo pretos assimilados, mas que se mantiveram em diálogo<sup>79</sup>. Por outro lado, o declínio social impulsionaria a luta pela legalização do Grémio Africano, que logo enfrentaria as investidas do regime ditatorial de Salazar, diminuindo cada vez mais suas possibilidades de ação.

Segundo Olga Neves a composição de associados e dirigentes revela "o mosaico representativo da sociedade urbana de Lourenço Marques". Cito:

Aí estão os burocratas, os pequenos comerciantes, os empregados comerciais, os tipógrafos, representando a população dita activa. Todavia, por detrás da designação sonante de "proprietário", aparece por vezes um tipo social, que designaremos de "biscateiro", indivíduo que lança a mão a qualquer possibilidade de negócio, valendo-se dos seus conhecimentos sociais, de relações de compadrio ou mesmo, de um certo grau de instrução. Importa destacar que, a maioria do corpo directivo era constituído por funcionários públicos, sendo os sectores do aparelho de Estado, com mais elementos – os Caminhos-de-Ferro e o Porto de Lourenço Marques, a Imprensa Nacional, os Tribunais, o Serviço dos Negócios *Indígenas*, os Correios, a Alfândega, a Fazenda, as Obras Públicas e a Curadoria dos *Indígenas* Portugueses na União Sul-Africana. Característica interessante a apontar à elite directiva do Grémio é o facto de funcionários públicos, membros serem proprietários, dedicando-se alguns à venda de terrenos, como se pode constatar nos anúncios do jornal *O Brado Africano* e nos registos do Anuário de Lourenço Marques. Os dados recolhidos quanto aos sócios e aos membros da direcção sugerem-nos um envolvimento social intenso na vida política de Lourenço Marques. Renegando o papel de "assimilados" que as autoridades coloniais lhes tentaram impor, os "filhos da terra" empenharam-se na defesa da Causa Africana (NEVES, 2002, P.157-158)

---

<sup>79</sup> *O Brado Africano* reproduzia constantemente notícias sobre estes centros.

A autora deixa claro como o movimento era composto, pelo menos nas primeiras décadas, por figuras dos variados setores econômicos urbanos, incluindo proprietários, que, no entanto, se aglutinavam em torno da Causa Africana. Eram também "católicos, presbiterianos, wesleyanos, falantes de ronga, changane, português e inglês" (ROCHA, 2002, p.186 apud CABAÇO, 2008, p.170). Aliás, isso indica o quanto essa camada estava longe de ser homogênea, com diferentes posições políticas e até mesmo ligações com ideários socialistas ou ligados às alas de oposição ao governo português, não sendo poucos os debates que ocorriam entre os membros. É importante ressaltar como, afinal, era uma camada média que foi perdendo poder à medida em que a política de povoamento da colônia por portugueses e a centralização administrativa foi sendo efetivada. Apesar das iniciativas do governo metropolitano para incentivar a vinda de colonos a Moçambique, sabe-se que isso só foi ocorrer mais expressivamente a partir de 1945.

Este período marcado pela 2ª Guerra mundial coincide, por sua vez, com a tendência notada por Olga Neves de que o jornalismo político iniciado em tempos republicanos foi de um "permanente confronto com as autoridades coloniais" para um "caráter essencialmente noticioso (...) em radacções contidas pela censura" (2002, p. 176). Tal tendência de silêncio e desmobilização da imprensa de oposição já era evidente desde a década de 1930, sob as leis de controle de imprensa agora comandadas pelo Estado Novo. Porém, ao regime de censura prévia antes instaurado somar-se-ia a atuação da PIDE e a apreensão redobrada de Portugal pela manutenção das colônias, diante da pressão internacional e interna. Além disso, as associações e os órgãos de imprensa estariam sujeitos a uma série de normas que buscavam garantir o controle por agentes coloniais.

Há que se considerar, por outro lado, o clima cultural que animava a capital laurentina entre as décadas de 1940 e 1950, envolvido pela música negra norte-americana, pela literatura, cinema e outras manifestações. Pelo caráter cosmopolita da cidade era comum uma circulação imensa de pessoas e de ideias, e as associações africanas (de cariz variado) fizeram parte, fornecendo ambientes de recreação, trocas e fortalecimento mútuo. Neves (2002) aponta que essas décadas podem ser vistas como uma segunda fase da imprensa em Moçambique, marcada pelas páginas e tertúlias literárias e artísticas, nas quais os intelectuais moçambicanos foram se refugiar. É um momento chave também para a ampliação do espaço cognitivo de percepção de uma consciência nacional.

Neste período a Associação Africana, além da sua publicação periódica *O Brado Africano*, realizava festas e encontros de cultura da comunidade que concentrava. Além disso, tinha como projeto concretizar a construção de sua sede e o funcionamento de sua biblioteca. E em 1949 Noémia de Sousa passa a colaborar com o grupo nas atividades da A.A.. A geração mais velha do jornal, representada por nomes como "Cassiano Caldas, Eugénio Joaquim Soares, Henrique Dahan, Brassard, Miguel da Mata" (senhores que "eram jovens na época de João Albasini) se empenharam na missão de convocar uma

juventude para ajudar no projeto. Projeto este que envolveu jovens (muitos deles parentes de antigos colaboradores e amigos, como era o caso do pai, tios e primos Bruheim, de Noéma), como Víctor Santos (irmão de Marcelino dos Santos), Nobre de Melo, Amália Ringler, “as filhas do Miguel da Mata”, Henrique e Guilherme Dahan, Dolores Lopes e Ricardo Rangel (SAÚTE, 1999, p.246).

As festas realizadas pelas associações muitas vezes tinham o objetivo de arrecadar fundos para seus projetos. Sousa participou da comissão festivas da Associação e foi dali houve uma divisão de grupos em tarefas que tinham como um dos intuitos “animar” o jornal. Foi assumida por ela junto com outros jovens como Vitor dos Santos (irmão de Marcelino dos Santos), António Bosquet (da Maurícia), Ricardo Rangel (fotógrafo), Dolores Lopez (filha de um espanhol emigrado da guerra civil espanhola e republicano) e Irene Guião (a quem Sousa dedicou o poema “[1- criticando as modas femininas europeias em oposição à africanidade]”). Destes grupos houve, por exemplo um voltado aos desportos e outro mais voltado para as letras (LABAN, 282-283).

Outros nomes que se tornariam conhecidos, como J. Craveirinha, foram associados e colaboradores ocasionais, vindo a participar mais intensamente na década de 1960. Aníbal Aleluia relatou em entrevista, sobre a Associação:

Havia nesta Associação uma actividade cultural intensa: saraus com declamação de poesia, teatro, ginástica, um espaço lúdico e entretenimento. Disponha também de um jornal que já vinha de tempos antigos e que influenciou grandemente os nossos escritores, que eram e são muito poucos: *O Brado Africano*. A tipografia estava mesmo dentro da Associação, numa casa que custou grandes sacrifícios e que a FRELIMO expropriou e ofereceu ao Clube Militar para seu centro social. (LABAN, 1998 p. 24)

Vê-se bem que a atividade do jornal compunha um conjunto de iniciativas que, apesar da censura ora instalada, possibilitou manter uma comunidade urbana relativamente diversa interagindo ativamente, da qual fizeram parte revistas como o *Itinerário* e *Msafo*, que publicaram poemas de Noémia de Sousa. Porém, apesar de assentar em uma ideia de cultura pautada na modernidade, que se expressava com força na posição complexa vivenciada pelas camadas mestiças (mulatos, afro-asiáticos) nota-se que houve um esforço (pelo menos por parte de seus integrantes) em afirmar valores de uma moçambicanidade, ao menos no sentido de valorização da terra, pautada no que se entendia por raízes africanas. Como relatado por José Craveirinha:

Tínhamos o jornal *O Brado Africano* e depois havia as realizações, as festas. Por exemplo, essa conferencia sobre a cultura que o senhor Kathupa está a fazer agora a nível do Governo, a Associação Africana fez tudo isso, que era a consciencialização do moçambicano: assumir a moçambicanidade sem ter vergonha das suas heranças, na culinária e tudo. Havia festas em que não entrava outro tipo de culinária que não fosse originária de Moçambique. / Então o que aconteceu? Houve mulatos que deixaram de pagar as contas, dizendo que estávamos <<à voltar para trás>>! É verdade. Mulatos já pareciam brancos, claros. E eu lembro-me de uma senhora que por acaso enviuvou a pouco tempo, está em Portugal- foi-se embora- que disse: <<Eu para comer comida de preto vou visitar a minha mãe! Não vou para a Associação Africana. Não vou vestir o meu melhor vestido para comer comida de preto! Para isso eu vou a casa da minha mãe>>. (LABAN, 1998, p.70)

Por esta fala podemos perceber o quanto criar uma “consciência moçambicana” poderia ser uma tarefa complexa naquele contexto, apesar de se ter criado na Associação um certo contraponto. Como já abordado no texto, Sousa reparava muito nesta discriminação entre os mestiços e mulatos, que acontecia também nos Estados Unidos e Brasil, colocando inclusive que isto se intensificava (segundo o que via) nas famílias de pai branco português, pois: “(...) havia aquela ideia de que tudo o que fosse africano, da terra, era mau, atrasado, não era civilizado, e era preciso ser-se civilizado, imitar o colonizador, porque isso que era bom, civilizado”.( LABAN, 1989,p. 282)

De fato, este ideal de civilização se via de uma forma tão acentuada neste meio que marcava a vida destes sujeitos de variadas e violentas formas. Os discursos encontrados nas matérias do *Brado Africano*, apesar de não serem um todo homogêneo e contar com diferentes colaborações, seguiram uma tônica geral de reivindicação de direitos sempre argumentando por sua igualdade no âmbito do pertencimento ao império português e nos marcos da modernidade e da civilização. No que diz respeito a como isso transparecia no jornal, vemos que entre os anos de 1948 e 1951 se segue essa mesma tendência, que ora ou outra revia-se a si mesma por meio de discussões e estudo que publicava.

### **3.3 Considerações sobre *O Brado Africano* entre os anos de 1948 e 1951**

O jornal da Associação Africana era editado e impresso na sede localizada na Avenida 24 de Julho, da qual lançava uma edição semanal, que era distribuída geralmente aos dias de sábado. Durante este ínterim manteve uma sólida consistência, com edições que variavam entre seis e

oito páginas (14 páginas, em datas comemorativas) das quais duas eram em língua ronga, na chamada *Seção Landina*. Estima-se que fosse impresso em tamanho de jornal padrão standard<sup>80</sup> ( 600 x 750 mm) , com cada página acomodando textos divididos em cinco colunas regulares<sup>81</sup>.

No cabeçalho estavam as informações de ano, número e data da publicação. Também o nome do jornal em destaque, seguido pela periodicidade (“semanário”), o *slogan* “Em prol do progresso, instrução e defesa dos naturais das colônias portuguesas” e sua filiação como “Propriedade e Órgão oficioso da Associação Africana da Colônia de Moçambique. Havia, também, uma indicação da direção do jornal (no caso, José Golçalves Cotta), informações de endereço, caixa postal e telefone.

Importante é também a menção “VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA”, que não está presente no cabeçalho nas edições das primeiras décadas. A propósito, no interior do jornal havia uma caixa para solicitar aos colaboradores “que os trabalhos a enviar, sendo possível, sejam sempre em Quaduplicado, evitando assim da nossa parte duplicação do trabalho, pois a Censura exige todos os trabalhos em TRIPLICADO” (B.A. 17/01/1948, p. 3).

Cerca de vinte espaços em três tamanhos eram ocupados por anúncios nas folhas internas. Estes incluíam venda de terrenos e imóveis, comércios de vestuário, vinhos, utensílios variados e serviços da região onde situava a Associação Africana (região do Alto Maé e arredores), como a “Casa/Bazar Fabião”, até estabelecimentos na localidade fronteiriça de Ressano Garcia. Pela localização dos anunciantes se pode deduzir que circulava até nas fronteiras da África do Sul (localidade de Ressano Garcia, com estação ferroviária), havendo indicações de ser encomendado também por migrantes moçambicanos. O jornal era vendido na própria Redação e em alguns pontos comerciais, como o Bazar Moderno, na Rua Salazar e no Restaurante Flor de Lis, na estrada do Zixaxa, na Livraria Católica, na Rua 1º de Maio e em uma loja de bebidas em Ressano Garcia. Custava o preço de 1\$50 o número avulso, e oferecia também assinaturas por pagamento adiantado.

As seções mais regulares costumavam ser, na página de capa, algum informativo sobre a governança ou artigo de divulgação, opinião e reivindicação sobre algum problema africano na colônia, comumente ligado às políticas específicas e aos conflitos com interesses locais de toda

---

<sup>80</sup> Que era o adotado em Portugal até as últimas décadas do séc. XX, quando foi sendo substituído pelo tamanho menor, o tablóide.

<sup>81</sup> Não foram acessadas informações sobre a tiragem de cada edição.

ordem. Tais textos apesar de críticos acabavam se alinhado ao pensamento do regime e, não raro, eram muito elogiosos ao mesmo. Isto não quer dizer que fossem textos simples, que reproduziam discursos sem nenhum critério.

Pelo contrário, demonstram a complexidade do pensamento de uma camada que procurava se adequar às ideias coloniais de progresso por depositar na demonstração de sua adaptação à cultura europeia a esperança de se verem reconhecidos como cidadãos portugueses com direitos. E ao mesmo tempo criticar, na medida do permitido, todo um sistema de pensamento que ainda os discriminava, propondo as soluções que julgava plausíveis do seu ponto de vista e de vida. Além disso, cada jornalista colocava essas pautas de forma distinta, por vezes incorporando os discursos oficiais sobre a eficácia e mérito da colonização portuguesa, por outras apontando as incoerências deste ideal fosse pela discordância ideológica, prejudicado pela falta de investimento, baixos salários e custo de vida alto, o que por si só valeria uma análise específica.

Havia também informativos sobre outras províncias, advindos de membros que retornavam de viagens ou mesmo remetidos pelas outras Associações. A vida social urbana era presente por meio de registros e comentários sobre visitas, viagens, óbitos, casamentos e demais acontecimentos cotidianos. Dentro destas matérias caberiam também entrevistas e homenagens a grandes figuras para além das autoridades coloniais, como Karel Pott<sup>82</sup>, primeiro universitário mestiço de Moçambique e sucessor dos Albasini na direção do Brado Africano; Mahatma Gandhi, que foi lembrado por sua passagem pela África do Sul e saudado pela luta que conduziu pela libertação da Índia; e Rui de Noronha, poeta moçambicano que se destacou na literatura da década de 1940.

A seção de desporto por vezes ganhava destaque, anunciando sobre as atividades desportivas da capital e de outras cidades, formação de clubes e campeonatos, além de discutir notícias esportivas mundiais avultando inclusive grandes atletas negros. A própria Associação chegava a gerenciar torneios, aliás. O periódico também recebia aportes científicos, com novidades da ciência ou mesmo no sentido de apontar comportamentos aos indígenas como as matérias sobre

---

<sup>82</sup> (Maputo, 1904- Maputo, 1953) Era filho do antigo cônsul do Orange e da República do Transvaal e da Holanda, Gerard Pott, que se casara com uma mestiça, Carlota Especiosa de Paiva Raposo, que possui terras nos arredores de Lourenço Marques. Gerard Pott perdera seu posto junto ao governo português por ser simpático aos bôeres. Assim, o filho, depois de formado em Lisboa, regressou a Moçambique, integrando-se ao Grêmio Africano. Seu retorno, contudo, com uma posição mais radicalizada quanto à defesa dos assimilados, geraria uma crise que é abordada em:

práticas recomendáveis de higiene.

Poesias e outros textos literários tinham espaço que variava de acordo com a edição e os assuntos da semana. Os livros [incluindo do que foi chamada Literatura colonial) e demais publicações recebidas (revistas portuguesas *Vértice*, *Meridiano*, publicação da Casa dos Estudantes do Império<sup>83</sup> (CEI); *África Médica* e outras) também eram divulgadas, comentadas e colocadas à disponibilidade na sede, sendo que a biblioteca foi finalizada e aberta neste ínterim, encorajando a juventude a frequentar a associação e exercitar o estudo. A programação dos teatros e cinemas como *Scala*, *Varieté*, *Gil Vicente* era divulgada em sinopses e comentários. Recebiam-se cartas de leitores que eram publicadas e comentadas, gerando inclusive algumas longas conversas. Por vezes replicavam-se matérias de outros periódicos.

Por meio da leitura das edições do jornal entre 1948 e 1949, podê-se perceber a ocorrência dos dados acima, mas também outras funções: ele servia de instrumento de comunicação entre os membros mais ativos ou mais esporádicos e um público mais amplo da capital. Por ele se convocavam assembleias e outros eventos, sendo comuns as campanhas que solicitavam um engajamento maior dos leitores nos projetos da Associação. Isto se reforçava por certas notas recorrentes que caracterizavam a identidade do jornal. Eram chamadas como estas, por exemplo:

Africano! / Lembra-te que/ *O Brado Africano* é um jornal africano. / -feito por africanos, /-tem de contar com o esforço de todos;/-Apresenta as tuas sugestões, aponta-nos os erros e manda colaboração. / *Com o auxílio de todos será o jornal que tu esperas e desejas.* (B.A. 22/1/1949, p.2)

Africano! / Desperta e trabalha. / É tempo de abandonar a tua secular sonolência! / Se tu tens uma Associação e um Jornal – que dia e noite vela por ti- porque lhe negas o

---

<sup>83</sup> A CEI foi criada em 1944 para servir de centro de estadia para estudantes advindos do território colonial português, com o objetivo de formar quadros para a administração colonial. Acabou se convertendo em um núcleo de discussão e circulação de ideias predominantemente anticoloniais que, acabou dando ensejo aos primeiros contornos do nacionalismo independentista. Reunindo figuras com forte atuação (Andrade e Terneiro, Agostinho Neto e Tomás Medeiros, entre outros) divulgou, em antologias mimeografadas, os mais proeminentes poetas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé. Até o seu encerramento pelas autoridades policiais em 1965, a CEI exerceu uma atividade cultural que possibilitou aos leitores da Metrópole, de Luanda, Lourenço Marques, Praia e, ainda que em menor número, de São Tomé e da Guiné Portuguesa o conhecimento de poetas como Antônio Jacinto, Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, Viriato da Cruz e José Craveirinha. Ver: MORENO, Helena Wakim. **Intelectuais de Angola na Casa dos Estudantes do Império: itinerâncias, mediações e redes de apoio (Lisboa, 1944-1965)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

teu auxílio? / Pensaste já no mal que advém do teu comodismo e indiferença? (B.A. 8/5/1948, p.6) Ponha fotos das páginas citadas!

Estes excertos resumem o espírito que animava a Associação naqueles anos. Embora cerceados pela censura, é evidente que houve um tom provocativo e um esforço em ativar uma mobilização que pudesse tanto reunir uma camada africana em torno deste projeto de progresso, frequentando os mesmos espaços, quanto pressionar o poder por melhorias de vida. As ideias que guiavam esse grupo heterogêneo (por exemplo, como deveria se conduzir a “educação do nativo”) longe de soarem em consenso, geravam discussões perceptíveis nas páginas do seu jornal.

Houve algumas campanhas marcantes, como por exemplo a crítica ao consumo do álcool (o vendido especialmente aos indígenas). Discussões sobre a eficácia da justiça e sobre o comportamento de régulos; diversas matérias debatendo o histórico e os conceitos de raça, civilização, racismo, fascismo, miscigenação. A publicação destes anos demonstra a vitalidade latente e a convivência entre a geração dos antigos animadores da Associação e a mocidade que levantava novas questões em Moçambique.

Durante o período analisado (janeiro de 1948 a dezembro de 1951) houve matérias versando sobre situações que se tornaram temas na poesia de Noémia de Sousa. Como, por exemplo, a cultura obrigatória de algodão e a necessidade de melhorias na logística e no aumento do preço de compra desta cultura para os indígenas (*O homem morreu na terra de algodão*, 26/6/1949), as condições de trabalho no porto e nos caminhos de ferro, exigindo melhorias nos salários, condições de trabalho e alojamentos (*Cais*, 25/3/1949), trabalhadores migrantes das minas (*Magaíças*, 7/1/1950), as vendedoras de carvão da cidade (*Apelo*, 21/5/1951). Isto sinaliza para o fato de haver, nesta Associação e em seu jornal, o contato da autora com informações que auxiliavam sua observação e vivência, a qual levava para a construção poética.



# O Brado Africano

SEMANARIO

Em prol do progresso, instrução e defesa dos direitos dos nativos das colónias portuguesas

Propriedade e Órgão oficial da Associação Africana da Colónia de Moçambique

Director: JOSE GONÇALVES COTTA  
Redactor: António de Sá

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA — Redacção, Administração e Oficina: Término da Avenida 24 de Julho — Telefone 632 — Caixa Postal 461

## Um problema que requer imediata solução

### Ao Governo da Colónia pedimos providências

Inúmeros são os nossos problemas que necessitam de serem expostos para se procurar obter as respectivas soluções.

O que hoje nestas linhas apresentamos é um dos que interessam não somente a determinado grupo populacional, mas também e principalmente à própria colónia, porque, pelas proporções e aspectos que assume, põe em jogo parte considerável do património populacional da mesma.

O problema a que hoje nos referimos é o dessas crianças que jazem por aí, perdidas, abandonadas, desprezadas, sem qualquer amparo que não seja o infartúo em que vivem; é o caso dessa quantidade de seres inocentes e infelizes, na maioria filhos de pai europeu, desprotegidos da sorte, espalhados pela colónia inteira sem ter quem os conduza para uma vida dentro dos princípios da civilização.

Para que possamos dar uma ideia do que seja esse problema, referir nos-emos apenas ao que diz respeito à nossa cidade de Lourenço Marques.

Quem por curiosidade ou por qualquer outro motivo fizer uma pequena vi-

sita que seja a esse mar- infido de barracas tocas, madeiras e zinco umas de evição e capim outras, que formam os subúrbios da cidade, presenciará de certo, estranho espectáculo. E no meio desse cenário, sem dúvida algo ressaltará aos seus olhos, causando triste e comovente impressão, des- pertando a piedade e dó que em si possam caber.

São essas crianças em cu- jas veias gira, aliado ao ne- gro, o sangue branco, que por aí vivem, naquele am- biente puramente cafreal, on- de reina a miséria e onde a moral e outros preceitos da civilização não têm lugar. E se alguém lhes perguntar «quem é teu pai» a resposta não se fará esperar: seca e innocentemente: «não sei». É triste, terrível, te- contrangedor.

Crescendo naquele meio- ra que serão amanhã? Temos a resposta viva nos muitos e muitas que vemos noite e dia, percorrendo a cidade. Eles, em vez de se tornarem nos homens dignos e úteis que seriam de desejar, se tornam completamente inú- teis, quem sabe mesmo se nocivos à sociedade; elas, não se tornam nas mulheres, vo- esses anjos dos lares, como

a civilização o exige, mas sim, ent-agar-se-ão aos bra- ços da desgraça, como se agarrassem a uma tábua de salvação, não para viverem, porque nunca viveram, mas talvez para ainda vegetar.

São seres infelizes pela desventura afastados do lugar que lhes pertence na sociedade como descendentes de brancos que são. Não têm culpa da desgraça em que vivem. Aquelas que as lança- ram ao mundo não podem ser culpadas, nem é também necessário apontar a quem se deve imputar as culpas. Para quê?

Urge, não procurar o culpado porque isso nada adian- taria, mas sim procurar uma solução simplesmente huma- na que ponha termo ou pelo menos reduza este estado de coisas.

A quem compete então solucionar o problema?

Temos acompanhado de perto a nobre acção das Mis- sões Católicas ao procurar minorar a desgraça humana, o que as tornou credoras das melhores referências, e tem sido com a maior satisfa- ção que temos registado os seus benéficos efeitos. Porém, não deixamos de reconhecer o quanto são

(continua na página 4)

## Moçambique

### homenageia o Chefe

Sob a presidência de Sua Ex.ª o Governador Geral Comandante Gabriel Teixeira, realizou-se pelas 18 horas do dia 27, no vasto salão dos Paços de Conselho, a sessão de homenagem a Sua Ex.ª e Presidente de Conselho Dr. Oliveira Salazar.

Foi uma das sessões mais bo- nitas que temos assistido onde não faltou o patriotismo, aqui- se patriotismo que Salazar sabe inventar no espírito de todos os portugueses.

Os oradores foram felizes nos termos apresentados sobre o gran- de trabalho de Sr. D.ª Sara Pinto Coelho.

Todos os discursos foram larga- mente ovacionados e muita das vezes interrompidos com salva de palmas.

Sua Ex.ª e Sr. Governador Ge- ral ao fechar a sessão disse:

Minhas senhoras e meus senhores:

Porque vai longa esta sessão e porque uma terrível gripe me não deixa, será breve. Mas, no dia de hoje eu não podia deixar de dizer algumas palavras, ainda que não fosse mais do que, lembrando em espírito o Chefe, dizer-lhe aqui: «Presente!».

Não podia o soldado de tantos anos deixar passar a comemora- ção de hoje sem vibrar: fosse como fosse lha de vir aqui e felizito me por ter vindo e felicit- o União Nacional e a Acção Popu- lar pelo êxito das sessões.

Tiveram a ideia luminosa de convidar uma senhora para falar aqui. E minha senhora — con- tando o Sr. Governador Geral di- rigida-se à Sr.ª D. Sara Pinto Coelho —, se a V. Ex.ª não devida- agradecimentos pelo bem que disse, certo é que veio também pagar uma dívida de gratidão a Salazar, pois não há mulher di-

galfiada numa sociedade não- cristã e ninguém trabalhos mais —trabalho e vem trabalhando — pela dignificação da sociedade portuguesa do que Salazar.

Foi V. Ex.ª uma felicíssima intérprete de Salazar. A sua sen- tidade descobriu aquilo que mi- nha gente, ao cabo de tantos an- nos não viu: que através da sua máscara de inabalabilidade, da sua calma absoluta, Salazar sente, e sente profundamente, por nós todos; simplesmente nem sempre tem sequer tempo para o mostrar.

Juntaram-se nesta primitiva ma- nifestação pública a União Nacio- nal e Acção Popular. Definiram as funções das duas entidades, de uma maneira geral, o Sr. Dr. Sotírio Feres e o Sr. Dr. Jovena de Carvalho. Não são movimentos diferentes, porque não se compreendem divirões entre os que seguem a mesma ban- deira; são soldados do mesmo exército, apenas com funções diferen- ciadas.

Estou certo de que a esta maior amplitude do acção há de corres- ponder um maior doutrinarmento, de que tanto precisamos, mas sinto que o melhor doutrina- mento se faz por actos, pelas nossas acções, mais do que por palavras.

Prometi não ser longo e não quero, nem devo, falar à minha vontade, mas não vou terminar pedindo a V. Ex.ª que me acompanhem —mas acompanhem com o coração, porque se se não, suas vezes não podem chegar até ao Chefe, a vibração dos nossos corações, se nos houver occasi- ões chegará até E e — um viva a Salazar.

Viva Salazar!

Este viva foi correspondido com vibração entusiástica. No próximo número faremos uma sumaria de todos os discursos para que fiquem arquivados nos arquivos deste semanário.

## José Albasini



Decorreu em 28 de Abril mais um aniversário do falecimento deste grande Africano e saudoso director que foi do nosso semanário.

Ao rememorar esta data, que encheu de luto à Família Africana, é com a mais pungente saudade que o fa- zemos.

José Albasini foi uma fi- gura inconfundível e a su- m-mória se perpetua pelo tempo fora, porque foram sólidos os fundamentos que lançou à sua obra — que são este jornal e a Associação Africana.

Desfolhemos, pois, hoje as pétalas da nossa sentida san- dade e da nossa eterna gra- tidão.

### AFRICANO!

Lembra-te que O Brado Africano é um jornal africano, —feito por si e para si, —tem de contar com o estírope de todos, —é presente as tuas sugestões, apontamentos e manda colaboração.

Com o auxílio de todos será o jornal que tu esperas e dese- jas.

## POLITICA INDIGENA

### Autoridades gentílicas

A recente Portaria publi- cado no número 13 do «Bo- letim Oficial» de 27 de Mar- ço último, é uma medida de grande alcance na política indigena.

Até há pouco os regedores indigenas (régulos) não ti- nham remuneração fixa pelo exercício das suas funções, recebiam apenas a porcenta- gem pelos serviços da colónia branca do imposto indigena.

Com esta Portaria passam a ter uma remuneração mensal fixa, sendo no distri-

(continua na página 4)

Figura 10 - Brado Africano, 1/5/1948, p.1

Figura 11 - Brado Africano, 6/3/1948

# Mahatma Gandhi

**aos 78 anos de idade e 30 de lutas gigantescas, baqueia às mãos miserandas dum assassino!**

A humanidade como que dementada, acaba de assinar um drama de sangue, o assassinio de Mahatma Gandhi, o Apóstolo da não violência, o homem físico em todos os tempos que conseguiu de mover soberanos, todos os mais insuperáveis obstáculos autoritários a compreendem o direito à liberdade que assistia à Índia Inglesa, cujos filhos — seus protegidos compatriotas — lhe pagariam — salvo vastas excepções das «élites» políticas — todo o incalculável trabalho e sacrificios feitos pela sua liberdade e grandeza, a troco de 3 bagos de chumbo na hora que se aprestava entrar em oração a Deus!

Esta miseranda quando dementada fogaça de Vinayak Gode, de 36 anos de idade, da casta Marata Nathuram, não tem paralelo na História, porquanto não houve péso da idade nem a latitude moral do acto que vitimou para satisfazer os ditames dos seus correligionários — se é certo que o assassino fez frete a alguma seita de ideias avançadas.

E' assim que se pagou uma dádiva a um anão de 78

anos de idade, trinta dos quais vividos em prisões sucessivas e jejuns de morte, que com o coração a palpitar forte assistimos nos nossos dias!

O amor que Gandhi nutria pela Humanidade fez o mortal. Não morreu. Ascendeu vitoriosamente para a Eternidade, onde gloriamente, séculos sem fim, será invocado pelos desprotegidos da sorte e respeitado por quantos grandes da terra que reconheceram que Gandhi andou dentro da Lei para tornar extensivos os benefícios da Lei — a Equidade e a Justiça — a favor dos povos oprimidos.

Eis porque cremos que apesar de Gandhi ter sido miseravelmente assassinado, foi sempre uma grande vitória para ele, para Nehru, para os grandes políticos humanitários que conhecendo a força atómica, ainda se fazem ouvir e respeitados por milhões de pobres mortais com direitos e necessidades iguais perante a Natureza, perante Deus!

10/2/48. *Gabriel R. S. Malta*

## CURIOSIDADES...

O único resto autêntico da antiga música grega é o hino de Apolo, decerto em Delfos pelo historiador e arqueólogo francês Theodor Reinach.

Os peixes não sentem a dor física. Só têm nervos motores, os que vão do cérebro aos músculos e comunicam a estes a ordem de mover-se; não tendo os nervos sensoriais, os que transmitem ao cérebro as sensações de dor ou prazer não podem sentir. As feridas não lhes doem nem os molestan

e os estragos do anelão causam grandes surtos, uma espécie de padecimento moral e não físico.

Foi o grande anatomista Sir Charis Bell que primeiro descobriu a ausência dos nervos sensoriais nos peixes.

Os sianezes passam três quartas da sua existência na água, pelas 11 voltam a tomar outro banho e depois as três e ainda ao pôr do sol. Nos lugares frequentados pelos banhistas não se passa uma hora sem que estes não estejam bastantes concorecidos.

### "O Brado Africano"

Compre ao seu vendedor — E' o jornal que me'hor pode formar o pensamento Africano.

**LEIA**  
COMPRE  
ASSINE  
ANUNCIE  
— NO —  
„Brado Africano“

**AVISO**  
Afim de não haver demoras em se acuar a recepção das importâncias que nos são remetidas para pagamento de assinaturas, anúncios e outros, pedimos a todos os interessados para que qualquer importância a enviar a este jornal, seja sempre feita à Administração.

## Notas Mundanas

**Quem viaja**  
Esteve com conta demora nesta cidade, vindas das terras do Gôja, o disse certo jornalista em Magde, sr. Guidone de Vasconcelos Matinho, do Quadro de Saúde.

**PRÉDIOS E TERRENOS**  
Antes de vender ou comprar, deve ser guiado e aconselhado.  
CONSULTA-SE  
**A. Ponce, Ltd.**  
Prédio Poste Azul 1.º andar n.º 12  
Telefones 1204 — C. Postal 945 — LOURENÇO MARQUES

**A Nova Leiloeira**  
Agência e Casa de Leilões (COMÉRCIO GERAL)  
Av. Manuel de Arriaga, 132 — Telefone 946  
Encarrega-se de leilões em casas particulares  
Fazem-se leilões na Agência  
Aceitam-se móveis e outros artigos para venda à comissão  
LIQUIDAÇÕES SÉRIAS E IMEDIATAS  
(os nossos clientes o confirmam)  
Sempre em armazém. Móveis e artigos diversos  
FAÇA-SO UMA VISITA  
**AGENTE: G. SAMPAIO**

**GULAMHUSSEN & C., Ltd.**  
IMPORTADORES E EXPORTADORES  
Comércio Geral — Comissões — Consignações  
«Stocks» de mercaderias nacionais e estrangeiras, próprias para negócios com indígenas, nos armazéns de comércio e armazenagem.  
Avenida da República n.º 177/179  
Caixa Postal, 67 — Telefone, 1090 — Telegramas: «GULAMO»  
LOURENÇO MARQUES

**P. Santos Gil, Ltd.**  
Lourenço Marques  
Importação Exportação  
Agentes e representantes em Johannesburg, Londres, Hamburgo, Nova York e Lisboa  
IMPORTADORES:  
Toda a qualidade de material eléctrico e ferro-viário, fixo e circulante; máquinas industriais, motores agrícolas, material de construção, etc.  
EXPORTADORES:  
Milho, algodão, legumes, madeiras, carvão, etc., etc.  
**Para Depósito de Mercadorias**  
Estâncias e Armazéns Albergados no Quilómetro 1; Oficinas de Borracha, Fabrico de Móveis, Burtas e Zanfanas, modistas à electricidade

**Companhia Nacional de Navegação**  
Serviço regular de passageiros e carga entre Leizões, Lisboa e os portos da Costa Ocidental e Oriental  
Saídas mensais de Lisboa para Moçambique, fazendo as escalas seguintes: Funchal, St. Tomé, Luanda, Porto Amélia, Lobito, Moçambique, Lourenço Marques, Beira e Moçambique, regressando a Lisboa pelas mesmas escalas.  
**Linha Lisboa-Moçambique-Lisboa**  
Pelo pacotes:  
•Nhamo (Cont. A. Bettencourt) ..... 9.000 Toneladas  
•Nova Lisboa (ex-Angola) (Cont. Manoel de Freitas Alkotora) ..... 6.500  
•Quissas (Cont. Jorge Luis Cardoso) ..... 6.500  
•Lourenço Marques ..... 6.500  
Os vapores «Chinda» e «Luz» asseguram um serviço regular mensal entre Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Quissas, Petross Angola, Moçambique, Porto Amélia, Beira e Moçambique da Praia.  
A escala por Funchal é feita pelo navio costeiro que liga em Lourenço Marques com os pacotes da carreira de Europa.  
O vapor «Johannesburg» faz a carreira de Inhambane, sendo de Lourenço Marques às quinta-feiras e chegando aos Domingos. Chega a Inhambane às sexta-feiras ao seu destino.  
**Agentes:**  
**Breyner & Wirth, Ltda.**  
AVENIDA DA REPUBLICA—Lourenço Marques  
End. Tel. SEITIMELA — Caixa Postal 786 — Telefone 195

**Publicações oficiais**  
A Imprensa Nacional põe à venda, ao preço de 2850 uma separata contendo as alterações a dos artigos 137.º e 147.º da «Reforma Administrativa Ultramarina», sobre os concursos para o quadro administrativo, aprovada pelo decreto n.º 34.171, de 6 de Agosto de 1944.

Também na mesma Imprensa foi posta à venda uma separata contendo as alterações sobre a realização de despesas públicas, aprovada pelo decreto n.º 7.152, de 27 de Dezembro de 1947, e circulares publicadas no Boletim Oficial n.º 52 2.ª série, da mesma lista, ao preço de 6300

**CASAMENTO**  
Cavaliêra, em 20 anos de idade e com economias suficientes a desposar com um rapaz de 17-20 anos de idade honesto, semo Eferm na Pararia; respondente com fotografias a Fone no R. Góes, Sina Sugar Estada, Ltd. LUABO.

**Publicações recebidas**  
Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique.  
Da Imprensa Nacional  
Relatório do Conselho de Ómbios.  
—Cestas de grãos da Direcção de Exercício de 1946 da Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade.  
—Boletim de Correios, Telefones e Têlex, referentes a Dezembro de 1947.  
—Boletim de Alfândegas, de Abril a Dezembro de 1947.

**Penamentos**  
Não faltam amigos fingidos, a quem não falta que gastar com eles.  
Os sentimentos validos, são os que enchem de justo orgulho o coração e a vida.

**Africano!**  
Desperta e trabalha.  
É tempo de alistar-se a tua acção socialista?  
Se tens uma Associação e um Jornal — que dia e noite vela por ti — porque lhe negas o teu auxílio?  
Pensaste já no mal que adões de teu comodismo e indolência?

**Um provérbio árabe**  
Eis um provérbio árabe que não deixa de ter certa originalidade.  
Estão quatro homens reunidos.  
O primeiro não sabe ou não sabe que não sabe. E' um tolo; evita-o.  
O segundo não sabe e sabe que não sabe. E' um ignorante; intru-o.  
O terceiro sabe e não sabe o que sabe. E' um dormente; acordae-o.  
O quarto sabe o que sabe. E' um sábio; segui-o.



### 3.3.1 A Página para mulher no contexto do Brado Africano

É importante ressaltar que o objetivo de analisarmos o Brado Africano é encontrar os escritos jornalísticos de Noémia e também colocá-los em relação a outros escritos do jornal que possam ajudar a compreender as ideias da autora no contexto das discussões que podem ser identificadas por meio do periódico. Procurando pistas deste período em suas entrevistas fica pouco claro quais foram estes textos efetivamente, pois a própria autora relata não se recordar muito bem do período, nem de pseudônimos seus e de outros colaboradores. Porém, há uma semelhança muito grande entre referências e formas de escrita que nos leva a crer que Violeta do Vale tenha sido utilizado por ela para escrever seus textos enquanto não foi redatora, época em que passou a se referir como “A redatora” ou “N.S” ou “C. A”, “Vera Micaia”, como veremos adiante.

A jovem escritora já participava das atividades da Associação Africana e tomou para si o trabalho também na redação de seu jornal. É sabido que passou por várias funções ali, cuidando da biblioteca, redigindo críticas literárias e de cinema, ajudando outras colaboradoras com matérias voltadas ao público infantil e respondendo às correspondências. Durante este período continuou a criar poesia, tendo três poemas publicados neste periódico (Poesia, não venhas!; Godido; Irmãozinho negro tem um papagaio de papel, em 1955) .

Ela se engajou em cuidar de uma seção que havia retornado recentemente ao *Brado*: a “Página para a mulher”. Segundo a autora, participar desta página não advinha de uma convicção pessoal, que julgasse necessária uma seção especificamente feminina. A ideia corrente entre a maioria dos homens da época era a de que as mulheres deveriam ser educadas para se tornar “anjos dos lares, como a civilização o exige” (B.A.1/5/1948, p.1.) Sousa buscou levar, na verdade, outros assuntos a um setor que acabava por reduzir as mulheres leitoras a matérias sobre comportamento e atividades domésticas. Vejamos:

No jornal, criei uma página feminina – não sou muito a favor do tipo de página feminina-, mas já havia uma e eu resolvi transformar essa página feminina numa página para toda a gente.... Dizia: vamos tratar das coisas das mulheres, mas ao mesmo tempo aceitava tudo, falava com os meus amigos dentro e fora da Associação Africana para darem colaboração, e houve muita gente do *Itinerário* que colaborou ali, sob pseudônimo...(…) houve muitos, o Cassiano Caldas colaborou muito nessa coisa...Como ele gostava muito de nós, tornámo-nos muito amigos (...) Aquele trabalho, principalmente no jornal, apaixonava-me e, como eu lhe disse, trabalhava



durante o dia, depois do trabalho ia para a Associação Africana, que começou a ter vida..., do que as autoridades não estavam a gostar(LABAN, 283-284)1948.

Vale tecer algumas palavras sobre o ressurgimento deste setor no jornal. É curioso que, em 1948, na coluna “Conversando...”, tenha havido um texto (escrito por um homem) sobre a pouca participação das mulheres na Associação:

“(...) Não pretendo criticar o vosso sexo pela indiferença que vota à vida associativa, pelo quase desprezo e nenhum interesse que liga à actividade do jornal, que deveria ser o espelho onde se reflecte o nosso nível cultural e mental. / Apenas vos trago uma mensagem de protesto pela vossa atitude de abandono e de apatia. / Há que despertar desta vossa letargia, para não dizer preguiça mental, porque precisamos do vosso concurso, valioso e indispensável / A cooperação da Mulher no campo social e nos seus complexos problemas é de reconhecida necessidade. / Chega a ser incompreensível a vossa atitude de afastamento, quando hoje, felizmente podemos contar com um escol de senhoras e senhorinhas educadas e preparadas com suficiente formação literária. / Não ignoro que os cuidados do lar ou o emprego vos absorvem o tempo e ao fim do dia, afadigadas, não vos sobra ocasião para outras preocupações, (...). Mas também não ignoro o valor da vossa dedicação, o espírito de sacrifício que a mulher possui em alto grau e vai até ao heroísmo quando se acende aquela chama que torna o farol que ilumina o mundo e guia os passos do homem e toda a sua vida. (...)/Longe vai o tempo em que a mulher era considerada simples máquina caseira, serva amarrada às quatro paredes do lar. / Hoje é companheira, colaboradora indispensável na vida do homem, desde o berço até a morte. É que suas opiniões, nas suas ideias e iniciativas põe sempre um bocado de afecto do seu coração, esse coração que muitas vezes a eleva ou a perde. / É mãe e esposa, é filha e irmã e, por isso, desconhece o egoísmo, o ódio, a vingança. / O homem, acredite, cara patrícia, não passaria de um cego se não tivesse o arrimo da mulher. / (...)precisamos do vosso auxílio e do vosso concurso no nosso Jornal e na nossa Associação. / Não vos traço nenhum plano, porque bem sabeis o vosso papel (...) porque não retomais a iniciativa de recomençar a publicidade da antiga PÁGINA FEMININA? / Seria um vasto campo de divulgação dos vossos conhecimentos em prol da educação e instrução das vossas irmãs mais atrasadas, com secções recreativas e instrutivas, o que contribuiria para a valorização desse baluarte (...). (B.A. 17/4/1948, p.3)

O texto como um todo já sugere várias questões de gênero que não serão discutidas por ora. Ele cria, aliás, diálogo com outros textos do jornal que, quando falavam de mulheres,

acabavam por colocá-las em uma posição depreciativa, reforçando estereótipos dentro das categorias de “classe” e raça do colonialismo) e encerrando-as em comportamentos e traços ditos naturalmente femininos, como uma docilidade natural, da perspectiva de alguns homens da elite intelectual africana da época. No entanto, houve um certo debate entre homens no jornal, como poderá ser visto adiante, pois houve os que colaboraram fazendo coro às falas mais progressivas em relação à ideia de mulher e feminilidade, questionando até mesmo a mudança de mentalidade e comportamento do próprio homem como condição necessária para que as mulheres pudessem estudar e se engajar em causas coletivas.

Mas é interessante notar como o jornal representando o domínio das letras e a capacidade de organização social, assumia uma função que se tornava fundamental para que ‘o africano’ (pretos e mestiços letrados) demonstrasse estar apto a pertencer ao patamar de “evolução cultural e mental” digno da civilização europeia. Para isso competia trazer as mulheres, animadas por um espírito de participação que as fizesse superar o cansaço advindo muitas vezes de uma dupla jornada de trabalho (doméstico e em outros cargos), para traçar sua participação, sobretudo na “educação e instrução das irmãs mais atrasadas” (não fica claro se com isso ele se refere às indígenas).

Isto não significava que se contestasse a dita “natureza feminina” ou a divisão de trabalho entre homens e mulheres (principalmente o de cuidado familiar), nem mesmo se sugerisse uma participação, por exemplo, em cargos mais elevados dentro dos grupos. Porém, é de se deduzir que, para uma camada tão reduzida da população moçambicana (mesmo que buscando representar uma maioria vivendo em condições distintas), não fosse de forma alguma dispensável a participação de qualquer de seus membros, incluindo as mulheres.

O mais importante, contudo, é considerar como a educação, o grande pilar dessa associação, impulsionava longas discussões nas páginas dos jornais e era tema recorrente dos protestos e exigências ao regime, nunca se esquecendo de apelar ao seu caráter social e moral como um importante argumento. Neste escopo, a educação feminina e masculina deveria ser discutida sob diferentes prismas, considerando “divergentes as suas condições”. Vide, por exemplo, matérias que condenavam a falta de apoio do governo às crianças mistas “abandonadas pelos pais brancos”, que mesmo diante do discurso da miscigenação positiva e da existência das missões católicas, se viam “abandonadas aos montes” (B.A. 3/4/1948, p.1 e 3), que deveriam ser acolhidas e cuidadas, porém com escolarizações separadas.

Mais uma vez, é importante ressaltar que as matérias apresentam discussões trazidas por diferentes atores, de dentro da associação e de outros órgãos, de outras províncias e colônias. É comum observar, pelo menos no recorte deste estudo, matérias com opiniões divergentes ou linhas de raciocínio distintas para cada assunto. Nas páginas deste jornal conviviam, por exemplo, a divulgação de filmes exibidos nos cinemas da cidade e ao mesmo tempo críticas ferozes à educação pelo cinema (pelo lado da moralidade) (B.A. 3/4/1948, p. 2-3; B.A. 1/5/1948, B.A. 29/5/1948, p. 6).

Com isto fica evidente que ocorriam diálogos e debates. E, mesmo longe de demonstrar uma tendência “revolucionária”, temas mundiais caros aos movimentos negros, como o Pan-Africanismo eram conhecidos e comentados (mesmo que para discordar-se, publicamente). Vide o texto “Uma análise do problema associativo em Inhambane”, assinado por Roberto Amado:

(...) O separatismo inter-africano, como problema, é caso sério, seja onde fôr. (...). Nunca será demais frisar que a unilateralidade e o conceito simplista dos fenômenos sociais deturpam a visão do conjunto e impedem a consecução dos processos inteligentes de solucionar os problemas de que esses fenômenos são a origem. Por isso quando, há anos, um *estudioso* escreveu, neste mesmo periódico, que a principal causa de desunião entre nós era o alcoolismo, nós só nos limitamos a sorrir... (...) A nossa moral tem a sua base no separatismo. Desçamos a séculos já mortos e contemplemos o panorama social de então: - No fundo, o Islamismo e mais para cá o Cristianismo. (...)

Foi a ética muçulmana que levou os Inhambanenses a receberem condignamente Vasco da Gama, quatro décadas a pós a Idade Média, esse processo de carnificina e vandalismo (..) os Negros islamizados passaram a constituir a <elite>. Estava começada a cisão que o Cristianismo mal interpretado viria intensificar, considerando o pagão como um ser inferior. (...) no princípio a política do contacto biológico [miscigenação] determinou uma grande união entre os três elementos que formaram a <elite>. O progresso, coincidindo, por um lado com a propagação de idéas nórdicas a respeito do valor racial, por outro com o aumento de colonos, determinou o enfraquecimento deste contacto. (...) Tinha começado da parte dos Mestiços o mesmo snobismo que os Negros assimilados adotariam nas suas relações entre si. (...)

Os interesses dos nativos estão nas mãos de uma Associação Africana puramente nominal. Esta Associação tem, contudo, elementos cuja boa vontade tem esbarrado contra toda aquela série de peias de que acima nós fizemos eco.(...) A população local,

porém, entende o contrário, fundando grupelhos futebolescos e outros sem finalidade elevada e esquecendo-se de que a sua única ponte de salvação está em fazer tábua rasa do que tem feito.

Por que é que não temos um Centro Africano com fins educativos e sérios, que tenha por missão principal instituir o Pan-Africanismo (...) o que mais nos interesse é que o homem normal procure ser mais prestimoso, livrando-se da mentalidade do seu meio, quando esta só lhe inspire desserviços, cultivando-se, civilizando-se (dando a esta palavra um sentido sobre um qual um dia falaremos), Só assim teremos associativismo.

(B.A, 1948, 3/7/1948, p.1 e 17/7/1948, p.3)

O texto, na realidade, os textos que discutem tais temas costumam ser longos, percorrendo mais de uma edição. Neste caso, há vários pontos em que toca que não são exibidos aqui para não o estender em demasia. Porém, o que fica patente é que existia um problema concreto em torno das Associações, envolvendo um separatismo entre grupos descendentes das elites, mistos, mestiços e pretos, que dificultava a construção de uma noção de unidade ampliada. Isso, para o autor, tinha - entre outros fatores, já que frisou tratar-se de um processo complexo - origens no processo de entrada do islão no continente combinado à imposição de um dito cristianismo e da própria empresa colonial, representada por Vasco da Gama. Ele propõe a instituição do Pan Africanismo sem explicar o que isso significaria, mas pelo texto pode-se entender que têm a ver com a dissolução da mentalidade racista reproduzida no meio africano, com o intento de mobilizar as massas dessa população<sup>84</sup>.

O mesmo autor, na Página para a mulher de 25 de novembro de 1950 escreveria o texto “Nós e a Mulher: para a juventude africana masculina” dizia:

(...) Para uma Soledade Gustavo, o feminismo é a igualdade absoluta da mulher ao homem; mas para um Plínio Salgado, o feminismo outra coisa não é que <masculinismo>. (...). Pelo que diz respeito ao cidadão médio, ele tende a hostilizar qualquer vestígio de feminismo, mesmo quando se trate do feminismo construtivo que

---

<sup>84</sup> Há uma matéria crítica de H.A. Aleluia denominada “Africanos versus Pan-Africanismo de 8/12/1951, que insere-se num contexto de resposta a escritos diversos que tornaria moroso expor aqui. Porém, após uma longa explanação em defesa da Associação africana, sua história e fundação, rejeita uma ideia de Pan-Africanismo argumentando que a Associação é sim, diversa.

todos nós devemos acarinhar e animar. (...). Se educarmos bem o mundo feminino veremos estrelas da altura duma Curie, duma Sand, duma Buck, duma Carlisle, entidades que não receberam cotejo com o escol masculino de valores. (...) A igualdade absoluta, preconizada pelos demagogos do comunismo libertário feminino, por coincidir com a própria constituição da espécie, é uma perigosa utopia. A igualdade que se pretende com justeza e sensatez é a do campo social. (...) Evidentemente, seria depreensivo permitir à mulher o direito infeliz de viver como eterna criança. Desejamos que ela se emancipe espiritualmente, que ela possa caminhar segura no mundo que a rodeia, que ela possa, quando necessário, lutar sozinha, pela manutenção da sua vida, sem necessitar de mendigar a estima de qualquer patife que a explore por sua afetividade (...). (B.A. 25/11/1950, p.3).

Isto deixa claro como a posição dos homens participando da Associação e do Jornal não era homogênea, transparecendo tal dado até mesmo pelas matérias escritas no jornal, que iam além de informar acontecimentos. No caso do Roberto Amado, evidencia a existência de indivíduos que colocaram em pauta a discussão de conceitos como feminismo e Pan Africanismo, reforçando a ideia de que Noémia de Sousa estava inserida nestes debates.

Em 1948 houve edições do Brado com a chamada *Tribuna Feminina*, que parece ter tido como intuito abrir um espaço específico às contribuições de mulheres. Em maio de 1948, assinada por “Maria Luisa Costa”, a coluna discutia um “movimento feminino pela paz”, liderado pela deputada inglesa Manning Red:

(..) <<Não posso suportar-diz ela- ouvir os homens da Câmara falar da guerra como se estivessem a discutir as próximas férias de verão>> (...) A senhora Manning Red tem razão para trabalhar pela paz, pelo sossego dos lares de milhões de mulheres que anseiam a tranquilidade e a harmonia entre as nações, condição indispensável para a segurança pessoal e colectiva que deve imperar no mundo. (...)Ensinemos aos nossos filhos o valor da paz e os benefícios da paz, afastemos dos seus pequenos cérebros em formação as ideias e toda a influência perniciosa que através de brinquedos, cinema e livros lhes possa criar um conceito de guerra. Ajudemos nossos maridos a combater pela tranquilidade dos homens e das nações (..) / No nosso modesto entender de mulher cristã a razão está do vosso lado. / <<As mulheres- como voz dizeis- são muito mais sensíveis que os homens>> Por isso é que nos amargura a febre belicista que paira sobre a cabeça dos nossos filhos. (B.A. 22/5/1948, p.5)

Como pode ser visto, o tema da guerra e da paz é colocado sob o ponto de vista da



maternidade de mulheres e esposas cristãs, no que lhes cabe agir enquanto educadoras e ainda apelando para a dita “sensibilidade feminina”. O tema é outro assunto que ora ou outra retorna merecendo numerosas palavras no jornal, o que é de se esperar dada a recente finalização da 2ª Guerra seguida por uma guerra fria. Mas trata-se, afinal, da voz de uma mulher trazendo um exemplo de participação política feminina, o que não é um dado desprezível.

A tributa da semana seguinte, assinada por Maria Antonieta de Menezes, aluna do Curso do Magistério Primário, discutia a “educação da mulher africana”, falando como mulher africana com origens são tomenses (negra ou mestiça, não fica evidente), reclama do fato de que o “movimento de pais” :

(...) Na possibilidade de educarem ambos educam o rapaz e esquecem a rapariga. Aqueles que pensam -e são, em maioria esmagadora - que ela foi única e exclusivamente feita para estar em casa, coser meias e servir o marido. Não é que tenha ideias revolucionárias ou sufragistas. É que a época não é para isso, exige mais delas: cultura e instrução. A rapariga africana deve andar de mãos dadas não apenas com a moda, mas com as outras facetas do Progresso. Enfim, ela tem que evoluir em todos os campos. (...) Por que não pode tirar curso? Porque não a fazem instruir-se, saber, conhecer? Porque é estúpida ou tem inferior capacidade intelectual? Não! Porque abdicou das ideias ancestrais, ainda tem arraigado no seu espírito que a mulher é escrava fiel do seu senhor. Não vê no homem o companheiro na vida com quem se compartilham alegrias e dores. / A rapariga africana tem absoluta necessidade de que façamos viver, interessar-se por si própria. Deve ser educada, intelectual, física e moralmente. E sobre este aspecto último muito teríamos que falar... / Dar-lhe a par da educação intelectual e física uma boa e sólida formação moral e cristã que lhe servisse de base na luta pela vida. / É preciso fazê-la despertar da apatia, fazê-la participar nos problemas atuais, saber defender os seus direitos, ter ideias, cumprir os seus deveres, como raparigas que são do século XX. Se encararmos de frente este problema com energia e coragem - porque o podemos fazer, tenho certeza - veremos resolvidos muitos dos problemas africanos. (B.A. 29/5/1948 p.6).

O texto de Menezes aponta para um cenário que, mesmo entre o escasso e discriminatório acesso que os africanos tinham à educação sob o regime colonial, este se tornava ainda mais desigual no que tange à educação feminina. Neste caso ela destaca uma crítica à mentalidade dos pais, que as impediam ou dificultavam sua educação escolar sob a crença de que a mulher foi feita para servir aos homens. Aqui, embora permaneça ressaltando a

importância de uma moral religiosa católica, defende-se o ensino universal, com vistas a inserir a mulher em todas as áreas, na esteira do “Progresso”.

A edição de 24 de julho de 1948 já apresentaria a *Página para Mulher*, que teria periodicidade quinzenal, revezando com outras páginas como a Infantil. A página veio trazendo assuntos como moda, comportamento, culinária e uma novela (“Farrapos da Vida”, uma história de amor). Em agosto repetiram-se basicamente os mesmos temas, que vez ou outra reapareciam. Houve edições com uma seção de *Variedades*, infelizmente trazia basicamente anedotas que reforçavam uma visão depreciativa da mulher, com estereótipos de sentimentalismo e tagarelice, por exemplo. Em geral, os conselhos trazidos pelos textos buscavam auxiliar, por exemplo, a como falar em situações públicas e expor assuntos cultos. Outros falavam extensamente sobre relacionamentos, casamentos e o comportamento dos maridos em relação ao lar (B.A. 18/9/1948, p.3). Falava-se, inclusive, do que seriam comportamentos adequados para os homens, em um espaço reservado para tal.

No mês de outubro a conversa da página, dirigida por “Cigana” falou mais profundamente sobre os sentimentos que geravam a desmotivação em participar mais ativamente das atividades coletivas (visto que há pouco havia ocorrido um baile da Associação), dando opiniões sobre como as ‘moças’ poderiam superar essas barreiras. Estes assuntos provavelmente refletiam em boa parte os temas das sociabilidades femininas que compunham os grupos leitores do jornal.

Porém, neste mesmo mês aparece uma nova figura na página: “Violeta do Vale”, que, como já foi mencionado, suscita a ideia de que seja Noémia de Sousa, solicitando um espaço para falar de literatura na seção, que lhe foi concedido. Assim, na edição de 13 de novembro a *Página para a Mulher* já contava com uma contribuição que destoava consideravelmente das anteriores:

Apesar de bem instruída quanto ao gênero de literatura que mais te atrai, cara leitora, - talvez por isso mesmo- resolvi criar esta secção, onde te irei dando alguns alvitres sobre os livros que devem formar a tua biblioteca. / É meu intento aconselhar honestamente obras, tanto clássicas como modernas e dos gêneros mais variados, que te possam oferecer uma leitura sã, inteligente e construtiva. / Como mulher do nosso tempo, deveis saber que mais e mais se tem vindo a exigir de nós. Já não basta que saibamos cuidar da nossa aparência, portar-nos bem em sociedade, ser boas donas de casa, esposas ou mães. Temos de ser também as camaradas- competentes, sensíveis,

compreensivas, capazes de intervir nos problemas sociais. Mas, mais do que tudo isto, as educadoras. / Nunca os destinos da humanidade dependeram tanto de nós. / O futuro dos nossos filhos está todo em nossas mãos fracas. E como é maravilhoso, grande e misterioso o destino dum homem. / E todo esse mistério, essa maravilha, essa grandeza depende de nós- de nós, frágeis e poderosas mulheres(...) (B.A. 13/11/1948, p.3)

Fica evidente no texto acima que há um tom de crítica à limitação dos assuntos “femininos” às questões de aparência, relacionamentos com homens e trabalho doméstico. Ela enfatiza a importância de uma autoformação pela leitura que competisse para tornar a pessoa apta a intervir em problemas sociais e cumprir um papel educador que, pelo fica implícito, vá além de educar a mulher para o lar. O texto segue:

(...) Uma nova e promissora era surgiu. As mulheres do mundo inteiro saudaram com entusiasmo a alvorada do novo dia que nascia, por que tanto tinham lutado e sofrido. Uma nova era- rude, cheia de responsabilidade- mas mais digna, mais alta, mais útil. Aceitaram corajosamente o desafio. Estudaram, educaram-se, emanciparam-se. Hoje, estão à altura do seu papel na sociedade. Todas as portas da vida social se lhes abriram, porque souberam estar sempre presente quando a voz do dever as chamava. Principalmente, porque souberam *querer*. / Porque não o faremos também, raparigas e mulheres de côr? / Para nós, o repto é mais rude. / As nossas possibilidades são mais limitadas, não porque nos falem qualidades, mas porque vivemos num mundo de intolerância e falsa superioridade. / Mas, com força de vontade, equilíbrio e, principalmente, uma boa dose de paciência e auto-disciplina, conseguiremos guindarmos à posição conquistada pelas nossas irmãs de além-fronteiras. / E nada poderá ajudar tanto o nosso caráter como uma educação literária bem orientada/ Esta é a razão que me levou a abrir esta secção. / Deve ter defeitos- *tem* defeitos- faltas compreensíveis em quem, como eu, é tão inexperiente, mas tão cheia de boa vontade de acertar. (B.A. 13/11/1948, p.3)

Vê-se que a autora, em um tom de esperança e entusiasmo, inspirou-se em “mulheres do mundo” para tecer um ideal feminino de sujeito emancipado para falar com suas leitoras e leitores negras, negros ou mestiças e mestiços. Seria extenso e demandaria alguma pesquisa deduzir em quais movimentos de mulheres ou figuras individuais ela se inspirou, mas é notável que ela assinala a diferença racial como um ponto a superar, não como um atributo de “atraso civilizacional”, mas como um defeito da própria estruturação racista da sociedade.

É preciso ressaltar que a documentação consultada, inclusive as entrevistas, não trouxeram uma certeza sobre a autoria das matérias efetivamente redigidas por Noémia de Sousa no jornal, posto que ela própria não tinha certeza sobre as datas e pseudônimos utilizados por ela própria ou por colaboradores do jornal. Owen, que em seu trabalho debruçou-se nas edições de *O Brado Africano* e nas entrevistas, coloca que provavelmente a edição de estreia de Sousa no jornal foi em 12 de novembro de 1949. Porém, não seria um disparate pensar que esta coluna foi sua contribuição – e para isso também apontam os livros indicados na seção. No mínimo, faz pensar que havia mulheres que ali muito debatiam, tendo opiniões que se aproximavam do que Sousa expressou literariamente.

Assim, o primeiro livro resenhado e sugerido pela seção em questão foi *A volta do Gato Preto*, do autor brasileiro Érico Veríssimo. Essa obra foi escrita em 1943, quando o escritor, por externar opiniões críticas à ditadura de Getúlio Vargas, exilou-se no Estados Unidos, onde passou dois anos a lecionar em diferentes universidades do país. Para a escrita deste livro, além de suas observações, ele teceu uma pesquisa histórica tornando possível desenhar um retrato da realidade norte americana nos anos 40, em plena 2ª guerra. “Violeta do Vale” escreveu:

(...) [Veríssimo] relacionou-se com representantes das mais variadas classes sociais americanas, auscultou-lhes as ideias, as certezas e as ambições. E com este soberbo material, deu-nos o seu magnífico depoimento- o depoimento duma inteligência e duma consciência de eleição perante o universo <<yankee>>. / (...) são aí tratados e discutidos com a maior compreensão e sinceridade. Alguns desses problemas não dizem apenas respeito à grande nação americana, mas também a todos os países que lutam por um mundo mais compreensivo e tolerante. Temos, por exemplo, a discriminação racial, a questão social e religiosa, os problemas sexuais – problemas de indiscutível universalidade. (B.A. 13/11/1948, p.4)

Essa indicação confirma como as discussões raciais dos Estados Unidos eram uma referência para se entender a questão nos círculos negros de Moçambique. Tal leitura figurou no jornal ao lado de receitas de sobremesa dentro da *Página para a mulher*. E na mesma edição a seção de Desporto homenageava o atleta negro nascido em Ohio, Jess Owens “que em 1936 fez fugir por quatro vezes Adolfo Hitler do grande Estádio de Berlim, quando dos jogos olímpicos naquela cidade, por não quere[r] felicitar negros” (B.A.13/11/1948, p.5). Ao final do mesmo mês, Violeta do Vale reaparece comentando sobre o Atletismo feminino:

Esqueçamos tudo e sejamos apenas raparigas da nossa época. Criemos uma mentalidade desportiva e combatamos o exibicionismo e os tabus duma sociedade preconceituosa e caquética. / Façamos Desporto por Desporto. Sejam modernas! / Lembremo-nos na nossa missão no mundo, da felicidade dos nossos filhos que estão por nascer, lembremo-nos do levantamento da nossa Raça e do futuro desta terra moçambicana que é nossa! / Raparigas que me leem, façamos desporto!” (B.A. 27/11/1948, p.3)

Interessante notar o quanto a atividade desportiva foi tomada como um elemento de afirmação negra e reivindicação da “terra moçambicana”. A prática do desporto por mulheres tinha o sentido adicional do ideal da mulher moderna, que nesse caso não se encarcera em tabus de comportamento.

Também a indicação de livro desta edição foi de um autor já citado por Sousa em entrevista. A versão brasileira da obra *Black Boy – A Record of Childhood and Youth*, romance realista e autobiográfico do escritor estadunidense Richard Wright. Em suas palavras um “homem nascido e criado numa tal atmosfera de opressão, ódio e ostracismo” de uma “revoltada e amarga realidade”. Sendo ainda “estranho verificar que *Negrinho* “fosse um “produto da <<livre>> América, protótipo das nações democráticas”. Mesmo assim o fato de ter sido publicado, “obtendo um êxito enorme”, representava “uma certa liberdade de acção e expressão”. Deste desenho se destacava um homem que conseguiu, enfim “usar as palavras como armas”, mas “armas terríveis e aguçadas contra a intolerância, o egoísmo e a crueldade”. (B.A. 27/11/1948, p.3 e 5) Certamente, o contato com as artes negras estadunidenses anunciava com ênfase as grandes contradições entre os discursos hegemônicos de triunfo capitalista, ainda que representassem uma relativa liberdade, forjada a sangue por movimentos antirracistas, em comparação com os territórios sob domínio colonial.

Enfim, outras matérias com discussões interessantes e caras a estes grupos fizeram parte das próximas edições da *Página para a Mulher*. Por exemplo, artigos que tratam da criança africana, suas relações parentais, a educação doméstica (e escolar) e o seu reconhecimento enquanto sujeito, levantando críticas a hábitos “modernos” prejudiciais ao seu conforto e desenvolvimento. Ou então escritos sobre a “cultura da mulher africana e a crítica incisiva sobre a formação literária baseada em “romances vazios” que as ensinam apenas sobre relações ilusórias, defendendo o estudo de obras com cariz social e realista (BA.11/13/1948)

Aliás, em todas as edições é possível encontrar informações importantes sobre muitos aspectos da vida, não só dessa elite africana urbana como da situação de trabalhadores por todo o Moçambique ao lado de matérias internacionais. Não parece que este jornal tenha se limitado a um caráter meramente informativo, ainda que seu discurso de fundo pregasse uma integração animada por um nacionalismo português: “Ontem como hoje, a mesma ambição: servir (..) pugnando pela difusão do ensino e educação em prol do nativo, por métodos evolutivos e graduais sem dúvida, para que a sua nacionalização seja completa” (B.A. 24/12/1998, p.1).

Uma análise mais vagarosa é capaz de desvelar múltiplas nuances do pensamento social de moçambicanos e moçambicanas que aí se expressavam, vide, por exemplo, os extensos e reflexivos escritos do angolano Jorge Netto <sup>85</sup>, de colaboração recorrente no jornal. Ademais, uma pesquisa mais longa sobre o funcionamento e o modo de pensar dos agentes da censura poderia revelar que sua ação incidia sobre determinados assuntos que, aos olhos do sistema, fossem mais ameaçadores. O que não coincide, necessariamente, com os assuntos cotidianos que moviam as ações de seus participantes.

Temos em seguida alguns excertos que possibilitam perceber como estas ideias encontravam diálogo com outros textos e pessoas nesta conjuntura,. Em dezembro de 1948, quando da estreia poética da escritora em outro jornal, a edição natalina comemorava os 40 anos de fundação do Grêmio Africano e de *O Africano*, com entrevista do então presidente da Associação, Joaquim Swart.

O destaque aqui fica para “uma transformação radical” que sofreu “a maneira de vestir da mulher indígena” (em Chai Chai). A “mulher [que] levava uma vida quase primitiva de semi nudez”, após uma “campanha persistente [promovida por Swart e sua esposa] conseguiu “que se vestisse pelo figurino da sua patrícia do litoral”. Tal campanha chegou até mesmo a movimentar o comércio local gerando uma venda maior na variedade de capulanas e colocando nas mulheres que tinham como traje habitual a vestimenta da cintura para baixo, o novo jeito de-utilizá-los cobrindo os seios e pondo lenços na cabeça (Swart, B.A. 24/12/1948, p.4).

Importante também foi a menção à criação da Escola João Albasini de ensino feminino. Iniciativa que partiu do Grêmio Africano, tinha como intuito instruir a mulher africana com os “requisitos indispensáveis de uma boa dona de casa”. Este projeto, após pedido, foi acolhido

---

<sup>85</sup> Dr. José Agostinho das Neves (Jorge Neto) “Figura de destaque no foro de Luanda, jornalista de relevo mundial que nos tem distinguido com a sua valiosa colaboração a bastantes anos”. (B.A. 24/12/1948, p.1)

pelo Governo da Colônia que “forneceu todo o mobiliário escolar, incluindo máquinas de costura, um trem de cozinha, ferros e mesas para engomar” (Swart, B.A. 24/12/1948, p.4) e depois tornou-se instituição do Estado.

Na *Página para mulher*, ao lado dos habituais dicas de vestimenta (com fotos de modelos europeias com os trajes da moda), vê-se a recomendação de Leitura da Violeta do Vale, o livro *A Selva*, de Ferreira de Castro, que trata da vida dos seringueiros da Amazônia, obra de caráter social. Ainda, depara-se com o texto “A mulher africana”, assinado por “C.A.”<sup>86</sup>:

Enquanto nos países mais civilizados, a Mulher se vai impondo cada vez mais como elemento mais imprescindível e consciente na formação de um mundo melhor, a Mulher Africana- na sua maioria- continua amarrada ao seu destino secular de serva do Homem e da Sociedade./ Alheia ao esforço colossal da Mulher Europeia ou Americana, ela ainda se entrega voluntariamente à dependência e soberania, por meio do casamento porque, para si, este continua a representar o seu fim natural e longamente desejado, a sua verdadeira profissão./ (...) Se olharmos, porém, para muito aquém do ambiente social africano actual, verificaremos que a Mulher Africana não pode de nenhuma maneira ser acusada de continuar, intelectual e socialmente, igual ao que era, por exemplo, há vinte anos, pela simples razão de que as forças do progresso não estacionaram e de que, bem ao contrário, essas forças não até vertiginosas no nosso século, pelo impulso que a máquina, a electricidade e toda ciência vieram dar à Civilização. No capítulo educação, que é ministrada a nossa mulher, continua ela a obedecer aos moldes antiquados e preconceituosos que contribuíram para a formação moral de seu país e avós. Por outras palavras: a nossa mulher vive muito atrasada em comparação a mulher europeia e americana, mas em relação à Africana de há 30 ou 50 anos, progrediu bastante, excepto no capítulo de educação, onde isso é menos notório. (...) (B.A. 24/12/1948, p.11)

É um longo texto, porém vale a pena atentar para os elementos que apresenta. A autora do texto tece uma crítica afiada à noção de mulher como serva do marido ou da sociedade, dentro do casamento que deveria simbolizar a união de dois seres em igualdade e cooperação e pelo que aprende na educação feminina que tem ajudado a reproduzir este padrão. Vê-se claramente que seu modelo parte de mulheres estrangeiras que para ela representam o ideal desejável de modernidade(que é fortemente representada pelo avanço tecnológico. Porém, ela

---

<sup>86</sup> Seria uma abreviação para Carolina Abranches?

reconhece um “avanço” em relação ao que era “a mulher africana” em décadas anteriores.

Ela segue o texto questionando de quem seria a culpa desse quadro, ao que responde que é uma responsabilidade de “todos”, determinada por vários fatores como “lugar ambiente, às forças ancestrais, à influência do clima e a condições históricas”, mas que cabia, em primeiro lugar, à própria africana tomar as rédeas da resolução. Admite que, pouco a pouco, as mulheres começam a desenvolver-se rumo a sua “valorização e emancipação” o que conduz “diretamente à independência pessoal”, afinal, as mulheres africanas:

Compreendem já, também, o valor enorme que tem a cultura na vida moderna e, entusiasticamente, procuram instruir-se; começam a matricular-se nas escolas comerciais e nos liceus, interessam-se cada vez mais pelos problemas sociais e por tudo o que se desenrola a sua volta (...) Sabem que, quanto melhor se habilitarem para a vida, quanto maior for sua instrução, a melhor emprego podem aspirar e que é, ao cabo e ao fim, na sua independência econômica que está o fulcro e a base da sua emancipação. (...) a mulher culta, com personalidade própria e mentalidade desempoeirada- que só a compreensão profunda da humanidade consegue gerar- será melhor educadora que a mulher quase analfabeta, completamente destituída daqueles atributos/ Que a sociedade se compenetre de que a Mulher Africana é um ser humano ,e, como tal, não lhe devem ser negados os mais importantes dos direitos humanos – o direito de dispor-se de si, o direito de trabalhar, o direito de se instruir e educar de modo a por se, não só ao nível de civilização da mulher dos demais países, como do seu companheiro, o Homem (B.A. 24/12/1948, p.11).

Assim, observa-se nas páginas do *Brado* um discurso de emancipação da Mulher Africana baseado na conquista de direitos que garantam a sua segurança material e desenvolvimento intelectual. Este texto, embora assente em uma visão de modernidade pautada em uma imagem de liberação feminina construída por ideais exógenos, acaba por representar uma visão progressista em comparação aos outros discursos encontrados no jornal.

### 3.3.1.1 Poema Súplica

“Tirem-nos tudo /mas deixem-nos a música!”. Estes versos inauguram o poema *Súplica*, à inspiração de Nicolas Guillen<sup>87</sup> e a música que sempre esteve a volta desde a infância<sup>88</sup>, primeiro dos 32 poemas escritos por Sousa em 1949. Os cerceamentos e limitações impostos

---

<sup>87</sup> Laban, p. 287.

<sup>88</sup> Laban, p. 305.



aos africanos geravam cada vez mais indignação, mas seguia-se uma forte cultura de convivência estratificada, o que dificultava a união entre grupos, gerando uma campanha recorrente de discussão sobre a discriminação entre as raças no jornal. Mesmo assim começava-se a pensar em ações, falava-se do assunto em reuniões de festas.

O *Brado*, abriu aquele ano com uma homenagem a Rui de Noronha (que mereceu uma crítica literária na P.M.)<sup>89</sup>, com um texto de Jorge Netto digno de uma densa reflexão sobre a história da construção diferenças raciais (passando por Gobineau e Rosseau) e artigos sobre a eleição presidencial em Portugal. Violeta do Vale falava sobre o que significava ser uma “Rapariga Moderna”, completando argumentos que já vinham de textos anteriores:

Para mim, rapariga moderna é aquela que vive integrada no seu tempo (...), aquela que trabalha ao lado do homem na construção de um mundo melhor, consciente de uma missão social a cumprir. Uma rapariga sincera, sã de corpo e de alma e, principalmente, natural. (...) que não se intimida perante nada pois não tem ideias erradas sobre a Vida nem a sua significação (...) que é corajosa porque sua alma foi fortalecida por uma educação prática e uma instrução sólida (...) Porque a outra <<Rapariga Moderna>>, a boneca pintada, egoísta e fútil, feita para prazer e fastio do homem- não é nem pode ser <<Moderna>>, visto que existiu sempre- desde a alvorada dos séculos até aos nossos dias (...) (B.A. 8/1/1949 p. 3)

Para evocar um exemplo do que ela entendia por mulher moderna, trouxe também uma matéria sobre a atleta holandesa Fanny Blankers Koen, que se tornou campeã aos 30 anos e tendo dois filhos. É certo que aqui ela parece como um grande exemplo de disciplina e superação, da mulher que consegue “dar conta” pelo afã de seguir a sua vocação e seu sonho, apesar da sobrecarga.

Importa comentar que, ao mesmo tempo em que se desenrolaram estas discussões na P.M. temos no jornal, por exemplo o José Cantine, que redigia artigos que reivindicavam soluções às autoridades sobre problemas específicos, como o fornecimento de água nas bicas da cidade e venda de água aos indígenas nas cantinas (B.A, 5/2/1949). Mas também escreveu fazendo um apelo aos africanos para que se lembrassem de “todo o benefício” que só foi possível por obra do Estado Novo (B.A.15/01/1949, p.3). Basicamente, é um elogio às políticas

---

<sup>89</sup> Na edição de 22 de janeiro, Violeta do Vale fala de seus sonetos e lamenta que eles sejam tão forçosamente “europeus”, ofuscando a originalidade de Noronha. (B.A. 22/01/1949)

de cultivo obrigatório, da criação dos tribunais indígenas e do ensino rudimentar exercido pelas missões e coordenado pela Igreja Católica.

O ensino e visão de mundo católica, da forma como era defendido pelos colonialistas e em alguns textos do jornal, não deixou de ser criticado por Sousa em seus poemas, como pode ver-se em “Nossa irmã, a lua” (1/3/1949) e “Lição” (27/5/1949):

Fechando nossos olhos impacientes de esperar,  
(...)  
Até podemos cantar o nosso lamento...  
De olhos para dentro, para dentro de nós,  
sentimo-nos novamente humanos,  
somos nós novamente  
e não brutos cegos animais aguilhoados...  
(...)  
Só não compreendemos  
como é que, sendo tão branca a lua nossa irmã,  
nos possa ser tão completamente cristã,  
se nós somos tão negros, tão negros,  
como a noite mais solitária e mais desoladamente escura...  
(SOUSA, 2016, p. 28, 29)

Ensinaram-lhe na missão,  
quando era pequenino:  
“Somos todos filhos de Deus; cada Homem  
é irmão doutro Homem!”  
(...)  
E então [já adulto], uma vez, inocentemente,  
olhou para um Homem e disse “Irmão...”  
Mas o Homem pálido fulminou-o duramente  
com seus olhos cheios de ódio  
e respondeu-lhe: “Negro”.  
(SOUSA, 2016, p. 69)

Ou seja, se para alguns integrantes do jornal a estratégia era de defesa da diferenciação de tratamento aos indígenas, crítica e cobrança pontual a aspectos de vida, sem questionar a fundo a mentalidade colonialista. Para outros, como Noémia de Sousa, havia a necessidade de ir mais a fundo no questionamento, deixando claro como, apesar do discurso, o ensino religioso

das missões apenas aprofundava a discriminação racial.

Agora, cumpre destacar que a P.M. seguiu com uma combinação de matérias e a participação sempre marcante da recomendação literária junto a outros artigos de opinião. Eram livros como *Eu queria Viver!*, do português Manuel do Nascimento, sobre um drama no seio da pequena burguesia portuguesa e o destino de uma mulher que queria ser livre, mas acabou se entregando a uma situação de dependência. Era “o símbolo das mulheres que não conseguiram libertar-se do passado, das mulheres que tem horror à luta, porque as educaram para escravas (...); das mulheres que vítimas dum ambiente antiquado e de preconceitos burgueses” (B.A. 5/2/1949). Isto servia como uma crítica e um chamado à ação, instigando as mulheres africanas letradas a romperem amarras e buscarem uma liberdade (a serviço de uma causa coletiva).

A essa recomendação seguiu-se a ímpar contribuição da italiana Maria Montessori (1870-1952), *A criança*, com sua inovadora visão sobre a educação infantil com foco na autonomia: [este livro] era como “uma luz na escuridão a que os pais africanos se debatem”, pois conduz “com singular eficácia à compreensão, à tolerância, ao amor dos pequenos seres que a nossa ignorância muitas vezes condena à situação de <<coisas>> (...) colocadas à margem de nossa vida cotidiana” (B.A.19/2/1949, p. 3). Tal indicação não foi aleatória, pois alimenta a ideia de uma educação e infância mais disruptiva para os termos da época. Mais importante, é um reforço da ideia propagada pelo jornal e reforçada pela página, da busca pela instrução da mulher e o seu papel fundamental como educadora.

Finalmente, na edição de cinco de março, dentro daquela seção, comemorava-se o fato da cientista e médica sul africana “de côr” Dr<sup>a</sup> Gertrude Adams, por ter se tornado membro do Quadro de Estudos de Energia Atômica em Nova Delhi, Índia. Recomendou-se a leitura de *O Homem e a Vida*, romance científico escrito pelo Prof. Patrick Armstrong. Mas, principalmente, trouxe em sua caixa literária *Poesia, não me Venhas!*,<sup>90</sup> assinada por N.S. (Noémia de Sousa, que usou tais iniciais pois não queria se revelar enquanto autora):

(...) -que é a minha dor egoísta e vazia,  
comparada aos sofrimentos seculares

---

<sup>90</sup> *Poesia, não venhas!* foi transcrita pelo jornal *Lourenço Marques Guardian* em 27 março de 1949 com uma crítica elogiosa e surpresa, apontando a qualidade do poema “com ritmo, tema e emoção verdadeiras” (B.A.2/4/1949, p.3). Essa repercussão foi discutida em Fátima Mendonça (2001)

de irmãos aos milhares?  
Bem sei que as minhas frouxas lágrimas  
nem o mais humilde poema valeriam...  
E se tu sabes que é assim, oh! Poesia!  
será melhor que fique lá onde estás,  
e não venhas hoje, não! (B.A. 5/3/1949)

Vemos que o sujeito poético coloca suas dores pessoais em segundo plano, indagando sobre o valor destes sentimentos diante de uma imensidão de problemas de maior importância. Nesse sentido, deseja que a poesia nem se faça, caso esta sirva apenas para repetir sobre dramas egoístas. É uma rejeição à arte vazia, feita sem olhar para a realidade coletiva e uma convocação explícita ao engajamento do escritor ou, no mínimo, para uma revisão de sua identidade e lugar no mundo. Por outro lado, este poema reforça o discurso antes exposto na P.M., que se constituiu como uma crítica direcionada a determinados comportamentos femininos que não eram motivados por um crescimento pessoal entrelaçado a um crescimento coletivo.

Estes exemplos mostram a existência de dois discursos de gênero distintos dentro de O Brado Africano. Um deles, voltado para questões femininas - não se pode deixar de o dizer efetivamente concretas e cotidianas para uma camada que buscava se afirmar sob a égide de uma feminilidade europeia. Os itens desse protocolo de comportamentos habilitavam estes indivíduos (e suas famílias, pais e esposos) a reconhecerem e, teoricamente, serem reconhecidos como cidadãos da “nação portuguesa pluricontinental”. Por outro lado, tinha como objetivo enquadrar a mulher aos espaços e expectativas criados para ela a partir de uma base masculina opressora, na qual o serviço aos homens e à família à moda ocidental era seu centro e razão de ser. Mesmo quando estas adquiriam comportamentos disruptivos ou moralmente condenáveis diante da mentalidade hegemônica, pela forma como se vestiam ou se relacionavam socialmente, isto era feito não com o objetivo de alcançar uma emancipação coletiva e sim de se destacar no âmbito da competitividade feminina.

Dentro da certeza de que a população nativa distante de tais hábitos representava o primitivismo e a não-civilização, a educação indígena rudimentar era propugnada por muitos representantes africanos como um passo necessário para sua integração. Porém, a educação das mulheres deveria obedecer à ideia de feminilidade ligada ao serviço doméstico, sexual e

reprodutivo dentro do matrimônio religioso cristão.

Em um segundo discurso (visto nos textos de resenha literária e outros artigos assinados como Violeta do Vale e “C.S”.) ela critica com contundência os aspectos e os comportamentos da feminilidade derivados das chamadas motivações egoístas, que tinha como principal objetivo o ganho da afetividade masculina e da realização pelo casamento. A atenção exacerbada ao cuidado estético e o consumo de produtos de cultura focados em formar esta feminilidade são fortemente criticados. Embora defensora dos papéis de mãe, esposa e educadora, os enxerga de um ponto de vista crítico, enfatizando a formação intelectual e o sustento material como base da emancipação da mulher. Aliás, esta base se coloca fundamental para que estes papéis fossem exercidos de uma forma consciente. O casamento, neste sentido, adquire um caráter secundário e deixa de ser um ato que rege e dá sentido à vida da mulher para se tornar uma das consequências das escolhas conscientes de indivíduos que teriam uma posição igualitária na existência, vendo um ao outro não como serviçal (no caso da mulher) ou provedor (no caso do homem) e sim como seres humanos complexos. Esta posição fica patente no emblemático *Poema para um amor futuro*, de Noémia de Sousa (12/2/1950):

Um dia

-não sei quando nem onde-

das névoas cinzentas do futuro,

ele surgirá, envolto em mistério e magia

-o homem que eu amarei.

Não será herói de livro de fantasia (...)

O homem que eu amarei

será tal qual eu, no fundo

(...)

Completamente humano e verdadeiro

- que só assim eu o poderei amar.

E só será perfeito quanto a nossa condição o permitir,

para que sejamos na vida o que ela nos pedir:

companheiros,

juntos na mesma barricada/lutando num mesmo ideal

(...)

Mas só depois da paz descer sobre o meu campo da luta,

antes disso, não.

Antes, seremos companheiros da mesma obra,

operários construindo o nosso mundo (...)

(SOUSA, 2001, p.52)

Assim, alertava-se para a existência de uma luta coletiva a respeito dos problemas sociais e históricos do racismo e do capitalismo, “questões reais” com as quais as mulheres dessa camada pouco se engajavam justamente por estarem mais presentes para esta feminilidade antiquada e aprisionante da espera pelo casamento – um ato que expressaria falta de consciência e individualismo, consequência dessa mesma socialização e educação. Este alerta refletia uma inspiração em figuras femininas estrangeiras, mas não em modelos de moda ou ícones de “feminilidade” vendidos em revistas e cinemas. Buscava, aliás, referência em mulheres que estavam alcançando patamares mais elevados de instrução e participação política. Lembrando que esta visão ecoava juntamente ao apelo constante do B.A. pela participação e engajamento geral<sup>91</sup>.

Não parece que essa posição competisse com as reivindicações de direitos para os africanos da colônia e menos ainda com uma ideia de libertação nascente neste período. Pelo contrário, busca inserir as mulheres pelo seu engajamento e motivadas pela ideia de igualdade de direitos entre todos os seres, como se a “causa feminina” disto não se apartasse. Não seria exagerado afirmar que estas posições encontravam ressonância com as pautas de movimentos de mulheres mais conhecidos do séc. XX, inseridas em causas e organizações de caráter social mais geral<sup>92</sup>.

Mais uma vez, entende-se que há coerência em atrelar estes escritos a Noémia de Sousa. Mesmo que se trate de outra mulher, certamente suas referências literárias e visão de mundo eram muito próximas, pois há flagrantes semelhanças e nexos com sua poesia, relatos e ideias (que permanecem, inclusive, quando ela assume a direção integral da página, em novembro de

---

<sup>91</sup> Noémia de Sousa relata que os participantes não era, necessariamente, intelectuais.

<sup>92</sup> Reafirmando que discutir este tema em específico não é o objetivo deste trabalho, mas a análise destas fontes pede que tais dados não sejam ignorados.

1949). Veja por exemplo o trecho transcrito na resenha da obra *Diário*, de Katherine Mansfield<sup>93</sup>:

(...)<<Quero penetrar viver nesse mundo, ser uma partícula desse todo aprender o que ele nos ensina, perder tudo o que em mim é superficial e adquirido. Tornar-me um ser humano; consciente e sincero. Quero compreender os outros; compreendendo-me a mim própria. Quero ser tudo aquilo que posso vir a ser pois só assim serei (...) uma *filha do sol*(...). Pode parecer falso dizer uma só palavra que seja sobre o desejo de ajudar os outros, de ter uma luz interior e outras aspirações semelhantes. Que isso baste, pois: ser *uma filha do sol* (...)Gostarei de viver de modo a poder trabalhar, com as mãos, com o coração, com o cérebro. Queria ter um jardim, uma casa, relva, animais, livros, quadros, música. E queria escrever, queria exprimir tudo isso(...)/ Mas, sobretudo quero a vida- a vida quente, ardente, viva- quero enraizar-me na vida- aprender, desejar, saber sentir, pensar, agir. Eis o que quero, nem mais nem menos. E tenho de esforçar-me por consegui-lo... (B.A. DATAAAA)

Este trecho reflete uma ânsia por alcançar um status de humanidade e de reconhecimento igualitário, isto como um ato de profunda integração interna, subjetiva, mas ao mesmo tempo coletiva. De alcançar e executar a máxima potência como sujeito de sua própria existência, o que transparece em imagens semelhantes construídas por Sousa, agora enraizadas na edificação de sua identidade negra, africana e moçambicana, incorporada em múltiplas vozes.

### 3.3.1.2 Poemas *Se me quiseres conhecer* e *Solidão*

Observa-se isto, em especial, nos versos dos poemas *Se me quiseres conhecer* (25/12/1949) e *Solidão* (26/05/1951):

(...) Ah, essa sou eu:  
órbitas vazadas no desespero de possuir a vida,  
boca rasgada em feridas de angústia  
(...)  
Torturada e magnífica,  
altiva e mística,  
África da cabeça aos pés,  
(...)

---

<sup>93</sup> Katherine Mansfield

(SOUSA, 2016, p. 40)

(...)

Solidão, o teu caminho é longo, sombrio,  
bordejado de silhuetas desoladas de casuarina,  
no seu constante assobio.

(...)

E eu não quero os encantos calmos do fim  
da tua lagoa maravilhosa, adormecida desde o começo de tudo  
Nem sussurros prateados de Debussy,  
nem gemidos de casuarinas, nem fantasmas de estrelas.  
Quero esta maré índica de irmãos,  
vazando e enchendo à minha volta, à toda a hora,  
sempre viva, humana, presente!

Quero este calor sem igual

(...)

Quero a música dos tantãs

(...)

Quero o som único das marimbas chopes,  
o feitiço estranho da viola cheia de xicuembo do Daíco<sup>94</sup>

(...)

Este é o caminho que eu quero, humano vasto,  
esta é a música que eu amo, germinada em revolta e nostalgia.

Solidão, fica-te tu com teu troféu morto  
de ímpis perdidas e desalentos.

Eu irei pelos caminhos povoados,  
altiva e presente.

(SOUSA, 2016, p. 40, 114-115)

Ressalte-se que os poemas retratam uma autorreflexão e afirmação identitária pela asseveração da vontade humana e militante. Mostra ainda como a escritora conseguiu conciliar os conflitos derivados das contradições inerentes a formação de uma identidade nacional africana em relação a uma ideia de feminilidade europeizada. Neste sentido, sua busca pelas questões sociais mediada por uma literatura neo – realista, referências negras e americanas ajudou a comungar imagens de gênero, raça e classe.

---

<sup>94</sup> Daíco, guitarrista da banda Djambo.



Assim, a sua poesia seguiu dialogando com os textos publicados em O Brado Africano, porém criando um ambiente que aprofundava a discussão sobre o papel das mulheres africanas na sociedade. Ainda mais quando vemos nesta mesma edição quase que um manifesto assinado por Violeta do Vale (atribuído a Noémia de Sousa) contra a chamada “Literatura Feminina” que “é um termo que nos deparamos hoje, a todo momento – em jornais, em reclames de casas editoriais, mesmo em conversa” (B.A. 2/4/1949, p.3 e 4):

A autora do texto explica que este termo era usado para definir “as obras literárias concebidas para o mundo feminino”, partindo do pressuposto de que “deveria haver obras distintas e separadas para cada sexo, visto as diferenças de caráter e formação serem fundamentalmente antagônicas”. Ao que ela responde ser uma ideia absurda, pois é evidente que a “arte não tem sexo”. Ela ainda admite uma certa lógica no uso do termo “arte feminina” para designar obras feitas por mulheres. Mas, “todos sabem, no entanto, que nem todos os livros chamados próprios para a mulher são escritos por representantes do sexo feminino”.

Pior ainda era constatar que no campo artístico “as verdadeiras obras de arte, produzidas por mulheres” eram “salvo raras exceções, consideradas masculinizadas”, isto pelo fato de perseguirem “um ponto de vista humano e não individual – que traria à tona o espírito feminino da autora”. Isto era mais uma razão para afirmar “a nossa aversão ao termo Literatura Feminina”, pois “se a vida moderna está toda assente em bases colectivas” a mulher “tem a obrigação e o direito de os conhecer tanto como o seu companheiro, e a sua cultura não deve, em nenhum caso, ser inferior à do Homem”.

Atente-se às referências literárias que ela elenca para defender seu ponto: *Terra Bendita*, “monumental obra” de Pearl Buck sobre a China moderna, George Elliot, Emily Brontë, Sigrid Undset, Helen Grace Carlisle, que “deram à humanidade obras cheias de valor, mas sem aquela pieguice desenfreada que todos associam aos livros escritos por mulheres”. Ela segue afirmando a defesa da “igualdade de direitos entre o Homem e a Mulher”, fazendo apologia a um “sistema educativo e cultural igualmente desenvolvido para ambos os sexos”, discordando “em absoluto desta separação” no campo da arte.

Ela rejeita completamente os ditos “livros próprios para a mulher”, “invariavelmente concebidos nos moldes melosos, absurdos e snobs, tipo cordel, dos Amarais Júnior e da Mary Love”. E indaga se seria realmente proveitoso a juventude e, em especial, às adolescentes “impressionáveis que começam a abrir os olhos e a medir realidades”, lerem títulos

“espantosos” como *O livro negro da virgem branca* ou *Entrou-me um coração pela janela*. Afinal, para os autores dos “romances brancos”, a vantagem desta literatura seria esconder “o lado sórdido e brutal da vida”, ao que ela rebate:

(...) qual é o tal <<lado sórdido e brutal da vida>>? Seria a nossa luta quotidiana por um lugar ao Sol; o nosso grito de <<abaixo à miséria>>; os nossos esforços conjugados para a construção dum melhor <<à luz das estrelas>> todo o nosso entusiasmo em prol da felicidade comum, baseada na verdade, na tolerância, no respeito profundo pela dignidade humana, na defesa dos direitos fundamentais do Homem?(...) Abramos uma campanha enérgica contra o <<romance azul>> não o comprando, não o lendo, não recomendando sobre nenhum pretexto, às nossas filhas ou às nossas irmãs mais novas. Há tantos livros verdadeiramente são que podem ser lidos sem perigo algum pela juventude...(...) Vá, abram o vosso cérebro à razão, sejam raparigas e mulheres verdadeiramente modernas e desempoeiradas, repitam e procedam como nós: <<MORTE AO ROMANCE AZUL>> (B.A. 2/4/1949, p.4)

Confirma-se, pelo exposto acima, o esforço que foi empreendido a fim de formar uma outra mentalidade entre as mulheres. Tal mentalidade baseada no enfrentamento às questões pungentes da realidade, na busca pela igualdade almejada, coadunava com parte dos discursos que encontramos.

### 3.3.1.2 A consciência sobre a mulher negra africana

Neste sentido, vemos a P.M. assumindo uma posição contundente, porém voltada a mulheres letradas e suas questões. Mas não deixava de incluir, outros textos que quisessem manifestar suas ideias. Por meio das discussões que vieram por textos de outros atores, é possível perceber como a questão da identidade de Noémia foi sendo tensionada para ir além dos modelos de emancipação estrangeira, ou pelo menos pensar como aquela Página poderia aproximar-se de alguma forma das mulheres negras. Isto se exemplifica pela inclusão de textos como o de Miguel Mendes, que surge da preocupação de falar de “outras mulheres” africanas, com problemas distintos do público visado pelo jornal.

Falando como cristão e utilizando como molde de feminilidade a ideia de Maria, mãe de Jesus, ele critica como aquela sociedade, ancorada na religião católica, permitia que à mulher negra africana se acomessem certas injustiças, vistas “das cidades às povoações mais pobres”. Dá alguns exemplo como “quando algumas pedem empregos, principalmente nos industriais,

aproveitam os seus trabalhos, que são mais baratos que os dos homens, e desviam estes para outros misteres”, ou o fato de haver leis que “só condenam o estupro de menores”, medida que “para a mulher africana” era “apenas aplicada nos meios mais influenciados da civilização, onde os interessados sabem o que querem e ao que vão”, posto que no “mato” o africano permanecia na “desgraça”. Ainda disse “desfloram-se quantas raparigas menores, arrancasse-lhes a honra”, meninas que eram comumente atiradas à prostituição, defendendo que tal lei deveria ser aplicada a todas as mulheres.

O texto apresenta uma proposta de proteção à mulher africana apelando para a defesa da honra, baseado na ideia de que o cristianismo representa a superação de costumes “pagãos” de todo o mundo, como venda de mulheres e outras práticas que atrelavam suas vidas e corpos a seus maridos, de forma violenta. Então propõe que:

(...)Os régulos e cabos da Colônia, primeiras pedras da nossa autoridade administrativa, deviam ser chamados ao conhecimento e cumprimento de toda a legislação defensora da nossa mulher, para que agricultores europeus e equiparados, comerciantes chineses e indianos espalhados pelas suas terras com ganas de autoridades perante o indígena, respeitem todos a nossa mulher, não a desonrem para a sua desgraça e a nossa vergonha, não a encham de vícios e de doenças venéreas com certos e graves prejuízos à população, onde seguidamente as propagam.

Uma vez tomadas essas seguras medidas para o cumprimento da lei, que a todos toca igualmente, o sossego nosso e a mulher africana dar-nos-ia a sua mais necessária colaboração no progresso deste Moçambique, que é grande para os homens só, e no desenvolvimento da sua população. (B.A.16/4/1949, p. 3-4)

Neste caso, evidenciou-se o abuso sexual cometido cotidianamente contra mulheres e crianças indígenas, que se tornavam ainda mais vulneráveis e desamparadas quanto mais distantes dos “direitos da civilização” e de quem as auxiliasse em sua defesa<sup>95</sup>. Isto se combinava de modos variáveis às políticas de trabalho ou cultura forçados, impostos à esta população.

Bem, além da incidência desigual de empregos e salários, uma das grandes questões e pautas das mulheres repousa na questão da violência. Sobre as mulheres negras africanas, principalmente indígenas, acrescenta-se o fato descrito por Alfredo Margarido (1980, p.14) de

---

<sup>95</sup> Ver: MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (sul de Moçambique, XX)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

que “para o colonialista, não havia homens, apenas coisas do trabalho. Não havia também mulheres, mas meros objetos sexuais” e seu comportamento desmentia pouco a pouco a visão lírica da ausência do racismo português sistematizada pelo luso tropicalismo ou a suposta harmonia racial alcançada pelo Império Ultramarino Português.

Contudo, o que gostaríamos de destacar aqui é a existência dessa matéria na Página para a mulher, que, mesmo erigida sob um ponto de vista cristão que era uma formação religiosa comum aos integrantes da A. A., trouxe com destaque tal situação, dando eco a problemas muito reais que afligiam a maioria das mulheres africanas em Moçambique. Naturalmente, o tema do casamento também apareceria ocasionalmente, trazendo à tona conflitos que uma camada africana que ansiava pela conquista de um certo ideal de civilização enfrentava, ao ter que desconstruir certos comportamentos indesejáveis do ponto de vista da modernidade europeia.

Assim, outra discussão polêmica foi sobre *O lobolo*<sup>96</sup>, prática de formalização do matrimônio por meio de restituição de valores à família da noiva, muito comum no sul de Moçambique. Roberto Amado<sup>97</sup> (anteriormente citado) em texto de 27 de agosto de 1949 coloca como o lobolo era condenado por uns (incluindo o próprio) como uma expressão do primitivismo (pois seria como “comprar a noiva”), enquanto era defendido por outros como sendo um “guardião moral”. Em suas palavras:

(...) Entendo os africanos, como todos os povos do mundo, divididos em grupos de mentalidade diferente, seria errado, pois, pretender que todos eles aceitassem tal banição ao mesmo tempo. O que porém nos faz pensar é que haja, mesmo entre pessoas que se dizem civilizadas, quem defenda um uso que rebaixa a Humanidade na pessoa da Mulher colocando-a no mesmo pé de igualdade em que se encontra o gado!.../No século em que vivemos, em que o Feminismo vai conquistando até o sexo masculino, não se compreende, todavia, que raparigas já evoluídas digam com ênfase, trajando à europeia e sem reбуço de vergonha: <<É preciso depositar depressa>>, como se isso as elevasse no conceito do namorado acostumado a pensar. (...) (B.A. 27/8/1949)

Esta polêmica demonstra o quanto o *Brado Africano* era importante para discutir certos temas que perpassavam a complexa posição dos africanos na busca por ideal de civilização.

---

<sup>96</sup> Na edição de 24/9/1949 há uma página dedicada ao Lobolo, com uma entrevista ao “Pachisse”, respondendo que o mesmo é uma segurança para a mulher, amenizando a crítica feita na edição anterior.

<sup>97</sup> Não foram encontradas referências além do nome (provavelmente pseudônimo).

Mostra também como a adoção de um modo de vida moderno não apagou elementos ancestrais caros à sua identidade e sociabilidade, que se remodelaram e, neste caso, foi contestado também a partir de uma visão moderna de emancipação feminina<sup>98</sup>.

Porém, é interessante perceber como o termo feminismo já ganhava eco e participava de alguma discussão, aparecendo outras vezes na documentação estudada. Por exemplo, em novembro de 1949 a P.M. cita que foi “Ana de Castro Osório – educadora, socióloga e escritora – a autora da primeira obra feminista publicada em Portugal” intitulada *As Mulheres Portuguesas*<sup>99</sup>. Assim, se as mulheres envolvidas nestes textos não se consideravam feministas ou, pelo menos, não utilizavam o termo em seus conteúdos, fica evidente que ao menos leram uma literatura assim denominada.

### 3.3.1.2 Poema Negra

Ao mesmo tempo, transcrevia-se na primeira página do B.A. textos como *A mulher negra*, redigido pela angolana Lília Fonseca<sup>100</sup>. Nas palavras do autor do artigo Gastão de Sousa Dias este texto era como um “elogio da mulher negra, que, na colonização portuguesa, tem marcado um verdadeiro lugar de honra” (B.A. 3/7/1949). Em poucas palavras, ela versava sobre o fato da mestiçagem e da formação das famílias mestiças à luz das colocações do sociólogo Gilberto Freyre, reafirmando o discurso português de que em sua forma de colonizar não havia discriminação e, pelo contrário, fazia exaltar os direitos dos africanos e sobretudo da mulher negra, que sustentava tudo desde a base.

A visão estereotipada das mulheres e especialmente da mulher africana era reproduzida também por mulheres em uma sociedade que, afinal, conjugava preconceitos em função da dominação. Noémia de Sousa, consciente de tal construção histórica, buscou combater estas ideias em seus poemas. Em 25 de agosto de 1949, ela cria o poema *Negra*, em resposta a um poema escrito por Irene Gil e que foi publicado no jornal *Notícias*. Segundo Sousa este escrito de Gil “falava nas –jarras etruscas- da negra que trazia água à cabeça”, coisa

---

<sup>98</sup> Para esta discussão em específico ver: ASSUNÇÃO, H.; SILVA, A. Reflexões sobre o lobolo e os ritos de iniciação feminina em Moçambique a partir de uma perspectiva da interseccionalidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017. e PINHO, Osmundo. Descolonizando o feminismo em Moçambique. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 970-972, 2012.

<sup>99</sup> Ver: DA SILVA, Maria Regina Tavares. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. **Análise Social**, v. 19, n. 77/79, p. 875-907, 1983.

<sup>100</sup> Referências não encontradas.

que reprovou por refletir um “paternalismo atroz”. Cito:

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos  
quiseram cantar teus encantos  
para elas só de mistérios profundos,  
de delírios e feitiçarias...  
Teus encantos profundos de África.  
Mas não puderam.  
Em seus formais e rendilhados cantos,  
ausentes de emoção e sinceridade,  
quedaste longínqua, inatingível,  
virgem de contatos mais fundos.  
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual,  
demência, atração  
crueldade, animalidade, magia...  
e não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.  
Em seus formais e rendilhados cantos,  
foste tudo, negra...menos tu.

E ainda bem.  
Ainda bem que nos deixaram a nós,  
do mesmo sangue, mesmos nervos, carne, alma,  
sofrimento,  
a glória única e sentida de te cantar,  
com emoção verdadeira e radical,  
a glória comovida de te cantar, toda amassada,  
moldada, vazada nesta sílaba imensa e luminosa: “MÃE”.  
(SOUSA, 2016. p. 65-66)

Esta poesia sistematiza não somente a forma como o olhar exógeno europeu constrói seu imaginário em torno de África, representado tanto na literatura como em uma vasta iconografia. Ela escancara o quanto a miopia colonial<sup>101</sup> operada por meio de uma adjetivação grotesca e ao mesmo tempo rebuscada, base das justificativas de dominação, se torna ainda mais absurda uma vez que é impossível “essas gentes estranhas com olhares doutros mundos” chegarem a uma compreensão real e profunda do significado do “ser africana”.

---

<sup>101</sup> Referência à obra de Francisco Noa, Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária, Editorial Caminho, Lisboa, 2002.

A “Mãe”, figura feminina ligada a um estatuto social positivo também pela visão europeia lembrando que a ligação entre as mulheres e o exercício da função materna, em detrimento das suas subjetividades, ainda iria levar algum tempo para ser desconstruído. Aqui, quando utilizada como símbolo de uma luta anticolonial pela formação de uma nova identidade, representa uma fonte de força e resistência. Subverte, ainda, as ideias esvaziadas pelo viés da sensualidade e exotismo, reafirmando “ainda bem que nos deixaram “a nós”, moçambicanos e moçambicanas, africanos e africanas, sujeitos capazes de transformar a própria realidade corroborando com o princípio de autodeterminação.

### 3.3.2 A direção de Noémia de Sousa na *Página para a Mulher*

Em 12 de novembro a *Página para a Mulher* passa a ser efetivamente dirigida por Noémia de Sousa, o que se vê pelo cabeçalho da página onde já não consta o “dirigido por *Cigana*” e pela *Carta aberta à nossas Leitoras*. Ali, felicitava as leitoras que contribuíram com a seção e conclamava outras a se engajar:

(...) Esta mulher que se começa a descobrir a si própria não terá dúvidas que é necessário esclarecer? Não terá os seus momentos de desânimo e cansaço? Não terá aspirações? / Que desejará ou esperará obter da vida esta Mulher que nos está surgindo a todo momento? Quais serão os seus ideais, as suas crenças, os seus problemas? / Só entrando em contacto directo e profundo com cada uma de vós, amigas, pelos vossos escritos, poderemos chegar a conhecer-nos umas às outras. Só discutindo e ventilando os nossos problemas conseguiremos uma solução para eles. Só nos interessando todas por esta causa colectiva que é a nossa, poderemos fazer da nossa Página uma verdadeira página para a Mulher, esclarecedora, interessante e útil. / Deixai esse comodismo doentio que não é próprio da vossa juventude, sacudi esse estranho receio do ridículo e vinde mostrar que a Mulher Africana não é, como muitos julgam, uma boneca articulada, mais ou menos fútil (...) (B.A. 12/11/1949).

Esta carta demonstra como Sousa pensava fazer da página um local de confluência das questões que afligiam as mulheres daquele círculo, compreendendo que era necessário haver um diálogo aberto para que soluções pudessem ser encontradas. Isto se refletiu em alguns aportes de mulheres comentando sobre assuntos diversos, como a programação das rádios ou dificuldades ao frequentar as praias da cidade, por conta dos seus relacionamentos conjugais, maternos, familiares e sociais.

Algumas cartas com opiniões de leitoras sobre as críticas e recomendações literárias da

página geravam debates. Seguiu-se frequente a divulgação de poesia, com outras colunas que variavam a depender da colaboração. Em suma, o intuito da página era instigar uma participação ativa das leitoras, fazendo-as refletir sobre os problemas sociais da época, assumindo um comportamento de ocupação dos espaços de agremiação, desporto, criação artística e trabalho. Ainda, discutindo sobre as contradições que o ideal feminino ora perseguido gerava.

Lourenço Marques, 14 de janeiro de 1950, um novo ano entra e temos a seguinte matéria na capa de *O Brado Africano*:

Desde há muito que está provado que a colonização portuguesa, é como sistema a mais perfeita, não só quanto aos métodos adoptados, mas também, em especial, quanto aos resultados obtidos. (...) Felizmente, Portugal é um dos países onde a civilização do indígena se faz por meios suavizados, por meios naturais, dos quais resultam uma submissão voluntária e um respeito devido às leis vigentes. / A eliminação da escravatura, de que fomos os primeiros a dar o exemplo, e dos maus tratos e castigos corporais, a defesa do indígena contra a exploração no trabalho, a instrução, a elevação do nível de vida, são factores que contam, que pesam na balança da adaptação, da civilização dos *indígenas*, aos usos e costumes portugueses. / Daí aparecem de tempos em tempos, em alguns jornais estrangeiros, *uma* espécie de artigos, que são nem mais nem menos, do que uma série de baboseiras escritas por um inconsciente qualquer que nunca viu nem sabe o que é civilizar nem educar. (B.A.14/1/1950)

Destacou-se este trecho para resumir um pouco do espírito que se buscava imprimir a respeito da colonização portuguesa à altura e que seguiu sendo apoiado por décadas. Parecendo uma ficção de mau gosto diante da realidade já comprovada, demonstra a mentalidade naturalizada que assentava em uma narrativa racista onde seria possível e louvável a existência de um ser que se coloca em “submissão voluntária”. Incorporada de formas distintas entre as camadas sociais, tal ideia seguia como um fio condutor, um esteio para a continuidade da vida social, sem não deixar de causar incômodos e revoltas.

Pelas páginas do jornal, fica incerto afirmar até que ponto essa ideia era realmente defendida por membros da Associação Africana e até onde não seria uma forma de manter-se em funcionamento diante da uma censura, mantendo uma linha editorial favorável ao regime enquanto escreviam-se possíveis opiniões divergentes à propaganda colonial nas entrelinhas. Válido lembrar que na década de 1950 a quantidade de colonos brancos aumenta por conta do incentivo do governo de salazar para a ida de portugueses para as colônias. Isto gerou situações



ainda mais conflituosas para as classes africanas que se posicionavam reclamando seu lugar no sistema e tiveram oportunidades cerceadas.

Outrossim, o plano econômico do Estado Novo (moldado na necessidade de manter o controle dos territórios apesar de uma pressão internacional crescente) fez ver uma realidade material que servia de base para provar a veracidade dessas falas e o benefício que sua missão civilizadora levava às colônias (ou territórios ultramarinos, após 1951)<sup>102</sup>. Mostrava-se o crescimento de estruturas urbanas voltadas à acomodação da crescente população branca que ocuparia cargos administrativos, arrendaria terras e dirigiria parte do comércio e de uma pequena industrialização para complementação e beneficiamento da receita advinda da exportação da produção agrícola.

Nete sentido, coube a esta comunidade negra e mestiça das associações denunciar abusos e reivindicar melhorias para as várias categorias laborais urbanas e rurais, sempre pautando a educação e cuidado infantil que também era uma forma de conhecer e se proteger por meio da le), em paralelo às outras formas de manifestação. Fato é que nesta altura aprofundavam-se os questionamentos que faziam com que Portugal tivesse que render mais e mais discursos e ações que justificassem e confirmassem, pelo menos aos olhos de alguns, suas afirmativas de que fazia uma “boa colonização”.

Seria injusto, porém, afirmar que na Associação Africana, bem como em seu jornal não houvesse quem se animasse por ideais mais disruptivos ou não visse nestes discursos uma enorme distância com que se via na prática. Seria extenso descrever aqui algumas discussões conduzidas em trocas de artigos entre jornais, provocações e respostas para questões caras aos africanos e consequências das políticas coloniais. Porém, limitando essa observação à *Página da Mulher* sob a direção de Noémia de Sousa é possível ter uma ideia dos debates que foram feitos e os que deixaram de ser feitos – como por exemplo um aprofundamento da ideia de emancipação do ponto de vista das mulheres negras africanas.

Ainda, os rumos que a página tomou sob essa direção pareciam apontar para um

---

<sup>102</sup> Desde o início do século XX Portugal já produzia filmes de caráter “antropobiológico” para divulgar sua extensão territorial na metrópole (e em exposições internacionais). Porém, a partir do Estado Novo são criadas estruturas de propaganda oficial que serão efetivamente utilizados no pós segunda guerra e foram fundamentais nas décadas de 1960 e 1970. PIÇARRA, Maria do Carmo. O império contra-ataca: a produção secreta de propaganda feita por estrangeiros para projecção internacional de “portugal do ultramar”. *Media & Jornalismo*, v. 16, n. 29, p. 43-59, 2016.

avivamento do propósito do jornal, como o que este leitor comentou: “Felicito-a [a redatora] sinceramente pelas doutrinas” e a “boa orientação que lhe tem imprimido, tornando-a para mim, pelo menos, a parte mais interessante do nosso jornal” e mais “Oxalá à volta dos dirigente da A.A. se juntem mais elementos de valor que engrossem as fileiras da Causa (...)” (B.A.28/1/1950, p.3).

### 3.3.2.1 Polêmicas em torno do engajamento e representação feminina

Nesta página, houve o constate apelo para que os leitores e leitoras enviassem comentários e opiniões, o que ocorria, mas em número diminuto. Assinavam com frequência (pois deveriam ser colaboradores fixos) “Maria Irene” (que parecia ser do bairro da Polana), “Maria do Céu”, “Plínio de Salcêde” e “J.J” (que pode se tratar de Cassiano Caldas, pelo que Sousa relatou em entrevista). Cada um a seu tom respondia aos questionamentos e críticas advindos dos leitores, mas apresentavam um discurso que pedia para destacar a função social da literatura e da própria página, no chamamento para uma postura ativa de todos (e das mulheres, em especial). Merece destaque a atenção dada às formas de amparo às crianças, que na A.A. se refletiram em ações como a própria *Página Infantil*, festas infantis e momentos de recreação, motivados por todo embasamento que compunha a “Causa Africana”<sup>103</sup>.

Cada edição se dava a depender das colaborações recebidas, mas era frequente a sugestão de poemas<sup>104</sup> e a transcrição de trechos de livros, ou mesmo pequenos contos escritos para a página mantendo mais ou menos o teor definido pela Redação, assegurando-se também uma caixa para Culinária, Higiene, Saúde e Beleza. Importa destacar que a caixa *Sabia que..?* dessa seção era voltada para curiosidades dos campos das ciências e das artes<sup>105</sup> e sempre trazia uma informação sobre mulheres que assumiram papéis públicos importantes ou tiveram

---

<sup>103</sup> “Por causa africana entende-se a defesa dos interesses da população africana, cuja identificação pelo movimento associativo foi evoluindo de acordo com o processo histórico. Por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, o Grémio Africano de Lourenço Marques equacionou três zonas de pressão: Educação, Justiça e Trabalho; nas décadas de 40-50, os intelectuais da Associação Africana, como José Craveirinha e Noémia de Sousa pensavam no levantamento da raça negra; nas décadas de 60-70, a elite africana nos movimentos nacionalistas lutava pela independência nacional” (NEVES, 2008, p. 131)

<sup>104</sup> Alguns autores eram Mario Vieira, J.J.; Adolfo Cassais Monteiro; Antero de Quelta; Florbela Espanca;

<sup>105</sup> Como a fundação do *Teatro Experimental do Negro*, fundado no Brasil por Abdias do Nascimento.

histórias notáveis<sup>106</sup>. Não raro, falava sobre movimentos *feministas*<sup>107</sup> e políticas progressivas no campo do gênero adotadas em outros países.

Rapidamente vale trazer uma polêmica que se estabeleceu por algumas semanas a partir da carta de uma jovem leitora. Diana, que era uma leitora assídua dos romances que tanto a página criticava, após ler a recomendação “Escumbros”, que trata de crianças em situação de rua, escreveu uma carta exprimindo o seu incômodo e desgosto com o livro, argumentando que os outros romances, ao contrário, apresentavam realidades mais bonitas e leves, que a permitiam “ter esperança em uma humanidade melhor”. A esta opinião foram escritas várias respostas, uma da própria redação, agradecendo a colaboração porém afirmando sua posição sobre os tais romances.

Nesta história chama atenção a carta de “Zé Bota de Elástico”, integrante da “velha geração” da A.A. Dos vários trechos que renderiam uma valorosa discussão, destacamos a fala do senhor:

(...)Se há livros que nos enchem o espírito de ilusões, outros há que são verdadeiro destiladores de veneno, autênticos assassinos da moral e dos bons costumes. Outros ainda sem valor construtivo, demolidores, apresentam-nos apenas o que há de mau na humanidade – injustiças, crueldades e toda maldade de alma(...) Não fortalecem o ânimo, não orientam, não inspiram sentimentos de nobreza, de justiça e de amor. / Creio que as realidades da vida não se adquirem simplesmente pela leitura desta ou daquela obra, de duvidosa ideologia pseudo comunizante, que geram ódio e o espírito de resolva ou desespero.(...)//Todos nós a queremos bem [a página] e dela esperamos aquilo a que se propõe, sem deturpações ou desvios (...)/ A preocupação primacial deve, pois, residir em orientar e guiar estas camadas com assuntos acessíveis à sua mentalidade, aspecto da vida social, doméstica e profissional da Mulher, que devem ser a preocupação máxima, enquanto for tão reduzido o escol de nossas intelectuais (...). (B.A. 8/4/1950, p.3)

Assim, no editorial da edição seguinte houve o pronunciamento da página, que deu a

---

<sup>106</sup> Nomes como Marian Anderson, cantora negra norte americana citada em um de seus poemas; Pearl Primus, bailarina negra norte-americana; Maureen Gardner, campeã olímpica; Hellen Keller, escritora americana com deficiência; Harriet Tubman, negra e participante do movimento de libertação dos escravizados nos Estados Unidos; Marie Curie, cientista; Ada Negri, poetisa italiana; Este aspecto faz chamar atenção sobre a itinerância das ideias, autores, livros e artigos entre os espaços africanos e da diáspora, como apontado em HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A itinerância das ideias e o pensamento social africano. **Anos 90**, v. 21, n. 40, p. 195-225, 2014.

<sup>107</sup> B.A. 23/3/1950, p. 3.

devida atenção a alguém que “sempre se tem interessado pelos novos com um carinho” que não se poderia “deixar de assinalar” mas que não concordavam. Ficando que sua geração que “emergiu, sangrando, numa guerra desumana e assistiu, angustiada, a outra ainda mais desumana” ao que todas as suas “concepções de estabilidade, de vida digna e limpa” se encontravam subordinadas. Seria, portanto, inumano ignorar os múltiplos aspectos deste mundo, ainda que fosse possível visto que parte de suas leitoras viviam “alheias a todos estes problemas”. Dizia:

(...) Fomos reler o que temos escrito e o que temos aconselhado. E ficamos aliviadas, pois é exatamente o que pensamos e defendemos o que tem vindo a lume. Nós somos pela emancipação da Mulher e com orgulho o confessamos. É exatamente por isso é que nós vemos o Homem não como um <<papão>>, um <<inimigo>>, um <<senhor>>, aquele que tem de ser obedecido, aquele que tudo pode e tudo dispõe – mas um *companheiro*, um *amigo*, um *igual*, em quem podemos confiar e encontrar compreensão, benevolência, camaradagem e respeito (...) (B.A. 22/4/1950, p.3)

Vê-se que a página firmou sua posição com contundência, ao que foi replicada pelo mesmo colaborador agora assinando como “Tio Zé” na edição posterior, encerrado o assunto com uma última carta recebida da leitora “Val da Sorte”. O editorial terminou anunciando que tencionava-se dedicar a próxima P.M “à Mulher Negra”, que era, no seu “entender, aquela que precisa de mais orientação, mais assistência e carinho”, querendo levar adiante seu projeto, apesar de “conscientes das dificuldades” que surgiriam.

Essa direção aponta que tais discussões caminharam para um questionamento mais profundo sobre a vida das massas das mulheres moçambicanas (as “mulheres negras”), ainda que carregasse o ponto de vista da instrução (para a chamada “evolução” e do assistencialismo. Mais precisamente, vê-se como este despertar para uma identidade que se enlaçava ao coletivo estava ainda distante da realidade moçambicana. Veja-se o poema *Menina adormecida* publicado em junho de 1950, sob a assinatura de “Magachene”:

Menina, menina, senhora do eu  
vaidosa menina adormecida  
Passam-te à porta mendigos da vida  
(...)  
Mamas de shicatauanas rotas

chamam por socorro gritando: <<Macala>><sup>108</sup>  
com um seio ao sol e o filho a mamar...  
(...)  
cegos de nascença  
implorando uma esmola  
(...)  
gente da nossa Terra  
(...)  
despejando latas de lixo dentro do camião,  
mudos e ofendidos da manhã fria  
varrendo ruas, vassouras na mão  
e tu, menina dormindo.  
Passam-te à porta homens sem boca  
e tua boca dormindo vermelha, só de baton  
(...)  
(B.A. 3/6/1950 p.3)

Outra vez vemos o tema da apatia de uma juventude diante dos problemas sociais que são visíveis e ignorados cotidianamente. O drama dos mendigos e deficientes, dos trabalhadores da limpeza urbana em situações insalubres, e das mulheres vendedoras de carvão que gritam “Macala!” de porta em porta.

### 3.3.2.2 Poema Apelo

Este foi o tema de um dos últimos poemas que Noémia escreveu, Apelo, que trata exatamente do sumiço de uma mulher vendedora de carvão, que sempre passava por sua rua:

Quem terá estrangulado a tua voz cansada  
de minha irmã do mato?  
De repente, seu convite à ação  
perdeu-se no fluir constate dos dias e das noites.  
Já não me chega todas as manhãs,  
fatigada da longa caminhada,  
quilômetros e quilômetros sumidos  
no eterno pregão: “MACALA”!  
(...)  
Iô mamanê, quem terá fuzilado a tua voz heróica  
de minha irmã do mato?

---

<sup>108</sup> Carvão.

Que desconhecido e cruel cavalo-marinho  
a terá fustigado até matá-la?  
(...)  
Ó África, minha mãe-terra, diz-me tu:  
Que foi feito da minha irmã do mato,  
que nunca mais desceu à cidade com seus filhos eternos  
(um nas costas outro no ventre)  
com seu eterno pregão de vendedora de carvão?  
(...)  
(SOUSA, 2016, p.83,84)

Como que de forma a complementar o poema anterior, vemos como Noémia busca tornar-se aquela que desperta e não fecha os olhos à realidade que bate a sua porta. Além de fazer um retrato dessa mulher negra que depende do trabalho da venda de carvão para sobreviver junto aos filhos, enfatiza como está sujeita a toda sorte de violência – que no poema é representado pelo fuzil, pelo estrangulamento e pelo chicote (cavalo marinho). Veja que esta mulher é posta em um posição de irmã e heroína, que realiza sua grande ação ao traçar a longa jornada de quilômetros diariamente, vinda “do mato” para a cidade. Ou seja, é a representação do feminino que busca libertar-se da violência, pobreza e exploração. Um outro universo de referências que evidenciava a necessidade de falar sobre a mulher africana de um lugar heróico e louvável e ao mesmo tempo real.

Em outro sentido, vê-se como houve uma certa dificuldade na tentativa de trazer o assunto dessa mulher negra para a P.M. Veja-se por exemplo o artigo *A Mãe Negra*, assinado por “Plínio de Salcêde”. tratando de educação infantil e o Ele interpela essa mulher da seguinte forma:

Você é Negra. Mas, acima de tudo é Mãe! Por isso humana. Por ser Mãe, Negra e Humana, vou lhe fazer uma pergunta, cuja resposta estou antevendo. Você sabe cuidar do seu filho? Aquele que já não é mais bebê no sentido mais usado, mas assim dum três, quatro anitos? Com certeza dirá sim e essa resposta já está na ponta da língua (...)/Contudo, a bem e meu pesar, devo refutar essa afirmação. (B.A. 3/6/1950 p.3)

E o texto segue argumentando em concelhos que a pedagogia do século XX apontava outras formas de criar e assim por diante. Trocando em miúdos, visava com uma certa boa vontade transmitir ensinamentos “imprescindíveis” para esta mãe “desinformada”. Porém, uma

resposta contundente e sintomática assinada por José de Manganhene veio pouco depois:

Plínio de Salcêde, não sou a Mãe Negra a que te dirigiste e a que fizeste perguntas, mas sou um filho dela e como ela não pode responder-te, porque nem sequer sabe que lhe falaste, vou tomar-lhe o lugar e tentar fazer luz no teu caminho (...)/ Sabes porque a Mãe Negra não pode responder-te? Por não saber e por isso não pega em jornais, ela vegeta, só! / A minha mãe negra cuida do seu filho com ignorância? Não contesto, Plínio. Mas nesta ignorância há amor e sacrifício dos mais puros que podem abrigar-se em alma de Mãe. Da ignorância não é ela culpada! Se visses nestas manhãs em que o inverno dói, nestas manhãs húmidas de cacimbas, frias até aos ossos, a Mãe Negra de feixe de lenha ou saco de carvão ou um volume enorme de mandioca, batata doce e outras coisas a pesar-lhe na pobre cabeça e a visses chegar ao mercado depois de ter percorrido dois, três, seis e dez quilómetros, e as vezes mais ainda, com um filho às costas e outro nos braços, não lhe falarias em conhecimentos de educadora, de guia e de conselheira, segundo os cânones científicos em prática em todo o mundo civilizado, não lhe falarias em respostas adequadas, nem preceitos de puericultura. Ficarias calado e diante desse quadro, não teria-mós pena; sentirias raiva, que isso, Plínio, também a desperta. (...)/ Teu coração e teus nervos têm compaixão, mas não estão com o coração e os nervos da minha abandonada Mãe Negra e o que há em ti é só vontade de ver, sentir e ouvir a Mãe Negra, para depois estender-lhes a mão e dar uma esmola. Plínio de Salcedo, tu tens pena mas não conheces a verdadeira Mãe Negra, aquela que tem os braços rijos de trabalhar na machamba e chega a colimar com o cachomo numa mão, que a outra está amparando o filhinho na anca porque só assim ela consegue dar-lhe de mamar/(...) ela toda coragem e tenacidade, amarrada àquele destino de entregar-se inteira contra a Natureza que lhe negou chuva, contra os homens que lhe negaram pão e lhe não tiram dos ombros a cruz, a velha cruz do maior vexame humano./ É nessa escola que ela educa seus filhos/(...) Agora, Plínio, desculpa que eu filho de Mãe Negra, te respondesse por ela que não sabe ler, não sabe escrever e que é tudo: ignorante de puericultura, irritável e pouco cuidadosa (...)porém é mais mãe que essas que cursam colégios (...) e podem depois ampliar através de livros e de cinema seus conhecimentos iniciais. Essas e não a minha Mãe Negra descalça podem descobrir quem é esse Claparêde que tu citas e que talvez nunca viu uma Mãe Negra descalça, de calcanhars rachados pelo frio, o corpo mal enrolado em reles capulana e com o filho amarrado a si, na mesma servidão de colher aqui o milho, ali a mafurra, além o algodão e a acarretar latas d'água na cabeça! (...). Ela é ainda uma candidata à Vida a que todos têm direito e se realmente queres, ela está aí ao teu alcance, chão mais generoso para lançares a semente desinteressada dum A.E.I.O.U. / Por enquanto, ela não pode ensinar porque as lições que tem são: sofrer, sofrer e sofrer! / Não vês isso? Plínio de Salcêde. (B.A. 1/7/1950)

O texto, embora longo, não poderia deixar de ser citado aqui, pela forma tocante e cirúrgica que descreve a situação da mulher e mãe negra, enfrentando ininterrupto trabalho, servindo como esteio de toda uma sociedade e colocada em encruzilhadas das quais tem pouca margem de mudança. Vivia situada, como já comentado, entre o trabalho doméstico de reprodução familiar (ou seja, da força de trabalho), os trabalhos nas machambas, cidades e feiras para vender sua produção. Isso quando não em outros serviços destinados às indígenas. Mais do que isso, revela que esta discussão latente e se tornava mais viva entre os colaboradores da página.

Ele escancara a contradição entre as palavras e propostas cultas que em nada rompiam com o distanciamento entre as classes sociais, mesmo as africanas. E, muito pelo contrário, apenas reforçavam imagens vagas e estereotipadas, ainda que revestidas de boas intenções. Este pode ser considerado, afinal, um dos artigos, neste sentido, mais críticos e intensos dessa documentação, que não deixou de influenciar na visão de Noémia que, pouco tempo depois escreveria o poema *Apelo*, falando da mulher negra vendedora de carvão, anteriormente referido.

### 3.3.2.3 Moças das Docas

Ora, a poesia e atuação de Sousa foram, em muito, evidenciadas na trilha da luta de libertação e nos elementos comuns à luta anticolonial, como os aspectos da negritude. Mas era mais do que isso. Ana Teixeira (2009, p. 5083) admite que, no contexto da emergência de um significativo movimento intelectual em Lourenço Marques “a presença feminina (...) é liderada pela poeta Noémia de Sousa, que contribuiu singularmente para o nascimento de um discurso estético-literário afro-moçambicano no feminino”.

Isto se prova não somente pelo número considerável de seus poemas onde vislumbram-se as especificidades que a condição colonial impunha às mulheres moçambicanas. E pela forma com que tratou o assunto, buscou—distanciar-se o quanto podia de colocações que rebaixassem qualquer mulher. Um exemplo seria o *Moças das Docas*—feito em resposta a um poema homônimo de Virgílio de Lemos, que “cheio de boas intenções” depreciava as mulheres que trabalhavam como prostitutas na zona baixa cidade, vindas da “empobrecida Munhuana” em busca de algum sustento.

Somos fugitivas dos bairros de zinco e caniço

Fugitivas das Munhuanas e dos Xipamanines, viemos do outro lado da cidade



com nossos olhos espantados,  
nossas almas trancadas,  
nossos corpos submissos escancarados, de mãos ávidas vazias,  
de ancas borboleantes lâmpadas vermelhas se acendendo, de corações amarrados de repulsa,  
descemos atraídas pelas luzes da cidade acenando convites aliciantes,  
como sinais luminosos na noite,  
Viemos...  
Fugitivas dos telhados de zinco pingando cacimba,  
do sem sabor do caril de amendoim quotidiano  
(...)  
da certeza terrível do dia de amanhã  
retrato fiel do que passou,  
sem uma pincelada verde forte  
falando de esperança  
(...)  
E viemos.  
Oh, sim, viemos!  
(...)  
Não queremos piedade daqueles que nos roubaram e nos mataram  
(...)  
piedade não trará de volta nossas ilusões  
de felicidade e segurança,  
não nos dará os filhos e o luar que ambicionávamos.  
Piedade não é para nós.  
Agora, vida, só queremos que nos dê esperança  
para aguardar o dia luminoso que se avizinha  
(...)  
quando nossas cabeças se puderem levantar novamente com dignidade  
e formos novamente mulheres!  
(SOUSA, 2016. p. 60-62).

Este poema se fez a partir das vozes destas mulheres em situação de prostituição, e ressalta o quanto esta condição se impunha para as mulheres negras, vivendo nos bairros periféricos, em moradias precárias, se deslocando pelo espaço urbano e sob a vigilância da “caderneta”<sup>109</sup>, todos os dias. Mesmo vivendo sob as várias dimensões de exploração e

---

<sup>109</sup> Passe.

opressão, estes sujeitos não são imobilizados e assumem uma postura de resistência na “esperança de uma novo dia luminoso”.

Agora, é importante notar que neste poema apresenta-se ainda um outro perfil de mulher. É aquela a quem foram negados os elementos que poderiam fazer parte de sua existência feminina como esposa ou mãe, tão desprezada e invisibilizada e ao mesmo tempo instrumento fundamental para o turismo em Lourenço Marques. Ao mesmo tempo, essa mulher rejeita o lugar de piedade e se coloca ativa na esperança de um dia novo que se avizinha, quando conquistará sua dignidade.

Ana Teixeira defende que na poesia de Noémia “a problemática da identidade moçambicana não é acompanhada por um questionamento direito do papel da mulher em contexto colonial”. Para ela, o que ressalta na obra da escritora “é uma necessidade premente de entendimento do que significa ser africano, que dá primazia à identidade africana face à identidade mulher”. Dessa forma, Sousa construiria, na verdade, “uma particularidade identitária a partir de um sentido comunitário pan-africanista, sendo que a (re)construção do conceito <<raça>> é moldada assexuadamente”. (TEIXEIRA,2009. p. 5084).

Na mesma direção, Inocência Mata concorda que esta geração de mulheres da década de 1950 “por se envolverem nas causas políticas da época (autoafirmação cultural e nacional), cortaram qualquer itinerário individual, relegando o apelo pela libertação das mulheres em segundo plano”<sup>110</sup>. E, como foi visto aqui, a própria escritora confirmou seu desconforto com um possível “separatismo” que isto poderia implicar.

Porém, a documentação analisada até aqui faz pesar para outra compreensão da questão, que se aproxima mais do que defendeu Hilary Owen:

(...) mesmo que Sousa não assumisse abertamente como ponto principal um apelo pela libertação das mulheres, ela explorou as experiências específicas das mulheres dentro dos dramas raciais da miscigenação e assimilação, mostrando o impacto para uma filha mestiça de ser privada de sua linhagem materna negra, visto que a assimilação à família cristã paterna branca acarretava a rejeição da Mãe africana.

---

<sup>110</sup> Inocencia Mata, "As Vozes Femininas na Literatura Africana: Passado e Presente. Representações da Mulher na Produção Literária de Mulheres," in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Actui II, ed. Maria Reynolds de Souza, et al. (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995), 253. Apud OWEN, 2002.

Consequentemente, a figura da "Mulher Africana", para a qual Sousa explicitamente dirigia sua página feminina, era em muitos aspectos uma estratégia, projeção contra factual, o necessário "outro" reprimido da mestiça / assimilada europeia. (...)

Procurando interpelar uma "Mulher Africana" racialmente politizada, a diatribe de Sousa contra a passividade feminina, desafia o tipo de práticas sociais que o jornal tinha anteriormente, embora passivamente, endossando, nomeadamente a mulher mestiça que procura "passar" por branca e se identificar com modelos portugueses de feminilidade. Enquanto Sousa faz um apelo fortemente antiassimilacionista para que as mulheres mestiças recuperem sua genealogia materna negra, suas referências a "mulheres negras" e "mães negras" tendem cada vez mais para a identificação pessoal em vez da objetificação caritativa. Neste contexto, Sousa critica as mulheres mestiças educadas que evitam a Associação por medo do contato social com mulheres mais escuras e menos educadas do que elas. (...)

Por sua vez, uma figura de matriz flexível, racialmente híbrida, antiassimilacionista, negra e mulata, a Mãe África de Sousa, na verdade, permite um amplo espectro de identificações maternas, filiais e raciais implantadas de várias maneiras nas causas anticoloniais e marxistas

(OWEN, 2002, p. 47- 48)

Se colocar a si própria em movimento por uma causa coletiva de homens e mulheres passava pela reconstrução dos modelos femininos e raciais com os quais discordava; a conclamação de outras mulheres para este embate traria à tona tais questões específicas. É evidente que a temática da poesia de Sousa vai muito além de uma busca "feminina" ou "feminista", se formos classificar por uma régua quantitativa. Porém, pode ser infrutífero determinar que uma característica de sua poesia deva ser entendida em detrimento da outra (como se houvesse alguma dicotomia entre ser anticolonial e desejar uma emancipação feminina) sendo que, na realidade, elas se apresentam indissociáveis.

#### 3.3.2.4. Godido

Posto isso, retomando o percurso da *Página para a Mulher* é perceptível pelas falas, escritos e poemas de Noémia de Sousa que havia uma busca empenhada em elaborar a sua posição social e seu conhecimento aproximando o seu olhar para as realidades de quem era mais desfavorecido e marginalizado na sociedade de seu tempo. Seu poema *Godido*, em memória de João Dias, foi impresso na P.M. assinada como "Vera Micaia" e trazia os versos:

(...)Quando eu cheguei,  
trazia no olhar a luz verde dos negros simples  
e uma dádiva maravilhosa em cada mão

Mas a cidade, a cidade, a cidade!  
Esmagou com os pneus do seu luxo,  
sem caridade,  
meu pés cortados duros do sertão  
(...)  
exigiu-me impiedosamente a abdicação,  
da minha qualidade intangível de ser humano!  
(...)  
Minha consolação: Minha Mãe silenciosa oferecendo-me suas costas nuas  
(...)  
Minha mãe vencendo a cacimba e a humilhação,  
para vir me belekar,  
humilde e sofredora, com suas tocantes canções de acalantar!  
(...)  
Levantei-me e gritei contra a noite sem lua  
Ainda grito,  
porque quero ser ainda, sempre, pela vida fora,  
o que fui outrora:  
Rainha nas costas da minha Mãe!  
Como tu, meu irmão negro, desorientado e perdido!  
na cidade cruel... Como tu!

Por isso é que este meu canto ingênuo que soa banal,  
traz no seu fundo mais fundo, Godido, meu irmão,  
a marca rubra dum selo fraternal,  
constate e imortal!  
(B.A. 17/06/1950)

Repleto de metáforas, este poema assenta na figura da Mãe (Mãe África, Mães Negras) suportando a retomada da força daqueles que foram iludidos e desprezados por esta modernidade que retira do indivíduo o seu direito a ser quem é e ser humano. Reivindica tudo o que é fruto dessa terra, “da minha África”.

E No mês de setembro o nome da poetisa estaria estampando o primeira página do jornal em um artigo da coluna *Mês a mês* assinado por Aníbal Aleluia: *Um lugar para Noémia de Sousa*. Nele o autor faz uma discussão sobre o surgimento da poesia africana e questiona o que realmente caracterizaria esta poesia. Em suas palavras:

(...)não é para admirar que mesmo os poetas de raça africana não se mostrem <<verdadeiramente>> africanos porque para isso seria necessário despirem-se do snobismo e é este que enforma a maior parte dos valores nativos. E porque assim é, é que a poesia de Noémia de Sousa define ainda uma atitude intelectual heróica, pois está sujeita a uma apreciação injusta por parte dos seus conterrâneos(...)[ela] não se inquieta com problemas metafísicos que a sua gente não tem: não segue as pisadas de <<gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos>>, não é snobe. E justamente por isso vê sua Mãe África como é na realidade e não sob as cores com que aquelas gentes a deformam./ Ela quer confundir a sua vida com a de outras pessoas, não pretendendo instalar-se em uma torre de marfim, porque sabe que tem uma mensagem como todos os artistas mas a sua reveste-se de especial significado pelo milenar silêncio que a precede/ Se <<os ambientes>> não lhe forem adversos há de exprimi-la porque tem méritos e é a autora dos <<<primeiros poemas verdadeiramente africanos da língua portuguesa>>.... (B.A. 23/9/1950, p. 1-2)

Certamente este texto contribuiu para carimbar o nome da autora na história das literaturas africanas. E, de fato, como relatado por Sousa em entrevista, provavelmente ela teria se aprofundado em suas pesquisas e amadurecido sua escrita, à luz de novos estudos e de uma proximidade maior com os atores de sua poesia (LABAN, 1994, p.300-301). “Porque, a certa altura” – disse ela- “já me estava a interessar muito a música, as canções de trabalho do povo”, ainda mais pela fato da cidade ser menor e ela viver “na *Munhuana*”, onde ela via os “cantos, as vozes, os tambores, a poesia” e “ouvia as palavras que as pessoas cantavam” (SAÚTE, 1999, p.245). Infelizmente, os ambientes adversos não favoreceram que a poeta prosseguisse desenvolvendo esta mensagem.

### 3.3.3 Pressão política e saída de Moçambique

Agora, analisando as edições do Brado Africano e da Página para a mulher dos meses seguintes, vemos o teor mudar substancialmente, sendo às vezes suprimida pela falta de colaboração e poucos integrantes a tocá-la em frente. A parte *Postal* (que comportava os textos de Sousa como redatora) aos poucos dão espaço para outras matérias até que, enfim, é substituída pela *Uma carta para ti*, assinado por “Maria”, em 1951.

Durante algum tempo a página se concentrou em falar de medidas e iniciativas de “assistência à mãe negra” e às crianças, como mutirões de saúde, doação de roupas e promoção de festas a partir de parcerias entre associações, gerando algum movimento em torno disto. Porém, as mulheres (e homens) que seguiram construindo a página demonstraram um cuidado

em manter a mesma linha editorial, embora não tenha se aprofundado uma atenção à mulher negra para além das iniciativas citadas (como era a ideia de Sousa).

No final de agosto de 1951, o texto *Amiga*, além de convocar a ajuda das mulheres para arrecadação de roupas e outras ajudas para doação, dizia:

A mulher marca hoje, em tudo, em todos os países uma posição no mundo, e nós amiga temos que subir a ocupar o nosso lugar, a marcar nossa posição. Marca no momento que passa a nossa presença no mundo, NOÉMIA DE SOUSA, cujo poema *Sangue Negro* fez vibrar há dias o publico lisboeta num recital constituído apenas por poesias de poetas angolanos e moçambicanos. Sobre este [recital] permitimo-nos destacar do artigo de António Giraldes a seguinte passagem que nos encheu de orgulho.... “onde o público deu mostras de canto e foi com a vibração interior de Noémia de Sousa, toda ela mágoa, desespero de ter por algum tempo virado as costas à sua África. Grande Poetisa! E que arrebatados foram os aplausos do seu Sangue Negro” /Anda amiga, desperta, é tempo (...). (B.A. 25/8/1951, p.3)

Aí temos uma ideia da comoção que a poesia de Sousa foi capaz de causar nos meios culturais daquela época. A comunidade africana reunida em Portugal, em especial a reunida na Casa dos Estudantes do Império, acompanhava com entusiasmo a surgimento deste novo momento literário, ocorrendo em paralelo ao movimento de contestação levado à cabo por neorrealistas em Portugal.

Em Moçambique, João Mendes (irmão do escritor Orlando Mendes) aglutinava-se com jovens das pontas distantes da cidade, vindos da Polana (bairro nobre) até a Mafalala, encontravam-se no *Núcleo de Arte* e por vezes na *Associação dos Naturais de Moçambique*. Nas Palavras de Saúte ele “era um congregador de jovens e utopias, ajudando a mapear uma nova realidade, distante da estratificação social” (2001, p.14). Nos meses de relativa abertura em que Norton de Matos disputava a presidência, Mendes “buscava captar pessoas para fazerem parte de um grupo político” (Sousa apud Saúte, 1999, p.245) Seu esforço em perseguir este ideal lhe rendeu perseguições e a deportação. Sendo Sousa e João Mendes tornaram-se amigos próximos, e foi para quem a escritora rendeu vários poemas de cunho militante e fraternal.

Fazendo parte desta juventude que debatia e questionava, teve vários escritos cortados pela censura. Sousa chegou a redigir uma nota para *O Brado Africano* que foi também proibida. Tal nota referia-se a Eduardo Chivambo Mondlane, que estando em estudos na África do Sul,

não teve a renovação de residência concedida pelo governo de Malan, fato que motivou uma campanha em solidariedade ao jovem que, posteriormente, seria uma figura importante no processo de luta pela independência moçambicana.

Saúte refere que a escritora chegou a envolver-se, também, no Movimento da Unidade Democrática Juvenil, o que não foi detalhado em entrevista. Porém, em 1950 houve uma reunião, ao pé de uma árvore no Jardim Paraíso, registrada de forma icônica pelas lentes de Ricardo Rangel. Tratava-se do encontro entre o fotógrafo, a poeta, Dolores Lopes e Craveirinha, no qual redigiram um manifesto pela independência de Moçambique, aproveitando o pedido de um grupo de portugueses e moçambicanos brancos “de oposição, que eram geralmente gente de esquerda que ia de uma ponta a outra, velhos republicanos, liberais, etc. comunistas<sup>111</sup>, que só se podia desconfiar comunistas, porque não se sabia ao certo e aí afora” (LABAN, 317).  
Explica Sousa:

(...) encontrámo-nos nas escadarias de um jardim, como se estivéssemos a passear-olha a Dolores aparece na fotografia a fazer *tricot*- quando, afinal, estávamos era a conspirar. Eles ficaram aflitos. Disseram-nos que haviam de distribuir o comunicado, mas o facto de nós exigirmos uma Independência era muito grave. Não sei até que ponto circulou este documento. (SAÚTE, 1999, p.245).

De fato, uma independência colocava-se como uma pauta cada vez mais plausível e urgente, pelo menos entre uma parte da juventude mais contestadora. Ricardo Rangel e João Mendes distribuía panfletos à noite, foram presos. Com eles foram encontradas cartas de Sousa que acabou sendo detida pela PIDE e encarcerada entre quatro e cinco dias.

Assim, a poeta, jornalista e militante, passou a ser constantemente vigiada, havia policiais a vigiar dia após dia sua casa, marcação estendida também a Rangel e Craveirinha. Na Associação Africana, foi pedido o afastamento dos jovens de sua comissão. Continuava a escrever poesia, com menor frequência, mas sua mensagem se tornava cada vez mais reconhecida, além do seu trabalho jornalístico que lhe rendia valorosas felicitações.

Enfim, em 1951 Sousa começa a cogitar ir passar uma temporada de um ano em Portugal, para descansar de tal atmosfera que se impunha. Para lá já tinha seus irmãos (que

---

<sup>111</sup> Poderia ser um núcleo do Partido Comunista Português em Moçambique, talvez composto por exilados políticos. Havia também anarquistas e anarco-sindicalistas, operários degredados ou fugitivos. (LABAN, 319).

conhecia somente por correspondência e fotografia) e familiares paternos, amigos que estavam lá a estudar. Um deles era Mario Pinto de Andrade, que lhe enviou uma carta encorajando-a fortemente a fazer esta movimentação e manifestando o desejo de conhecê-la pessoalmente (CHABAL, 118; SAÚTE, 18). Os irmãos colaboraram com o custeamento da passagem e em novembro de 1951 Sousa faz sua partida para a Lisboa. No caminho, fez uma conexão de um dia em Luanda, na qual encontrou-se com participantes da revista *Mensagem*, fato que lhe rendeu uma conversa por correspondência com Viriato da Cruz, que não estava na ocasião.

### **3.4 "Para lá daquela curva": Panorama de difusão da poesia de Noémia de Sousa além Moçambique**

Este trabalho debruçou-se sobre a trajetória intelectual e poética de Noémia de Sousa em Moçambique, buscando encadear elementos contextuais com dados de sua vida e obra. A partir de 1951, a poetisa não mais escreveu poesia, o que fez com que a difusão de sua obra poética fosse baseada nos poemas antes publicados de forma dispersa nos veículos culturais de Moçambique. A partir de então, foi sendo difundido pelo caderno *Sangue Negro*, uma brochura com as 44 poesias escritas até então<sup>112</sup>. Seria uma grande satisfação ver traçada uma trajetória detalhada da poetisa no restante de sua vida, traçando paralelos entre outros escritos e contextos, conexões intelectuais e difusão de sua obra. Limitou-se, no entanto, a fechar este itinerário com uma relação sumária de como seguiu este íterim entre 1952-2002.

Em Lisboa, Noémia de Sousa buscou completar seus estudos liceais (o que aconteceu aos poucos), tendo mais tarde pensado em cursar História, mas indo para o curso de Germânicas (por correspondência). Trabalhou na Casa dos Estudantes do Império e como jornalista em agências como a ANI (Agência de Notícias Internacionais) e como tradutora. Em 1962 casou-se com Gualter Soares, moçambicano da Zambézia com formação científica e interesses literários e artísticos, com o qual teve uma filha, Virgínia Soares.

Logo ao chegar na cidade a escritora encontrou-se com Mário de Andrade, pelo qual passou a conhecer e frequentar (sobretudo na CEI) nomes como Amílcar Cabral, Agostinho

---

<sup>112</sup> Há duas escritas em anos posteriores que não constavam no caderno.



Neto<sup>113</sup>, Francisco José Terneiro<sup>114</sup>, entre outros nomes ligados aos movimentos de libertação africanos. Fez parte do Centro de Estudos Africanos, que funcionava na casa da tia de sua “companheira de jornada”, a santomense Alda do Espírito e onde pode estudar sobre os países africanos aquilo que não era ensinado nas instituições das colônias (neste momento, províncias ultramarinas).

Com as dificuldades e perseguições se aprofundando em Lisboa pelo controle da PIDE em busca de envolvidos em movimentos nacionalistas, foi viver em Paris com o marido em meados da década 1960, onde após um período separou-se e passou a criar a filha de forma solo. Chegou a trabalhar no Consulado do Marrocos e em outras funções. Neste país encontrava-se com Andrade, que trabalhava na revista *Presence Africaine* e outros intelectuais e militantes que ali passaram. Acompanhou os levantes de maio de 68, movimento em que não pôde se integrar por sua situação de estrangeira. Em 1973, devido ao alto custo de vida em Paris, quando conseguiu documentos e um emprego na agência de notícias *Reuter*, retornou a Portugal para viver com a filha e acompanhar o 25 de Abril.

Sousa acompanhou a chamada guerra colonial levada por Portugal com perplexidade, pois no período (marcado pela gestão de Marcelo Caetano), havia uma “falsa noção de abundância” que a perturbava, todas as vezes que visitou o país em férias. Recebeu chamados para participar do movimento de independência moçambicana junto à FRELIMO e para retornar a Moçambique. Optou, porém, em permanecer em Lisboa com a filha, que já crescida não conhecia nem estava habituada com Moçambique, e que era muito ligada ao pai, que poderia visitar com mais facilidade estando ali, não querendo impor-lhe uma mudança drástica.

Pelo não retorno, muita desinformação circulou sobre a escritora que não se considerava poetisa e nem, política, gerando desencontros que culminaram com sua ausência nas comemorações pela Independência, em 1975. Como jornalista, acompanhava com atenção o que acontecia no país recém-independente, vendo com pesar as destemperes do clima, agressões e a guerra, que dificultavam a melhoria de vida de todos. Em 1984, por um convite do então

---

<sup>113</sup> António Agostinho Neto (Ícolo e Bengo, Angola, 1922 — Moscou, Rússia, 1979) foi médico, escritor e político. Em Portugal, frequentou a Universidade de Coimbra, participando das atividades da CEI e da *Revista Movimento*. Atuou pela independência dos países africanos, chegando a ser preso pela polícia política do regime salazarista e deportado para a prisão do Tarrafal, em Cabo Verde. Foi presidente do MPLA e, em 1975, tomou-se o primeiro presidente de Angola. Em 17 de Setembro, em homenagem a seu nascimento, Angola celebra o Dia do Herói Nacional.

<sup>114</sup> Francisco José Tenreiro (São Tomé, São Tomé e Príncipe, 1921 - Lisboa, Portugal, 1963). Geógrafo e poeta, foi também docente no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

presidente Samora Machel, Sousa visita Moçambique na qual muito se emocionou, tendo constatado que seus poemas eram estudados em escolas e nas faculdades.

Antes mesmo de sair de Moçambique sua poesia já estava sendo declamada em Lisboa. Após isso, vários de seus poemas vão estar presentes em periódicos e revistas, reaparecendo por exemplo no *O Brado Africano*, em 1955; *Vértice, Notícia de Bloqueio* (cidade do Porto). Um destaque fica para as antologias editadas pela CEI e outros entusiastas da libertação africana: *Poesia de Moçambique* (Lisboa, 1951), *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (Lisboa, 1953), *Poetas de Moçambique* (Lisboa, 1962), *Antologia Temática da Poesia Africana* (1976), *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (Lisboa, 1953)<sup>115</sup>; *Resistência Africana – antologia poética*. (Lisboa, 1975) antologias publicadas em Paris, São Paulo, Argel, Londres e Estocolmo (LEITE, 2013, p.78).

Em 1989 Noémia de Sousa foi a Maputo receber uma homenagem pelos seus 70 anos. E pela importância de sua obra, Noémia de Sousa fez parte de três compêndios de entrevistas com escritores de Moçambique. A primeira foi colhida por Patrick Chabal em 1984 e publicada em 1994, no título *Vozes Moçambicanas* da coleção Palavra Africana, sob direção de Ana Mafalda Leite e publicada em Lisboa. *Moçambique, encontro com escritores* foi iniciativa de Michel Laban e contou com uma entrevista da poeta gravada entre 1982 e 1987. Finalmente, em 1998 Nelson Saúte lança *Os Habitantes da Memória, entrevistas com escritores moçambicanos*, colhidas em meados de 1994.

Sousa recebeu convites para publicar o conjunto de seus poemas como livro em Portugal, os quais recusou por expressar a vontade de tê-lo editado em sua terra natal. Isso se tornou possível em 2001, por meio da Associação dos Escritores Moçambicanos e de um especial empenho do próprio Saúte, que redigiu uma breve biografia da autora, consagrando o seu título de “mãe dos poetas moçambicanos”; por Fátima Mendonça e Francisco Noa, que trouxeram suas bem refletidas análises. Esta primeira edição do livro *Sangue Negro* contava também com diversas fotografias da vida de Sousa e com projeto gráfico de António Sopa. No dia 20 de setembro daquele ano, portanto na comemoração de seus 75 anos, o livro foi lançado

---

<sup>115</sup> Antologia organizada por dois companheiros de Noémia de Sousa na jornada literária e de luta: Francisco José Temeiro (poeta são-tomense) e Mario Pinto de Andrade (ensaísta e ativista político angolano)

nos Paços dos Concelhos do Município de Maputo (Sousa, 2016, p. 197).

Sousa trabalhava, então, na *Agência Lusa de Notícias*, sendo responsável pelo setor de jornalismo internacional do continente africano (e onde hoje recebe uma menção honrosa em de seus auditórios). Em 2002, vivendo em cascais, já se encontrava muito doente: “Para lá daquela curva, / os espíritos ancestrais me esperam...”<sup>116</sup>. Noémia de Sousa tomou, naquele ano, o seu “lugar entre os antepassados”.

Sua obra seria ainda cultivada em Moçambique, recebendo uma reedição pela editora Marimbique, em 2011, preservando a estrutura original. Em 2016 tomou lugar no Brasil, pela Editora Kapulana, uma terceira edição que retomou as anteriores, acrescentando ilustrações de Mariana Fujisawa, prefácio de Carmen Secco e a seção *Mensagens para Noémia* com homenagens recebidas de muitos de seus admiradores.

Não é demais mencionar, ainda, que houve um considerável número de estudos no campo literário e histórico considerando sua poesia. Para além das análises constantes das antologias, como as primeiras feitas por Andrade, Margarido e Laranjeira entre as décadas de 1950 -1980, ao longo das décadas encontramos materiais e pesquisas, artigos e teses em diversas línguas que tomam sua poesia em estudos específicos ou comparados. No Brasil, há pouco mais de duas dezenas de estudos mais aprofundados, aos quais esta análise pretende vir somar.

---

<sup>116</sup> Versos do poema *A mulher que ri à vida e à morte*, publicado no livro *De tanto olhar*, por Carlos Pinto Coelho, Editora Campos das Letras, 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou compreender como se constituiu o itinerário intelectual e poético de Noémia de Sousa em Moçambique, ou seja, entre os anos de 1926 a 1951 (considerando desde seu nascimento até a saída do país). Foi feita uma reflexão acerca das características gerais da situação colonial em Moçambique e a formação de Lourenço Marques, o meio social com o qual conviveu, os embates e acordos entre os atores daquela sociedade. Isto permitiu inserir sua poesia dentro de um quadro maior de seus escritos, atuação e pensamento político-social.

De um modo geral, a formação da identidade negra, africana e moçambicana assumida por Sousa fez parte da afirmação de um ideal feminino engajado e militante, especialmente no período em que escreveu no jornal *O Brado Africano* e dirigiu a *Página para a Mulher*. Esta ideia se forjou em oposição ao modelo social perseguido pelas mulheres de seu meio: mestiças ou negras assimiladas, que em sua maioria pareciam seguir atitudes que reforçavam estereótipos femininos negativos e aprisionantes, modelados pelo ideário europeu, patriarcal e racista que se reproduzia pela divisão extrema entre todas as classes da sociedade moçambicana. A busca pela solidariedade e união entre os variados círculos sociais revelava a enorme distância entre estas elites africanas urbanas, os homens e principalmente as mulheres negras africanas, consideradas não civilizadas.

Ainda, as opiniões trazidas em seus artigos motivaram discussões profundas sobre o papel que as mulheres deveriam assumir na sociedade, à luz de outras mulheres que conquistavam espaços de maior igualdade pelo mundo, inclusive as consideradas feministas. Falava-se sobre aspectos domésticos, econômicos, matrimoniais e intelectuais, que em boa medida levantavam as bandeiras defendidas desde os primórdios nas páginas do jornal, como a ampla educação africana como meio de "elevação".

No contexto de emergência de um significativo movimento intelectual em Moçambique, a presença feminina foi evidenciada na atuação de Sousa, cujos escritos também versaram sobre as especificidades que a condição colonial impunha às mulheres moçambicanas. Em seus poemas podemos entrever este aspecto seja por situações concretas de figuras marginalizadas como no poema *Moças das Docas*, que se constrói a partir do cotidiano de mulheres em situação de prostituição, circulando pelos espaços urbanos e servindo à “composição turística” da

capital, quanto em suas referências às figuras femininas como as “mães” e “irmãs”, representantes das mulheres negras ocupando funções de trabalho desvalorizadas.

Sousa ainda questiona de forma enfática a imagem depreciativa construída sobre África (difundida pelas produções literárias coloniais) que, para além do repertório conhecido que encerra o continente em um imaginário de inferioridade histórica, racial e cultural, apoia-se também no rebaixamento da figura feminina, sobretudo no simbolismo estereotipado da mulher negra, crítica explícita no poema *Negra*. A partir de seus escritos, apresentou-se um panorama das formas pelas quais buscou complexificar e politizar a identidade da mulher africana como uma “entidade histórica real”.

Paralelamente, a atuação de Sousa junto a outros sujeitos engajados no processo ainda iniciático de defesa de uma independência, imprimiu um caráter ainda mais contestatório à sua produção. Ela foi uma mulher intelectualizada que convivia e, principalmente, não ignorava as mazelas sociais que se escancaravam a seu lado. Negando os discursos promovidos pelo poder colonial, promoveu o embate propondo a fraternidade entre aqueles que vislumbravam um futuro que transcendesse a formatação condicionada pelo poder hegemônico, baseada no amplo acesso aos “itens da modernidade”, permitindo uma existência igualitária, como visto em *Se este poema fosse*.

Vê-se pelos seus escritos jornalísticos o quanto o *comodismo* e *apatia* existente entre as *elites africanas* (tanto criticados pelos animadores de *O Brado Africano*) para ela motivados por uma formação social feminina alienante, eram fonte de incômodo e motivo para uma reformulação pessoal. E por sua poesia é perceptível o quanto esse processo de (re)construção identitária traduzia sua busca por uma emancipação feminina que servisse à causa coletiva africana.

Por meio das entrevistas consultadas foi possível reconstituir os cenários e ler os poemas de Sousa à luz das suas próprias interpretações. Além disso trouxeram informações históricas valiosas para compreensão do seu ponto de vista e vivência dos processos históricos que perpassaram aquele período.

Acessar as edições de *O Brado Africano* foi primordial para dar precisão a apontamentos gerais e informações um tanto vagas encontrados na pesquisa bibliográfica. Ademais, era importante ter contato com outros textos de Sousa que pudessem dar maior substância ao que

significou, efetivamente, sua participação na Associação Africana e que lhe formaram enquanto jornalista. A análise dessa documentação relevou pormenores que evidenciam a complexidade da vida daqueles sujeitos que viviam, debatiam, por vezes conformavam-se e assumiam os discursos hegemônicos. Mas, igualmente, daqueles que buscavam de muitas formas desconstruir estes discursos nas mentes e corações, com e para além das palavras escritas.

Vê-se que pela documentação analisada muito se pode acrescentar para a compreensão da trajetória de Sousa em Moçambique. Outro tanto ainda se pode obter combinando fontes e colhendo resquícios para reconstituir o trabalho jornalístico e as conexões intelectuais da autora, no âmbito das articulações anticoloniais fora dos países africanos em Portugal e França. Ainda, uma análise sobre as formas com que sua poesia foi difundida, com atenção à recorrência de determinados títulos pode ajudar a compreender muito sobre como seu nome se constituiu como um símbolo no pós-independência, refletindo as buscas e moções mais urgentes de cada período.

Neste sentido, a escrita de Noémia de Sousa é uma consequência dos conflitos e ambiguidades de sujeitos tensionados pelo dualismo do mundo colonial articulando-se por diferentes e complexas formas de resistência. De tal modo, sua intervenção emerge como síntese e expressão das múltiplas vozes que a compõe, criando horizontes que afirmaram, do fundo das noites sem lua, chacoalhando as “grades e grades” forjadas no dia a dia de sol encoberto pela atmosfera de violência, o sentimento e “a certeza radiosa d’uma esperança”<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> Referência ao poema *Dia a dia*, de 22 de novembro de 1949 (SOUSA, 1916, p.90)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde as perspectivas das mulheres.** São Paulo: Rosa dos Ventos, 1998.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional.** Tradução de Lólio L de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. P. D. **Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ANTUNES, L. F. D.; RODRIGUES, V. L. G. A Escola Colonial e a formação de uma "elite dirigente" do ex-Ultramar Portugues (1906-1930). **Africana Studia**, Porto, 2011. 41-49.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 3, 1993. p. 107-131. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50605/54721>>.

BASTOS, C. Das viagens científicas aos manuais de colonos: A sociedade de geografia e o conhecimento de África. In: TROPICAL, C. **O colonialismo português: novos rumos da historiografia dos PALOP.** Porto: CEA -UP e IICP, 2013. p. 321-346. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9588/1/ICS\\_CBastos\\_DasViagens\\_CLN.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9588/1/ICS_CBastos_DasViagens_CLN.pdf)>.

BENJAMIN, W. **Sobre arte, técnica, linguagem e política.** Tradução de Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto Maria Luz Moita. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.

BLOCH, M. **Introdução à História.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BOSI, A. **Literatura e resistência.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BOURDIEU, P. A ilusão Biográfica. In: BOURDIEU, P.; MORAES, J. A. D.; FERREIRA, M. **Usos e Abusos da história oral.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA-PINTO, C.; MENDONÇA, F. **João Albasini e as luzes de Nwanzengele.** Maputo: Alcance, 2015.

BRANQUINHO, M. **Processos de construção identitária sociocultural: Caso da comunidade Goesa da Catembe.** Maputo: Universidade Mondlane (Monografia), 2003.

BRITO, L. D. Dependência colonial e integração regional. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v. 1, 1980.

CABAÇO, J. L. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação.** São Paulo: Unesp, 2009.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CASTELO, C.; ALVES, V. M. Sobre a distância entre a “situação colonial” em Moçambique e o luso-tropicalismo: carta de António Rita Ferreira para Jorge Dias, com artigo anexo. **etnográfica**, online, 2019.

CASTELO, C.; RIBEIRO, O. T. E. A. **Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique.** Lisboa: Impresa de CS, 2012.

CEA. Introdução. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v.1, 1980. 2-4.

CHABAL, P. **Vozes Moçambicanas: literatura e nacionalidade.** Lisboa: Vega, 1994.

CHARTIER, R. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 197-216, 2000.

COELHO, J. P. B. C. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 106, p. 153-166, Maio 2015.

COOPER, F. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, p. 21-73, julho 2008.

COVANE, L. A. Agricultura colonial, migração e comércio rural (1920-1950). In: COVANE, L. A. **O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992).** Maputo: Promédia, 2001.

CRUZ E SILVA, T. Educação, Identidades e Consciência Política: A Missão Suíça no Sul de Moçambique. **Lusotopie**, p. 397-405, 1998.

DIAS, R. P.; OLIVEIRA, J. T. Geologia da região costeira de Maputo-Catembe. **Comemoração dos 25 anos de Cooperação entre Portugal e Moçambique na Área das**



**Geociências**, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ineg.pt/bitstream/10400.9/2383/1/36120.pdf>>.

DOMINGOS, N. cismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques. Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais, 2013. 59-112. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/23308>>.

DOSSE, F. **O desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. [S.l.]: [s.n.], 1961.

FARRÉ, A. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. **Anuário Antropológico**, 40, 2015. p.199-229.

FERNANDES, B. **Literatura e Identidade**: poesia de representação em busca de uma cidadania negada. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, v. Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global Centro de Estudos Sociais, 2011.

GENTILI, A. M. **O leão e o caçador**: uma história da África subsahariana. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

GRABAUSKA, F.; HOHLFEDT, A. Pioneiros da Imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. **Brazilian Journalism Research**, 6, n. 1, 2010.

HEDGES, D.; ROCHA, A. **História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**. Maputo: Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, v. 3, 1993.

HERNANDEZ, L. L. **Elites Africanas, a circulação de ideias e o nacionalismo anticolonial**. II Encontro de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense. África Passado e Presente. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2010. p. 20-29.

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 4 ed. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

ISAACMAN, A. Os países na bacia do Zambeze. In: (ED.), J. F. A. A. **História Geral da África**. Tradução de MEC- Centro de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCAR. São Paulo: Brasília: UNESCO; São Paulo: CORTEZ, v. VI, 2011. Cap. cap. 8, p. 2011-249.

JOSÉ, A.; MENEZES, M. P. (. **Moçambique, 16 anos de historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90.** Maputo: CEGRAF, 1991.

LABAN, M. **Moçambique- Encontro com escritores.** Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, v. I, 1998.

LARANJEIRA, P. Uma voz efêmera que permanece. In: LARANJEIRA, P. **Manual sobre Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.** Coimbra: Universidade Aberta, 1997.

LEITE, A. M. **Ensaaios sobre Literaturas Africanas.** Maputo: Alcance , 2013.

LIESEGANG, G. Possibilidades do estudo de espaços cognitivos antigos e mais recentes em Moçambique, S.C. XV-XX. In: JOSÉ, A.; MENESES, M. P. **Moçambique,16 anos de historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90.** [S.l.]: [s.n.], v. 1, 1991. p. 29-47.

LOBO, A. Noémia de Sousa, notas para uma proposta de leitura. **Limani**, 2, Maio 1987.

LUCA, T. R. D. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: LUCA, T. R. D. “. D. N. E. P. M. D. P. I. F. H. (. 1.-1. S. P. C. 2. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, T. R. D. L. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: \_\_\_\_\_ **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-152.

MALOA, J. M.; JÚNIOR, L. N. A Dispersão Urbana em Moçambique: Uma Contribuição Ao Estudo Da Produção Do Espaço Urbano Em Maputo. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v.45, 2019. 91-109.

MARGARIDO, A. **Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa.** Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

MARGARIDO, A. **Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa.** Lisboa: A regra do jogo, 1980.

MATA, I.; PADILHA, L. C. (. **A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.** Lisboa: Edições Colibri, 2008.

MATA, I.; PADILHA, L. C. (. **A Mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.** Lisboa: Edições Colibri, 2008.

MATEUS, D. C. **Memórias do Colonialismo e da Guerra.** Alfragide: LeYa, 2006.

MCCLINTOCK, A. **Couro Imperial:** raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Unicamp, 2018.

MENDONÇA, F. Moçambique, Lugar para a poesia. In: SOUSA, N. D. **Sangue Negro.** Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

NASCIMENTO, A.; (ORGS), A. R. **Em torno dos nacionalismos em África.** Maputo: Alcance Editores, 2013.

NEVES, O. M. L. S. I. O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926 -1962). **Africanologia - Revista Lusófona de Estudos Africanos,** 2009.

NEWITT, M. **História de Moçambique.** Mem Martins: Publicações Europa América, 1997.

NOA. **Império, Mito e Miopia:** Moçambique como invenção literária. Maputo: Editorial Caminho, 2003.

NOA, F. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. In: RIBEIRO, M. C.; MENESES, M. P. **Moçambique:** das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

O'LAUGHLIN, B. Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. **African Affairs,** 2000. ISSN 99.

OWEN, H. A Hybridity of One's Own: Rereading Noémia de Sousa. In: OWEN, H. **Mother Africa, Father Marx:** Woman's writing of Mozambique (1948-2002). Lewisbourg: Bucknell University Press, 2007.

PENVENNE, J. **Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974).** Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1994.

PEREIRA, É. A. **De missangas e Catanas.** São Paulo: Universodade de São Paulo, 2012.

PIMENTEL, J. D. S. **Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo**. Évora: Dissertação (Mestrado) Universidade de Évora, 2013. Disponível em: <[https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16198/3/JPimentel\\_Parte2.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16198/3/JPimentel_Parte2.pdf)>.

RIBEIRO, F.; SOPA, A. (. **140 Anos da Imprensa em Moçambique**. Maputo: Amolp, 1996.

RIBEIRO, M. C. Um desafio a partir do Sul : re-escrever as histórias da literatura? **Veredas : Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, v.10**, Santiago de Compostela, v. 10, p. 117-133, 2008.

ROCHA, I. **A imprensa de Moçambique**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANCHES, M. R. (. ). **Malhas que os impérios tecem**. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANTILLI, M. A. **Estórias africanas: história e antologia**. São Paulo: Ática, 1985.

SAÚTE, N. **Os Habitantes da Memória: entrevistas com escritores moçambicanos**. Maputo: Embaixada de Portugal, Centro Cultural Português, 1998.

SAÚTE, N. Noémia de Sousa: a mãe dos poetas moçambicanos. In: SOUSA, N. D. **Sangue Negro**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

SERRA, C. (. ). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Editora Universitária, 1998.

SERRA, C. O papel específico de Portugal na penetração imperialista. In: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, U. E. M. **História de Moçambique - Volume I**. Maputo: Imprensa Universitária, UEM, v. v. 1, 2000. Cap. 3, p. 171-199.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, R. V.; SOUZA, U. Entre Literatura e história: considerações para uma abordagem materialista-histórica das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. **Conexão**, v. 9, p. 151-164, 2014. ISSN 14.

SOUSA, N. D. **Sangue Negro**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

SOUSA, N. D. **Sangue Negro**. São Paulo: Kapulana, 2016.

TEIXEIRA, A. L. **A construção sociocultural de 'gênero' e 'raça' em Moçambique: contonuidade e ruptura nos períodos colonial e pós-colonial**. 6º congresso da SOPCOM. Lisboa: [s.n.], 2009.

TEMBE, J. D. N. **Breve Historial sobre a região da Baía de Maputo: Travessia Maputo-KaTembe**. Maputo: [s.n.], 2018.

WALLERSTEIN, I. África e a economia-mundo. In: (EDITOR), J. F. A. A. **História Geral da África: África do século XIX a década de 1880**. Tradução de MEC- Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: Brasília: UNESCO; São Paulo: Cortez, v. VI, 2011. p. 27-46.

WUYTS, M. Economia política do colonialismo português em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, 1, Junho 1980. 9-22.

ZAMPARONI, V. D. **Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-1940**. São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_ **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique**. Bahia: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16764/1/de-escravo-a-cozinheiro.pdf>>.

\_\_\_\_\_ "As" escravas perpétuas" & o" ensino prático": raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910-1930. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, p. 459-482, 2002.



